

Geraldo dos Santos Queiroz

REITOR

Maria Cristina Dal Pian Nobre

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Leão Pereira Pinto

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Célia Maria da Rocha Ribeiro

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Jomária Mata de Lima Alloufa

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Elizabeth Raulino Camara Cavalcanti

DIRETORA DA EDITORA UNIVERSITÁRIA

NORMAS EDITORIAIS

EDUCAÇÃO EM QUESTÃO aceita e solicita colaboração de colegas profissionais de educação, assim como encomenda artigos que pretende publicar. Todos os textos são submetidos ao Conselho Editorial da UFRN, a quem cabe a decisão final sobre sua publicação. Dentre os critérios utilizados para julgamento dos artigos, destacam-se: identificação do artigo com a linha temática da revista, ineditismo (pelo menos a nível nacional), originalidade, atualidade, oportunidade, relevância e contribuição do artigo para a área, coerência dentro da abordagem escolhida e clareza. As opiniões expressas nos textos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam necessariamente a posição do Departamento de Educação ou do Conselho Editorial da revista. Os originais de artigos e comunicações deverão ser encaminhados em três vias com o máximo de 30 laudas datilografadas em sua forma final, em espaço dois, e os comentários e resenhas, 10 laudas, e não serão devolvidos. Os trabalhos deverão ter notas, resumo, citações e referências bibliográficas segundo as normas da ABNT, nome e endereço da instituição onde foi realizado o trabalho, nome do(s) autor(es), seus principais títulos e atividades.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

EDUCAÇÃO em QUESTÃO

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ciências Sociais Aplicadas

Departamento de Educação

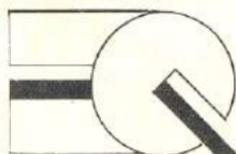
Campus Universitário - 59072-970 - Natal/RN

Tel.: (084) 231-1266 - Ramais 450 e 457 - Fax: (084) 231-0066

UFRN - CCSA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO
em QUESTÃO

v. 5



n. 2

ISSN 0102-7735

NATAL, RN
jul/dez 1993
Editora Universitária
UFRN

CONSELHO EDITORIAL

Conselho Deliberativo

Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade, José de Castro, Luzimar de Sousa e Silva, Maria Arisnete Câmara de Morais, Maria Salomilde Ferreira, Marta Maria Almeida Castanho Pernambuco, Regina Lúcia Freire de Oliveira

Comissão Editorial

Márcia Maria Gurgel Ribeiro, Marcos Antônio de Carvalho Lopes, Maria Teresa de Morais

COMITÊ CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Louis Marmoz (Universidade de Caen - França)

COMITÊ CIENTÍFICO NACIONAL

Carlos Roberto Jamil Cury (UFMG), Gilberto Luiz Alves (UFMS), Marieta Cruz Dias Teixeira (UFG), Maria Estela Costa Holanda Campelo (UFRN)

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL

José de Castro (Registro DRT/RN nº 235)

EDITOR ASSISTENTE

Regina Lúcia Freire de Oliveira

DIREÇÃO DE ARTE, CAPA E ILUSTRAÇÕES

Elizabeth Raulino Camara

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Rivanilda Ramalho de Sá

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Gildete Moura de Figueirêdo
Margareth Régia de Lara Menezes

CATALOGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Terezinha de Jesus Silva

EDITORA UNIVERSITÁRIA

DIREÇÃO

Elizabeth Raulino Camara

REVISÃO

Risoleide Rosa (Coordenação)
Omiro Batista
Maria Gorete Campos

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Jaziel Martins Sá
Paulo de Araújo

COORDENAÇÃO GRÁFICA

Francisco Guilherme de Santana

COORDENAÇÃO DE ARTE

Alva Medeiros

FOTOLITO

Luís França de Souza
Maria José Lima
Francisco Carlos de Lima

GRAVAÇÃO

Manoel Geraldo de Araújo

IMPRESSÃO

José Gilberto Xavier
Janduí Bento de Noronha

FINANCIAMENTO

Este número foi financiado pela
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
Graduação da UFRN

Catálogo na publicação. Biblioteca Central "Zila Mamede" Divisão de Processos Técnicos

Educação em questão. UFRN. CCSA

– vol. 1, n.1 (1987) –

Natal: UFRN. Ed. Universitária., 1987 –

Semestral.

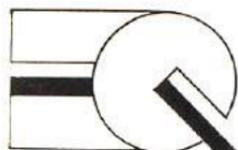
1. Educação - Periódicos. I. Título

ISSN 0102-7735

RN/UF/BCZM

94/07

CDU 37 (05)



SUMÁRIO

EDITORIAL	5
ARTIGOS	
CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES E POLÍTICA EDUCACIONAL: contribuição à discussão teórica Leda Dantas	9
NOTAS SOBRE O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL Antonio Cabral Neto	19
BUROCRACIA E SOCIEDADE DE CLASSE Ester Senna, Eurize C. Pessanha e Sandra Zákia Sousa	52
INTERESSE DE CLASSE E RACIONALIDADE: notas de leitura sobre o capitalismo moderno Ronaldo Baltar	75
EDUCAÇÃO E DIREITOS SOCIAIS: o legado da autocracia burguesa Oswaldo Hajime Yamamoto	92
ESTADO CAPITALISTA E PÓS-ESTRUTURALISMO José Paulo Bandeira da Silveira	124
ENTREVISTA	
José Willington Germano: POLÍTICA EDUCACIONAL EM QUESTÃO	152
RESENHA	
ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1964-1985), de José Willington Germano, São Paulo: Cortez, 1993 - 297 p. Eva Cristini Arruda Câmara Barros	174
CRIAÇÃO E ARTE	
A EDUCAÇÃO PELO TIJOLO (ensaio) Eli Celso de A. Dantas da Silveira	178
ESTÓRIAS DE LEITURAS Margareth Brandini Park	180
PESQUISAS E EXPERIÊNCIAS	
INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: análise de um processo Lúcia de Araújo Ramos Martins (coordenadora)	185
A INICIAÇÃO CIENTÍFICA: um aprendizado do trabalho científico da realidade social Maria Julieta Costa Calazans	190

TESES E DISSERTAÇÕES

O PROFESSOR E O CONTEXTO RURAL: relação transformadora no ensino da língua materna Maria Arisnete Câmara de Moraes	198
A INTERVENÇÃO NA ROTINA DA PRÉ-ESCOLA PÚBLICA: um grande desafio Maria do Rosário da Silva Cabral	199
CES: a escola supletiva em Natal/RN (nos anos 70) Rosanália de Sá Leitão Pinheiro	200
UM ESTUDO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR CONFORME A PERCEPÇÃO DE MÃES DE CRIANÇAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES EM NATAL/RN Maria Selma Porpino de Araújo	201
ESCOLA x INDÚSTRIA CULTURAL – o papel da escola na formação de percepção crítica em relação aos meios Ana Maria Cocentino Ramos	202

INFORMES

EQ - Destaque editorial	204
REDUC	205
Doutorado	205
Rede latino-americana de historiadores da educação	206

EDITORIAL

As políticas governamentais que vêm sendo implementadas no Brasil, de uns tempos para cá, têm acenado na direção de um modelo neoliberal que apregoa o mercado como sendo o principal regulador e solucionador dos problemas sócio-político-econômicos.

De semelhante forma, no México e na Argentina, para citar apenas dois países, desestatizar e privatizar têm sido a palavra de ordem. O preço que eles vêm pagando para trilhar a chamada estabilização econômica tem sido muito alto. Recessão e incerteza são alguns dos espectros que rondam essas nações.

O Brasil do Plano Real parece vir seguindo a mesma cartilha e, portanto, poderá incorrer nos mesmos riscos. Uma das diferenças é que ele conta com uma Constituição que traz alguns embaraços à corrente privativista. E é exatamente às modificações nessa Constituição de 1988 que o povo brasileiro deve ficar atento.

Uma das dificuldades da sociedade para defender as chamadas conquistas sociais e os avanços democráticos preconizados nessa Constituição é que muitos deles ainda não saíram do papel, pois não foram regulamentados. Como não houve interesse das elites em concretizá-los, permaneceram adormecidos no texto magno. Para evitar que esses direitos ganhem vida é que se quer extirpá-los da lei.

Fim da estabilidade para o funcionalismo público, cessação da aposentadoria integral e por tempo de serviço, quebra de monopólios na área petrolífera e de comunicações, vinculação de recursos à educação, revisão do princípio de gratuidade do ensino público, autonomia universitária, revisão do direito de greve: eis alguns dos pontos que poderão ser atacados nesse processo revisionista do texto constitucional.

Tudo isso visando combater o chamado gigantismo do Estado e se posicionando em favor de um "Estado mínimo". Ora, a questão não é de tamanho nem de intervenção do Estado na economia. Mesmo porque a administração pública direta no Brasil gera menos que 20% do PIB. Na

Alemanha, Inglaterra, França e mesmo nos Estados Unidos da América esta cifra chega a 45%.*

A verdade é que o Estado deveria ser mais presente, digamos mais gigante, nas áreas da saúde e da educação, por exemplo. Por que diminuir a presença do Estado nessas e noutras áreas? Será que é porque ao projeto neoliberal não interessa a carência das maiorias, senão as oportunidades de lucro num grande mercado?

Modernização da economia, privatização do Estado, abertura de mercado, terceirização, flexibilização, todas essas palavras do momento significam pouco quando os princípios da democracia, da cidadania e da soberania são esquecidos.

A soberania de um país está diretamente relacionada à capacidade de se construir a cidadania. Não existe democracia plena com ausência de cidadania. A construção desta não se faz através das leis de mercado, principalmente numa sociedade injusta, onde as oportunidades são desiguais. A cidadania se constrói com lutas pelos direitos essenciais da maioria.

Ao que tudo indica, mais uma vez será necessária a mobilização social nas ruas, como na época das "diretas já", para defender os poucos avanços conseguidos na Constituição de 1988 e se tentar outros marcos na direção da democracia.

É dever da sociedade lutar pelo seu projeto de LDB, aquele que pode não ser o ideal, mas pelo menos teve a participação popular em sua discussão nacional. Não deixar que de última hora surja um projeto de LDB de gaveta para atender a interesses outros que não aqueles que defendem uma educação de qualidade, ensino público e gratuito em todos os níveis, democratização da gestão das instituições de ensino, plano de carreira e de capacitação para docentes, incentivo à pesquisa, ampliação dos recursos para a educação, garantia de ingresso e permanência na escola para todas as crianças e erradicação definitiva do analfabetismo.

É dever da sociedade lutar também contra os pesados serviços das dívidas interna e externa que chegam a consumir mais de 60% do orçamento nacional.*

* Cadernos ANDES nº 13. Brasília - Junho 1994.

Lutar contra a recessão na cidade e no campo, contra o arrocho salarial e contra um cenário de desemprego. Lutar por uma reforma agrária e por uma política agrária voltadas para as reais necessidades da população. Lutar por uma política de saúde coerente às carências nacionais e pela democratização da comunicação no país.

Sobretudo é preciso que se defenda uma Constituição que acene diretamente ao pagamento da enorme dívida social do Estado para com a maioria da população brasileira nas áreas da alimentação, da saúde, da moradia, da educação e do emprego com salário e aposentadoria dignos.

Noutras palavras, uma Constituição que propicie, no lugar da acumulação de capital, uma distribuição mais justa de oportunidades para a produção e usufruto da riqueza nacional.

José de Castro
Editor responsável

CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES E POLÍTICA EDUCACIONAL: contribuição à discussão teórica

Lêda Dantas*

O objetivo deste artigo é abordar a qualificação do educador numa perspectiva que contribua para o desenvolvimento da sua autonomia. Parte-se do pressuposto de que as políticas educacionais com sua existência periódica, ao encontrarem as decisões no que concerne aos rumos a serem tomados pelo conjunto dos educadores ao longo de uma determinada gestão, acabam por deixá-los à mercê de mudanças constantes, impedindo/obstaculizando a construção de um saber que de fato os qualifique. Discute-se ainda como poderia se processar a qualificação dos educadores fora do âmbito estatal. O presente artigo traz elementos que a nosso ver são imprescindíveis ao debate desta questão, qual seja a divisão do trabalho na escola e no órgão de ensino como um todo. Considera-se que a questão da qualificação do educador não foi suficientemente abordada sob este âmbito, o que não o torna ainda mais necessário. Os estudos de Kramer (1984), Mello (1987) e Fusari (1988), ainda que importantes para o tema, são inconclusivos sob este ponto de vista.

A) POLÍTICA EDUCACIONAL

Não obstante os conflitos entre as classes e interclasses no seio do Estado, este não existe fragmentado, desagregado, mas apresenta uma certa unidade, ou melhor, uma centralização, que se traduz por sua política global em favor da classe ou fração hegemônica e que define o funcionamento a longo prazo do Estado.

Essa política global seria como uma força geral atravessando os conflitos dentro do Estado e deve ser mais encarada como “resultante de

* Mestranda em Educação na UFPE e Pesquisadora do Centro Josué de Castro de Estudos e Pesquisas

uma coordenação conflitual de micropolíticas e táticas explícitas e divergentes que como formulação racional de um projeto global coerente” (Poulantzas, 1980, p. 157).

A existência dessas políticas várias é fruto das divergências entre as frações do bloco no poder e suas contradições com as massas populares.

Essa política global é própria da fase do capitalismo monopolista e objetiva orientar sua intervenção na realidade¹ visando a resolver a agudização dos conflitos provenientes da crescente acumulação e concentração do capital. Esta intervenção sistemática constitui o que se convencionou chamar de planejamento econômico capitalista.

Mas, como afirma Horta (1983, p. 214), embora

“a característica fundamental da forma de Estado Intervencionista seja a acentuada intervenção estatal na economia, a sua função econômica articula-se sempre com o seu papel político de conjunto. Isto significa que a intervenção estatal não se limita ao campo econômico e que o planejamento, enquanto forma de intervenção do Estado, deve ser visto como um processo global, que incorpora também o elemento social”.

Essa intervenção no social é orientada pelas políticas sociais.

As políticas sociais visam a garantir, primordialmente, a reprodução da força de trabalho para o capital, ou seja, têm em última instância objetivos econômicos - sobrevivência do capital.

No estabelecimento das políticas sociais - como nas demais-, o Estado, resultado que é da correlação de forças sociais, é levado a considerar tanto os interesses das classes proprietárias como as reivindicações das classes subalternas, na direção imprimida à reprodução da força de trabalho. Enfim,

“a política social é uma sugestão estatal da força de trabalho, ARTICULANDO as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social” (Faleiros, 1987, p. 59).

Procura-se garantir ao trabalhador saúde, educação e transporte no limite necessário à reprodução de sua força de trabalho para o capital e do avanço da sua luta organizada.

A educação, nesse contexto, passa a ter uma função claramente associada aos desígnios da política econômica: a formação da força de trabalho para o capitalismo. Mas, a educação escolar também para a reprodução das relações de trabalho, à medida que “reflete e produz a separação da teoria e da prática, da cultura e da política, do saber e do trabalho...” (Cury, 1986, p. 60). Busca-se, assim, “a estabilização do sistema capitalista através da desarticulação da cultura operária” (Cury, 1986). Esta concepção de educação vai orientar a ação do Estado no sistema educacional.

A partir do exposto, a política educacional pode ser compreendida como uma direção a ser imposta ao sistema escolar, resultado de conflitos entre as classes antagônicas e entre frações da classe dominante, com a finalidade de levá-lo “a cumprir as funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado” (Horta, 1983, p. 195), qual seja “a reprodução da formação social do capitalismo, pela reprodução das forças produtivas e das relações de produção” (Horta, 1983, p. 236).

B) EDUCADOR

O educador é considerado aqui como um mediador entre as diretrizes traçadas pela política educacional e a maioria que frequenta a escola pública. Se, no interior do capitalismo monopolista, a escola tem cumprido o papel determinado pela política econômica do Estado, o educador tem veiculado o saber necessário à formação da força de trabalho para o capital.

Com o aperfeiçoamento tecnológico, o capitalismo foi exigindo apenas um reduzido número de trabalhadores qualificados. Dessa forma, não atende aos seus interesses investir numa escola com ensino de qualidade para as crianças das classes populares, o custo não daria retorno.

Nessa escola capitalista, o educador do ensino fundamental, na sua minoria, é um mero transmissor de um conteúdo fragmentado e destituído de sentido para as crianças às quais se dirige. Ele desconhece como vivem essas crianças, como funcionam cognitivamente e quais são suas necessidades. Desse modo, tem contribuído, através de sua prática, para a seletividade que ocorre na escola pública: fenômeno que embarga, pela reprovação ou pela evasão, a ascensão da criança aos patamares mais altos da hierarquia escolar.

Essa deterioração do saber do educador é resultado de muitos mecanismos. Em primeiro lugar, a formação profissional que se assenta em estudos acerca da criança de classe média e que valoriza a técnica em detrimento de reflexão crítica. Em segundo lugar, a divisão interna escolar que, a despeito de racionalizar e tornar mais eficiente o ensino, cria a figura do especialista de ensino com a função de pensar, programar a atividade do docente, deixando a este apenas a função de executor. As péssimas condições físicas, materiais e salariais em que é obrigado a exercer o seu ofício, e a centralização dos órgãos de ensino que retiram da escola quase que completamente a sua autonomia, também são fatores que contribuem para desqualificar o trabalho do educador.

Com base no exposto, assume-se aqui a posição de Nosella (1983, p. 95), segundo a qual

“a incompetência pedagógica (...) é uma qualificação histórica e, logo, relacionada ao embate entre as classes sociais, pois consiste na impotência prática de uma determinada classe alcançar seus objetivos”.

O educador, desse modo, atua como um agente mantenedor da situação existente, tendo então a função de organizar a cultura consonante a hegemonia da classe proprietária.

Enquanto agentes mantenedores, os educadores estabelecem-se

“como mediadores reais e concretos entre o momento teórico (concepção de mundo) e o momento prático (por exemplo, na prática social exercida a nível das relações de produção), entre o social e o individual. Ou seja, os agentes pedagógicos representam os divulgadores mais imediatos da concepção de mundo que busca o consentimento ativo e coletivo das classes sociais, em função do projeto hegemônico existente. Ao atuarem nesse nível, tornam-se mediadores, para as consciências, das realidades que defendem e divulgam” (Cury, 1986, p. 55).

Contudo, o educador se se manifestar ligado aos interesses das classes populares, pode atuar no sentido da transformação do real e propor outros fins para a educação que não os dominantes (Cury, 1986). Desatrelando a educação dos interesses econômicos, o educador pode

tornar sua prática pedagógica um momento de compreensão dos mecanismos de dominação e contribuir na preparação de indivíduos insatisfeitos com o que se lhes apresenta e que procuram ir além dos fenômenos.

Essa possibilidade exige a formulação de um ponto de vista que se contradiga à ordem existente; para tanto, exige um agente pedagógico que “elabore um discurso crítico que intencione a elevação das consciências dominadas e destrua a pseudoconcreticidade das representações da falsa consciência” (Cury, 1986, p. 84).

Mas, como conseguir da maioria dos educadores essa direção se ele próprio foi educado nessa lógica e tem trabalhado consuetudinário a ela durante vários anos? A possibilidade pode estar na sua qualificação.

C) CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO

A política educacional tem os seus objetivos traçados em função da correlação de forças sociais (cf. item A). Estabelecidas as diretrizes, estas passam a orientar a elaboração dos planos e a ser difundidas entre os educadores a fim de que se tornem hegemônicas. Um dos meios mais freqüentemente utilizados para convencer docentes/especialistas acerca da necessidade/importância de se concretizar a concepção educativa do momento tem sido o treinamento/capacitação dos mesmos. Esta prática parte do pressuposto de que “Nenhuma reforma se faz ou não se implanta uma nova Lei, sem o convencimento do educador e, para tanto, o treinamento é fundamental” (Fusari, 1988, p. 14).

A função mediadora do educador é então utilizada como instrumento de propagação e concretização dos desígnios da política educacional vigente.

A qualificação/desqualificação do educador está inserta neste contexto e submetida aos diversos parâmetros das diversas políticas educacionais. Uma delas acredita que qualifica, o que para a outra é desqualificar. Ao educador é reservada a tarefa de executar o que é concebido ao nível central, desconhecendo, na maioria das vezes, seus reais objetivos.

Esta divisão do trabalho destinando a alguns a tarefa de concepção (intelectual) e, aos demais, a execução (manual) permeia todo o sistema de

ensino, e não só este, pois é uma determinação histórica do próprio capitalismo.

A divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual já existia antes do advento do capitalismo (Marx; Engels, 1987), no entanto ocorria de forma menos radical.

“O conhecimento produzido pelo trabalho intelectual nas sociedades que antecederam ao capitalismo podia ser mais desinteressado e contemplativo, na medida em que, no pólo do trabalho manual, não havia uma separação absoluta entre meios de produção e trabalho produtivo, e, portanto, a atividade de concepção também se fazia presente” (Mello, 1987, p. 19).

Com o capitalismo, a divisão entre trabalho manual e intelectual atingiu outras dimensões:

“a tarefa do trabalhador tornou-se tão especializada e parcelada, que ele não tinha mais produto para vender e, em consequência, devia submeter-se ao capitalista para combinar o seu trabalho com o dos outros operários e fazer, do conjunto, um produto mercantil” (Marglin, 1989, p. 43).

Logo, o seu saber não era suficiente para que ele, sozinho, produzisse coisa alguma. O conhecimento do processo como um todo ficava restrito ao capitalista. Esta foi a forma encontrada de tornar seu papel indispensável (Marglin, 1989).

Desse modo, os proprietários dos meios de produção não se apropriaram apenas dos bens produzidos materialmente, mas também do saber produzido nas relações sociais. Assim, foi possível a uma minoria pensar os processos de trabalho, enquanto a maioria limitava-se a executar. Esta divisão entre trabalho manual e intelectual era justificada como necessária a maior eficiência do processo de produção (Gorz, 1989).

O conhecimento produzido, fruto das relações sociais e de produção da existência, quando apropriado por uma minoria, aparece como se fosse autônomo, independente da atividade prática. Todavia, o que ocorre é a “cisão do único”, de que fala Kosik (1986), pois saber e fazer estão intrinsecamente ligados (na essência), embora se procure mostrá-los como distintos (na realidade fenomênica) (Kosik, 1986). “Não que a organização capitalista possa funcionar conforme modelo diferente do

dialético, segundo o qual se desvenda toda atividade coletiva” (II Manifesto, 1989, p. 178). Apenas a síntese se faz em lugar diferente da base, onde está a maioria trabalhadora.

“Em outros termos, o capitalismo aumenta o caráter abstrato (no sentido marxista) do trabalho e, por isso, diminui o poder daqueles que operam no interior do sistema, impedindo-os de completar sua inteligência da realidade e sua capacidade de transformá-la de modo autônomo” (II Manifesto, 1989, p. 178).

O trabalhador dominando o saber e o fazer, a teoria e a prática, adquire uma concepção concreta da realidade - para além da pseudoconcreticidade que se lhe impõe, fazendo-o tomar os fenômenos pela essência - e se torna ameaça para a classe dominante.

Esta não será uma conquista fácil, uma vez que o desenvolvimento tem significado uma racionalização e uma parcelarização do trabalho de forma bastante acelerada. Exige-se cada vez mais a figura do especialista e cada vez menos um grande número de trabalhadores qualificados. Tem-se propagado também largamente a cientificidade e a neutralidade do saber produzido, escamoteando-se suas determinações históricas e interesses de classe. Com isso, há uma sobrevalorização dos meios, das técnicas, pretendendo-se dessa forma obstaculizar a possibilidade de outros fins, logo, de mudança social.

Essa lógica penetrando na escola dispõe hierarquicamente especialista e docente. O primeiro com a função de planejar, controlar o processo de ensino-aprendizagem, segundo os ditames da política educacional (logo, com reduzida autonomia)², e ao segundo cabendo apenas a tarefa de execução (*cf.* item anterior). O educador vai sendo, paulatinamente, esvaziado do seu saber e tem, às vezes, na escolha dentre a profusão de técnicas, a única expressão de sua autonomia.³

Entretanto, esta divisão do trabalho educativo não se limita à instituição escolar, mas é a lógica de todo o órgão responsável pelas diretrizes da educação. O gigantismo e a burocratização desses órgãos e a sua legião de técnicos encarregados de projetar, quantificar, fiscalizar o processo educativo retira da escola o seu poder de decisão, a sua autonomia de decidir os seus fins e sua forma de fazer a educação.⁴ Com isto a escola não produz saber, apenas reproduz o que é concebido ao nível central.

Até aqui foram analisados os mecanismos de reprodução do capitalismo, tal como se expressam no sistema de ensino. A partir de agora procurar-se-á dar indicações de que mediações são necessárias para que a capacitação se torne um meio de qualificação real do educador. Pressupõe-se que alterar a divisão do trabalho existente em todo o sistema educacional é um fator determinante nesse processo.

Assim, para que o educador recupere a unidade do seu trabalho e o seu caráter concreto, para que possa inovar, executar e pensar os fins da sua atividade, para além das mudanças aparentes, é preciso que se extinga a hierarquização (das funções e dos salários) (II Manifesto, 1989). Isso significa “a conquista dos instrumentos de conhecimento e dos instrumentos políticos capazes de derrubarem esse tipo de divisão do trabalho e de objetivação do poder capitalista” (II Manifesto, 1989, p.182).

A conquista dos instrumentos de conhecimento podem se dar através de processos de qualificação programados pelos próprios educadores, segundo suas necessidades. Parte-se aqui do pressuposto de que a capacitação, para fazer sentido para o educador, como todo aprendizado (*cf.* item anterior), precisa partir das necessidades e inquietações do sujeito/grupo conhecedor. Isto não significa dizer que se permaneça atrelado ao mais concreto/cotidiano e que não se tenha acesso aos conteúdos culturais elaborados historicamente pela humanidade, desde que compreendidos em suas determinações sócio-político-econômicas.⁵

Partindo das exigências do educador, a capacitação o leva a voltar-se sobre sua própria prática, a refletir sobre ela e se insatisfazer.

O segundo momento é o da reflexão conjunta com seus pares, da troca de dúvidas e respostas até o debruçar-se sobre as teorias, consultas a pessoas outras que reflitam as questões em debate (intelectuais). Surge, então, o momento da sistematização, da organização das idéias e da volta à prática.

Esse processo exige tempo, talvez muito tempo, anos até, e, portanto, precisa ser sistemático, insistente. O educador, após décadas de repressão e esvaziamento cultural, não se recuperará, a não ser a todo custo.

Qual o conteúdo dessas capacitações? Este iria se definindo na correlação de forças sociais dentro da própria escola e nas relações que esta for estabelecendo com a sociedade como um todo. O movimento de alunos e educadores ligados a partidos diversos, ou mesmo assumindo o

senso comum “apolítico”. Será nessa luta que surgirá a direção a ser imprimida ao processo educativo na escola. Neste movimento, as escolas irão construindo suas verdades e poderão apresentar propostas concretas à sua clientela e se contrapor à política educacional quando esta incidir em pontos já superados por aquela comunidade escolar. Desse modo, irão se formando as consciências, pois “a consciência gera-se na práxis, a partir da interpretação da realidade cotidiana, das pequenas e continuadas lutas diárias, mas, fundamentalmente, no CONFRONTO entre sujeitos com interesses opostos” (Gomez, 1987, p. 54).

Nesse processo,

“a escola instituirá, com base na participação grupal, mecanismos institucionais de mudança (assembléias, conselhos, eleições, reuniões, associações, etc.). Outra forma de atuação é - aproveitando a margem de liberdade do sistema - criar grupos de pessoas com princípios educativos autogestionários (associações, grupos informais, escolas autogestionárias). Há um sentido expressamente político, à medida que se afirma o indivíduo como produto do social e que o desenvolvimento somente se realiza no coletivo” (Nosella, 1983).

Com base nestes pressupostos é que se concebe aqui a capacitação do educador enquanto partindo de suas próprias exigências e da comunidade a quem deve servir, longe das predeterminações homogeneizadoras das diversas políticas educacionais governamentais que visam a redirecionar sua prática pedagógica, qualificando-o/desqualificando-o para atender às exigências da política econômica.

Esta posição tem apoio em Nosella (1983, p. 40) que afirma: “os educadores tomarão suas decisões a partir do coletivo político ao qual pertencem, e jamais do Estado”.

NOTAS

1. Na fase anterior, capitalismo concorrencial, as intervenções eram tópicas e não-sistemáticas.

2. “A única realidade do capitalismo é a atividade econômica como totalidade: fica proibida qualquer compreensão e qualquer influência àqueles que, por sua função, devem limitar-se a pensar ou limitar-se a agir” (II Manifesto, 1989, p. 178).
3. “Cada ato autônomo de decisão é um ato de poder e ausência de possibilidade de decisão é uma ausência de poder” (II Manifesto, 1989, p. 182). A autonomia real, no caso do educador, significaria poder agir sobre a política educacional que direciona sua atividade.
4. Não confundir esta posição de Dewey, educador norte-americano do século XIX.
5. Compreender tais determinações é considerar que a produção de conhecimento se dá nas relações sociais de trabalho, nas relações sociais de produção; que o saber historicamente elaborado, tendo sido produzido dentro de relações sociais de exploração, assume a marca dos interesses dominantes; que todo saber é político porque tem sua gênese em relações de poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CURY, C. R. J. *Educação e contradição*. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1986.
- FALEIROS, V. P. *A política social do estado capitalista*. 5 ed., São Paulo: Cortez, 1987.
- FUSARI, J. O. *Idéias: recursos humanos para a alfabetização*. São Paulo: FDE, 1988, p.13-27: tendências históricas do treinamento em educação.
- GOMÉZ, C. M. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989, p.79-89: processo de trabalho e processo de conhecimento.
- GORZ, A. O despotismo de fábrica e suas conseqüências. In: GORZ, A. (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989, p.79-89.
- HORTA, J. S. B. Planejamento educacional. In: MENDES, D. T. (Coord.). *Filosofia da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização, 1983, p.195-239.
- II MANIFESTO. Para contestar o papel dos dirigentes técnicos. In: GORZ, A. (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989, p.167-192.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, Cap. 1.
- KRAMER, S. Melhoria da qualidade de ensino: o desafio da formação do professor em serviço. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, n. 65, p. 523-537, 1984.
- MARGLIN, S. Origem e funções do parcelamento de tarefas. In: GORZ, A. (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 37-77.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. 6 ed., São Paulo: Hucitec, 1987.
- MELLO, G. N. *Magistério de 1º grau da competência técnica ao compromisso político*. 8 ed., São Paulo: Cortez, 1987.
- NOSELLA, P. Compromisso político como horizonte da competência técnica. *Educação e sociedade*, São Paulo, n. 14, p. 91-96, maio, 1983.
- POULANTZAS, N. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. Part.2.

NOTAS SOBRE O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL

Antônio Cabral Neto*

A discussão sobre o *Welfare State* tem estado presente, nas últimas décadas, no cenário do debate acadêmico. Essa presença se justifica, no nosso entender, dentre outras causas, pela grande repercussão que esse tipo de organização estatal passou a ter a partir de experiências vivenciadas em países desenvolvidos, principalmente após a segunda grande guerra mundial. A sua concretização passou, portanto, a ser o padrão indicado por amplos setores sociais como a alternativa desejável para atender aos direitos sociais, e consolidar a democracia e a cidadania.

No âmbito da discussão, ao nível mais geral, coloca-se um conjunto de autores que, tomando por base as experiências vivenciadas em países do primeiro mundo, procede a uma análise sobre os ganhos históricos decorrentes da adoção das políticas próprias do Estado do Bem-Estar, bem como dos limites atuais e perspectivas futuras.

No entanto, na primeira parte do artigo fazemos referências, apenas, aos escritos de Claus Offe, porque ele é um dos autores que vêm refletindo sobre essa questão de forma abrangente, tendo de certa forma influenciado o debate entre os estudiosos brasileiros.

Na segunda parte, realizamos, ainda que de forma preliminar, uma revisão no que se refere às ações e políticas de “Bem-Estar” adotadas no Brasil, bem como sobre as suas perspectivas e tendências, recorrendo a autores como Aureliano, Covre e Draibe.

A escolha desses autores deve-se, principalmente, ao fato de que eles tratam, em seus estudos, da política social como um todo, buscando identificar o sistema de proteção social edificado no Brasil. Em suas análises privilegiam, de um lado, o tratamento integrado da ação social do Estado, enfatizando as características e particularidades do sistema brasileiro de proteção social e, de outro, o estudo das perspectivas e dos

* Professor do Departamento de Educação da UFRN

cenários possíveis de encaminhamento da ação do Estado. Essa abordagem está presente, com mais ênfase, nos estudos de Draibe, daí por que os referenciamos com mais frequência no decorrer do nosso trabalho.

Ressaltamos, ainda, que as duas primeiras partes do presente artigo constam exclusivamente de uma revisão das idéias dos autores sobre o tema em pauta. Isso se justifica pelo fato de considerarmos importante, num primeiro momento, sistematizar e compreender os pontos de vista defendidos pelos estudiosos, para que, num segundo momento, possamos avançar na compreensão das mesmas.

Assim, na terceira e última parte do artigo, buscamos apreender, numa visão de síntese, a posição dos autores referenciados, bem como apresentar algumas considerações que expressam o nosso entendimento sobre o tema em estudo.

OFFE E O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL: elementos de uma revisão

A DEFESA DO ESTADO DO BEM-ESTAR

Na discussão sobre o Estado do Bem-Estar, Offe (1991) diz que, no período iniciado após a segunda guerra mundial, esse tipo de Estado serviu como a mais importante fórmula de paz para as democracias capitalistas desenvolvidas. Essa fórmula de paz consiste essencialmente, segundo o autor, na obrigação explícita do mecanismo estatal de proporcionar assistência e apoio, em dinheiro ou em serviços, aos cidadãos que correm os riscos próprios das sociedades de mercado, bem como no fato de o Estado do Bem-Estar se basear no reconhecimento do papel formal dos sindicatos, tanto nas negociações coletivas entre o capital e o trabalho, quanto no processo de formação da vontade política.

Na visão do autor, ambos os elementos estruturais do Estado do Bem-Estar são considerados como abrandamento do conflito de classe, como compensação das relações entre o capital e o trabalho, e, por conseguinte, como superação das causas dos conflitos destrutivos e contradições características do Estado pré-social ou capitalismo liberal.

Assim, para Offe (1991), durante todo o período do pós-guerra, o Estado social foi celebrado como a solução política para as contradições

sociais. Essa era, inclusive, a opinião unânime das elites políticas, tanto onde o Estado do Bem-Estar estava plenamente desenvolvido (como por exemplo na Grã-Bretanha e Suécia), como também onde ele era um programa ainda não inteiramente realizado (nos Estados Unidos da América, por exemplo).

Em sua reflexão, sugere o autor que a noção de cidadania nos Estados do Bem-Estar liberal democrático envolve três aspectos: primeiro, os cidadãos constituem a principal fonte de vontade política, na formação da qual eles são chamados a participar sob várias formas institucionais; segundo, são também os sujeitos contra quem essa vontade pode ser imposta e cujos direitos e liberdades civis, ao constituírem uma esfera autônoma de ação social, cultural, política e econômica “privada”, impõem limites sobre a autoridade do Estado; e, terceiro, são clientes que dependem dos serviços, dos programas e dos bens coletivos fornecidos pelo Estado, para garantirem os seus meios de sobrevivência e de Bem-Estar material, social e cultural em sociedade.

No que se refere a esse último aspecto, o autor defende a tese de que os cidadãos dependem do Estado devido à perda, tanto das formas feudais paternalistas de “Bem-Estar”, quanto da autarquia econômica individual que a natureza de controle pelo mercado do capitalismo industrial é incapaz de compensar totalmente. A “insegurança” e a incapacidade estrutural de manter as precondições de existência da sociedade civil como um todo não são mais um problema puramente militar, mas tornam-se também, cada vez mais, uma situação de todos os agentes dentro da vida e da sociedade civil. Eles passam a depender de uma grande variedade de políticas econômicas e sociais, cuja estrutura institucional é atualmente conhecida como o Estado do Bem-Estar intervencionista.

Os três componentes das relações modernas entre o Estado e os cidadãos, no ocidente, segundo Offe (1989a) são o Estado de direito, a democracia representativa e as condições de “garantia civil” através do Estado do Bem-Estar.

Ao analisar o problema global das relações inerentes ao conjunto desses três componentes institucionais, diz o autor ser conveniente subdividi-lo em três subproblemas: a viabilidade de combinações parciais dos componentes liberais e democráticos, o Estado liberal e o Estado do Bem-Estar e os componentes da democracia e do Estado do Bem-Estar.

O autor afirma, ainda, que o terceiro conjunto de subproblemas foi por ele tratado com mais detalhe por ter sido o mais negligenciado na literatura teórica, embora exista muita evidência empírica acumulada sobre o mesmo, nos anos setenta e início dos anos oitenta.

Ao analisar as relações e tensões que existem entre os componentes democráticos e os do Bem-Estar do Estado moderno nas sociedades capitalistas ocidentais, recorrendo a Titmus, Offe diz que

“o Estado do Bem-Estar é um conjunto de manifestações, primeiro, do desejo de sobrevivência da sociedade como um todo orgânico e, em segundo lugar, do desejo expresso de todos os indivíduos de contribuir para a sobrevivência de alguns indivíduos, e a democracia política nada mais é do que os meios institucionais através dos quais torna-se possível essa manifestação e expressão de vontade” (Offe 1989a, p.278).

Assim, a política é vista como um poderoso meio para forçar as elites políticas e os representantes políticos das classes dirigentes a aceitarem disposições do Estado do Bem-Estar.

Recorrendo, ainda, à análise de Gilbert, citado por Whiteley, Offe (1989a, p.280) afirma que

“o medo por parte da elite, do conflito social, e em última instância da revolução, foi o elemento catalisador na explicação da prática da política social no período entre guerras na Grã-Bretanha”.

Para o autor, subjacentes a esse pressuposto estão: um modelo de ação racional coletiva, através da política democrática, e um modelo de dinâmicas institucionais que se auto-reforçam e se auto-estabilizam. Em outras palavras, o duplo pressuposto é que agentes racionais em uma democracia se unirão a uma maioria a favor do Estado do Bem-Estar e que, uma vez estabelecidas as suas instituições, elas se tornarão gradativamente imunes a objeções.

Em sua argumentação, Offe (1989a) indica que esses pressupostos necessitam de uma revisão básica, dentre outras causas, porque os argumentos que pretendem sustentá-los estão baseados na suposição de ação racional por parte de indivíduos, classes, partidos, sindicatos, elites, eleitores e clientes do Estado do Bem-Estar. No entanto, esse quadro global, que é normalmente associado à teoria política social-democrata, é irremediavelmente antiquado

ao se olhar para os Estados do Bem-Estar da Europa Ocidental e para o seu futuro próximo, em meados da década de oitenta.

Para ele, nesses países não ocorreram mudanças constitucionais que ameçassem as instituições e procedimentos democráticos. No entanto, a situação e a sua percepção e interpretação ao nível da elite e da massa mudaram intensamente.

Essa nova divergência entre política democrática e as políticas sociais é tão difundida que, segundo o autor, não pode ser explicada em termos de desvios transitórios de uma trajetória de longo prazo estável. Para ele, essa nova divergência deve ser entendida como um reflexo de mudanças estruturais e de novas situações em que se encontram os agentes políticos, tanto individuais, como coletivos.

Assim o autor reafirma a sua posição de que

“a relação de apoio mútuo da democracia de massas e da condição do Estado do Bem-Estar não constitui mais hipótese convincente. Ao contrário, existem muitos indicadores, pressupostos e conjeturas teóricas, que nos levam a esperar que a política democrática de massas não funcionará no sentido de uma defesa sólida do Estado do Bem-Estar” (Offe, 1989a, p.283).

Nesses termos, Offe diz que Marshall (1965), ao formular a teoria da tendência, que previa a transformação das democracias parlamentaristas em sólidos Estados do Bem-Estar, supunha a existência de coletividades e grandes organizações de classe dos trabalhadores conscientes e bem estruturadas, que usariam o voto como veículo de suas estratégias de reforma social e de políticas abrangentes. O autor afirma que em 1965, época em que Marshall escreveu, não era algo complicado adotar essa hipótese. Mas chama atenção para o fato de que desde meados dos anos setenta vem ocorrendo uma rápida decomposição ou desestruturação dessas coletividades. O autor aponta como sintomas observados no processo de desestruturação, os quais abrangem toda a sociedade, a contraposição quanto à orientação do partido nas eleições, como também a crescente predominância da regulamentação do conflito industrial ao nível da fábrica sobre a regulamentação setorial, e desta sobre a regulamentação nacional e as divisões sociais, econômicas e culturais que cruzam as linhas divisórias entre as classes e organizações de classe.

Nessa linha de raciocínio, Offe firma posição nos seguintes termos:

“ A desorganização de vastas, relativamente estáveis e abrangentes comunidades de interesse econômico, filiação associativa, valores culturais e estilos de vida constitui a chave para a compreensão adequada do enfraquecimento geral do comprometimento do caráter solidário. Se já não ‘faz sentido’ referir-se a uma ampla e bem delineada categoria de cidadão como ‘o nosso tipo de gente’, o único referencial interpretativo para a ação é o próprio indivíduo, considerando a si próprio em termos racionais-calculistas” (Offe, 1989a, p.307).

O autor diz que essa posição pode ser interpretada de forma equivocada, se tomada pelo caminho do populismo de direita, ou por apelos a padrões morais universalistas. Isso pode, portanto, ter importância secundária uma vez que a significância primordial, segundo o autor, reside nas novas formas de pluralidade estrutural e cultural que conduzem praticamente à evaporação das classes e de outras coletividades conscientes de vontade política, interesse econômico e valores culturais, cuja existência deve ser considerada, como demonstrado anteriormente, uma condição necessária para atitudes e ideologias solidárias e coletivistas.

A partir dessas considerações, Offe passa a defender a seguinte tese:

“O Estado do Bem-Estar, como nós o conhecemos, é uma importante realização das sociedades da Europa Ocidental no pós-guerra, está perdendo rapidamente seu apoio político por essas razões de mudança estrutural, e que essa evolução não pode ser totalmente explicada por argumentos ligados à crise fiscal e econômica, nem por argumentos políticos que enfatizam a ascensão de elites e ideologias neoconservadoras; tampouco se pode reverter essa tendência com apelos morais à justiça e legitimidade das atuais disposições do Estado do Bem-Estar” (Offe, 1989a, p.307-308).

Offe (1991) situa a década de setenta como um momento no qual o Estado do Bem-Estar passa a enfrentar problemas. Nessa direção afirma que, a partir da metade dos anos setenta, observa-se que, em muitas sociedades capitalistas, a paz estabelecida pelas políticas do Bem-Estar torna-se objeto de dúvida e crítica profunda e de conflito político.

Segundo o autor, é como se o próprio veículo mais amplamente aceito de solução dos problemas políticos tivesse se tornado problemático, e pelo menos a confiança incondicional no Estado social e a sua expansão tivessem rapidamente se evaporado.

A partir desse entendimento ele defende a idéia segundo a qual

“o próprio modelo – aceito por quase todos – que havia mostrado de que modo se institui um elevado grau de paz e harmonia nas sociedades européias posteriores à guerra, passou a ser a fonte de contradições e antagonismos nos anos setenta”
(Offe, 1991, p.114).

O autor sustenta a necessidade de explicar a estagnação e a decomposição parcial dos Estados do Bem-Estar nas democracias da Europa Ocidental, desde meados da década de setenta. A partir dessa constatação sugere uma lista de indicadores que configuram um quadro uniforme a respeito do que vem acontecendo nesses países.

Sumariamente, essas indicações são as seguintes: houve uma série contínua, e às vezes um tanto dramática, de perdas e derrotas eleitorais para os partidos social-democratas e socialistas; houve uma descontinuidade marcante e, muitas vezes abrupta, na evolução do nível absoluto dos gastos do Estado do Bem-Estar, conduzindo à estagnação ou ao lento declínio dos orçamentos, em contraste com um contínuo aumento de gastos durante todo o período após a segunda guerra mundial; houve um declínio ainda mais acentuado nas transferências e serviços do Estado do Bem-Estar relativamente ao nível de necessidades que é, ele próprio, causado pelo desemprego e pelas mudanças econômicas, demográficas e setoriais; a crescente lacuna entre o que costumava ser considerado como necessidades e os serviços em larga escala e/ou militante em defesa do Estado do Bem-Estar e de sua contínua expansão. Ao contrário, os

padrões de conflito político se deslocaram em várias direções, dentre outras: o desfecho não promissor das greves e o surgimento de tumultos setoriais e locais, a deserção eleitoral do núcleo da classe trabalhadora em direção a forças políticas liberal-conservadoras, e a mudança no tipo de conteúdo do conflito político que se centrou em torno de problemas como os direitos dos cidadãos, as questões ambiental, feminina e pacifista ausentes da agenda do Estado do Bem-Estar e que, atualmente, estão sendo levantadas por movimentos sociais não vinculados à classe; existem fortes indicações de que, paralelamente a essas mudanças na política e nas ações políticas, ao nível da opinião da elite e da ideologia da esquerda política, o componente igualitário-coletivista e sua herança teórica estão perdendo importância enquanto os ideais e projetos libertários antiestatizantes e comunitários tornam-se cada vez mais dominantes.

Offe indica que Habermas, em um nível mais analítico, levantou o problema de que o Estado do Bem-Estar, após haver conciliado em alguma medida limitada a tensão entre a economia capitalista e a política democrática, está agora se confrontando com um duplo problema. Enfrenta a desconfiança, de um lado, do núcleo da classe trabalhadora e das categorias sociais em ascensão que abandonaram os ideais coletivistas e, de outro, daqueles que, embora reconhecendo alguma conquista social pelo Estado do Bem-Estar, também se conscientizam de sua contradição interna entre o poder estatal e o “mundo vivido”, ou entre o método do Estado do Bem-Estar e seus objetivos (Habermas, *apud* Offe, 1989a, p.285-286).

Para Offe (1989a), o que esse processo de desintegração estrutural nos lega é um padrão interpretativo que encerra uma profunda falta de fé nas políticas em termos de ganhos e perdas, exploração, possibilidade de “aproveitar-se” do Estado do Bem-Estar, redistribuição etc.

O autor afirma que esse processo de desestruturação varia de país para país, segundo as suas especificidades, sendo porém possível fazer algumas generalizações sobre o mesmo. Primeiro, observa-se que uma desestruturação de grande importância ocorre na dimensão longitudinal: considera-se que o futuro não será uma continuação do passado no que se refere ao crescimento econômico, à política fiscal e ao emprego, e tal expectativa destrói a plausibilidade da tradicional solução social-democrática de redistribuição sem dor, usando a expansão para financiar o Estado do Bem-Estar. Segundo,

há uma crescente diferenciação da popularidade desfrutada pelos diversos componentes do Estado do Bem-Estar.

Aponta, ainda, algumas causas responsáveis pela desestruturação de comunidades em sociedades desenvolvidas e, portanto, dos fundamentos do Estado do Bem-Estar. As causas apontadas pelo autor são as seguintes: a) existem, na força de trabalho das sociedades industrializadas, crescentes disparidades de oportunidades de vida entre a totalidade dos trabalhadores assalariados; b) os padrões predominantes de mudança econômica, industrial e tecnológica geram a conhecida separação entre as variações na produção econômica e no emprego (crescimento sem emprego); c) alianças em favor do Estado do Bem-Estar florescem nos “bons tempos” de crescimento econômico e pleno emprego, e tendem a decompor-se sob condições de jogos de soma zero; d) não só as metas e os objetivos das políticas do Estado do Bem-Estar deparam-se com um declínio do apoio político, mas também os meios pelos quais as metas têm sido tradicionalmente implementadas, isto é, a intervenção burocrática e profissional parece ter perdido grande parte da aceitação, sendo muitas vezes considerada à luz corrosiva de um jogo distributivo explorador; e) um fator que ajuda a compreender as reorientações antioletivistas e contra o Estado do Bem-Estar da opinião pública nas democracias ocidentais é o crescimento quantitativo da classe média, especialmente da “nova” classe, composta dos trabalhadores assalariados de colarinho-branco, categoria amplamente favorecida pela política do Estado do Bem-Estar; f) o fracasso de projetos hegemônicos – seja de planejamento estatizante, seja de democracia econômica – colocou os protagonistas tradicionais do Estado do Bem-Estar na posição altamente defensiva de “manter o que já temos”, o que, por sua vez, permite a segmentos participantes começarem a pensar em estratégias de evasão, caso falhe essa posição defensiva, fato, segundo o autor, previsto pelas elites conservadoras e por aquelas favoráveis à liberdade de mercado.

O autor nos diz que, como efeito combinado das mudanças estruturais, pode-se prever a ascensão de orientações de comportamentos de eleitores e cidadãos que apoiam políticas contra o Estado do Bem-Estar, não por más intenções, impulsos racionais ou mudança súbita em direção a valores e atitudes neoconservadoras e pró-liberdade de mercado, mas devido a convicções e preferências formadas racionalmente em

resposta às realidades sociais percebidas e às experiências vivenciadas com a prática dos Estados do Bem-Estar existentes.

Evidencia, também, o ataque de direita e de esquerda ao Estado do Bem-Estar. No campo da direita, as doutrinas neoclássicas e monetaristas criticam o Estado do Bem-Estar, enfatizando que o mesmo, em vez de harmonizar efetivamente os conflitos da sociedade de mercado, passa a agravá-los, impedindo que forças da paz social e do progresso (ou seja, a força do mercado) funcionem de maneira adequada e útil.

Nessa crítica estão explícitos dois argumentos. Primeiro, o aparelho do Estado do Bem-Estar impõe ao capital uma carga de impostos e regulamentos administrativos que detêm a disposição de investir. Segundo, o Estado do Bem-Estar concede aos trabalhadores e sindicatos, simultaneamente, reivindicações, direitos e posições de poder que detêm a vontade de trabalhar.

No campo da esquerda socialista, a crítica pode ser resumida em três pontos básicos. Ela enfatiza que o Estado do Bem-Estar social é ineficaz, ineficiente, repressivo e gera uma concepção falsa (ideológica), na classe operária, sobre a realidade social e política. Em resumo, ele seria antes um meio para estabilizar a sociedade capitalista do que um passo para transformá-la.

O autor faz uma rápida discussão sobre os principais argumentos apresentados pela crítica de direita e de esquerda, mostrando a procedência e os limites das mesmas, para, em seguida, afirmar que:

“... do lado conservador não há nenhuma teoria consistente e nenhuma estratégia realista para a ordem social de um Estado não social (...), na esquerda, talvez se possa falar de uma teoria consistente do socialismo, mas certamente não de uma estratégia realista para a sua instituição que fosse aceita por todos” (Offe, 1991, p.126).

Na falta de tal estratégia, o Estado do Bem-Estar social continua, segundo Offe (1991), uma realidade da ordem social das sociedades capitalistas avançadas, mesmo sendo teoricamente duvidosa, porém firmemente arraigada.

Em resumo, Offe (1991, p.127) afirma “... parece que o Estado social, apesar de atacado tanto pela direita quanto pela esquerda, não pode

ser facilmente substituído por uma alternativa conservadora ou progressista.”

Reforçando o seu ponto de vista, o autor diz, por exemplo, que hoje na Europa Ocidental é muito difícil imaginar uma estratégia política promissora que tenha em mira a eliminação de uma parte sequer dos componentes institucionais estabelecidos pelo Estado social, e menos ainda se pode falar de sua eliminação total. Para ele isto significa que, de certo modo, o Estado social converteu-se numa estrutura irreversível, cuja eliminação exigiria nada menos que a restrição da democracia e dos sindicatos, assim como mudanças fundamentais no sistema partidário.

○ WELFARE STATE E A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Para discutirmos a política do *Welfare State* no Brasil é importante ter clareza do significado que estamos atribuindo ao termo. É oportuno ressaltar que a noção de Estado do Bem-Estar (*Welfare State*) é fortemente impregnada de conteúdo socialmente positivo, em decorrência de sua vinculação com os programas social-democratas do pós-guerra, parecendo, portanto, estranho utilizá-la para dar conta de uma realidade de miséria, pobreza e exclusão social como a brasileira.

A fragilidade do conceito de *Welfare State* no Brasil é, portanto, decorrente, dentre outras causas, do perfil e características adquiridas pelas políticas sociais, marcadas principalmente pelos seus efeitos reduzidos, seus baixos graus de eficácia e efetividade social. Assim, não é de se estranhar que os estudos e debates sobre as políticas sociais no nosso país tenham, por muito tempo, adquirido forte tonalidade negativa, em confronto com um tipo de *Welfare State* oposto, principalmente o inglês.

Nessas circunstâncias, segundo Draibe, Aureliano (1989), as referências aos países da América Latina em geral, e ao Brasil em particular, sugerem que a política posta em prática nesses países não configura o desenvolvimento do Estado do Bem-Estar Social. Na melhor das hipóteses, colocam-nos como casos particulares, anômalos, dotados de tal especificidade que dificilmente poderiam ser tomados como variantes de tendências gerais, ou então integrantes de um outro padrão de formação e implementação dos sistemas de proteção social, que tem acompanhado o desenvolvimento das sociedades e economias modernas.

No entanto, as autoras chamam a atenção para a existência de uma vasta literatura atual sobre o *Welfare State*, alertando para o fato de que, uma vez trilhado o caminho dos estudos comparados, é possível apreender o Estado protetor menos como a concretização de programas social-democratas do pós-guerra, antes como um importante elemento estrutural das economias capitalistas contemporâneas, uma determinada forma de articulação entre o Estado e o mercado, que se manifesta ao longo do desenvolvimento capitalista.

Essa literatura¹, ao examinar comparativamente os processos históricos de formação do *Welfare State* em diversos países com diferentes graus de desenvolvimento, admitiu e concebeu distintos padrões que marcaram a consolidação dos contemporâneos Estados do Bem-Estar Social. Ela tem mostrado que o *Welfare State* pode ser mais universalista, institucionalizado e estatizado em alguns casos, ao passo que, em outros, mostra-se mais privatista e residual; mais generoso na cobertura e na diversificação dos benefícios e serviços sociais distribuídos em uns, mais seletivo e assistencialista em outros; mais infenso aos mecanismos e dinâmica político-partidária e eleitoral, em certas circunstâncias, mais "politizado" e clientelisticamente utilizado em outros. Em determinados casos e padrões, foi capaz de praticamente extirpar a pobreza absoluta, garantindo uma renda mínima a todos quantos nunca lograram integrar-se via mercado e salário; em outros, tem deixado relativamente a descoberto e desprotegidos os bolsões ou as camadas mais pobres da população.

Em relação ao financiamento e ao gasto social, as diferenças também se manifestam. Em geral, os sistemas tendem a ser financiados por contribuições sociais de empregados e empregadores, mas os pesos relativos dessas contribuições, assim como a participação do Estado no financiamento do sistema, variam bastante, quando se consideram diferentes grupos de países.

No plano institucional, a montagem do aparelho burocrático-administrativo de sustentação das políticas sociais obedece a lógicas diversas e, por isso mesmo, suas atuais faces são diferentes. Existem aqueles bem organizados, ágeis e dotados de racionalidade, mas a realidade predominante parece ser a de agigantadas máquinas, marcadas por incoerências, altamente burocratizadas e feudalizadas, respondendo

muito mais a interesses corporativos que a parâmetros mais gerais de racionalidade política, de justiça e equidade social.

"A tentativa é, sobretudo, a de avançar no campo da teorização, de modo a possibilitar a construção de 'modelos' ou padrões de formação e desenvolvimento dos modernos sistemas de proteção social relacionados com determinantes econômicos, socioculturais e políticos, capazes de oferecer graus confiáveis de explicação para a variação das tendências detectadas nas suas complexas dimensões. Muito embora este seja um esforço ainda em realização, carente de resultados mais definitivos, parece-nos permitir, ou pelo menos sugerir, a possibilidade de reavaliar o nosso 'caso' (o brasileiro)" (Draibe, Aureliano, 1989, p.89).

Nessa direção, muitas daquelas características, que pareciam compor a especificidade irreduzível do sistema brasileiro de políticas sociais, podem ser repensadas, segundo as autoras, à luz dos estudos internacionais sobre padrões de formação, desenvolvimento e crise do *Welfare State*. Em outras palavras, parece ser possível, hoje, interrogar a literatura sobre o assunto, para aí buscar instrumentos analíticos e sugestões para pensar um determinado padrão de desenvolvimento e consolidação do *Welfare State* num país como o Brasil, que moldou a face mais completa do sistema de proteção social sob a égide de um regime autoritário, nos quadros de um modelo econômico concentrador e socialmente excludente.

É importante retermos, também, que a concepção adotada pelas autoras na discussão sobre o *Welfare State* no Brasil está fundamentada no entendimento de que houve uma transformação nas relações entre o Estado e a economia, que se manifesta em modificações na própria estrutura do Estado e na emergência de sistemas nacionais, públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, integração de renda, assistência social e habitação popular. Concretamente, trata-se de processos que se expressam na organização e produção de bens e serviços públicos, na montagem de esquemas de transferências sociais, na interferência pública sobre a estrutura de oportunidades de acesso a bens e serviços públicos e privados e, finalmente, na regulação e incentivos à produção de bens e serviços sociais privados.

A introdução da política social no Brasil está relacionada a um quadro complexo de determinações que não se reduz ao nível das exigências estruturais indeterminadas. Exigências da reprodução da força de trabalho, mobilização e demanda operária, necessidades de controle social e político dos trabalhadores são postas desde o nascimento da economia exportadora capitalista, mas somente encontraram respostas do tipo orgânico e integrado, ainda que restrito, após a revolução de 1930.

Draibe, Aureliano (1989) afirmam que o conjunto da literatura sobre as políticas sociais no Brasil toma a revolução de 1930 como um marco que dá início à ação social do Estado, ainda que possa haver, evidentemente, discordância quanto ao papel por ela assumido.

Na perspectiva de Santos,² as políticas sociais assumem uma ação preventiva que as elites adotam para manter o seu *status quo*, enquanto Braga fala numa necessidade de legitimação, via massas, da estrutura de poder conformado pelo “compromisso” entre setores agrários e urbano-industriais, numa situação de crise de hegemonia.

Assim é possível afirmar que o marco do *Welfare*, entre nós, é datado da década de 30, considerando o conjunto de transformações ocorridas no Estado brasileiro e as formas de regulação social que aí se iniciaram.

O período de 1930 a 1943 foi marcado pela produção legislativa que envolve, principalmente, a criação dos institutos de aposentadoria e pensões, a legislação trabalhista, mas também foi um período fértil em alterações nas áreas de política de saúde e de educação.

No período do regime democrático (1945/1964), desenvolveu-se um movimento de inovação legal-institucional nos campos da educação, saúde, assistência social e, muito tenuamente, na habitação popular. Expandiu-se o sistema de proteção social nos moldes e parâmetros definidos pelas inovações do período 30/43, isto é, ao mesmo tempo houve avanços no processo de centralização institucional e de proteção de novos grupos sociais dos esquemas de proteção sob um padrão, entretanto seletivo (no plano dos beneficiários), heterônomo (no plano dos benefícios) e fragmentado de intervenção social do Estado.

O período compreendido entre 1930 e 1964, por suas características, Draibe (1989) denomina-o de introdução e expansão fragmentada. A

primeira etapa desse período (de 30 a 43) refere-se à introdução e a segunda (de 43 a 64) à expansão fragmentada.

Já o período que se iniciou em meados da década de 60 e se estendeu até a década de 70, diferentemente do período anterior (30/64), foi marcado por um conjunto de medidas legislativas e por um quadro de radical transformação da armação institucional e financeira do sistema político-social.

“A transformação radical ocorre porque é nesse momento que efetivamente se organizam os sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados na área de bens e serviços sociais básicos (educação, saúde, assistência social, previdência e habitação), superando a forma fragmentada e socialmente seletiva anterior, abrindo espaço para certas tendências universalizantes mas, principalmente, para a implementação posterior de políticas de massa ou de, relativamente, ampla cobertura”
(Draibe, Aureliano, 1989, p.90).

Esse correspondeu a um período de inovações em política social, uma vez que se abriu a intervenção do Estado em novo setor (habitação), se introduziram mecanismos no campo de formação do patrimônio dos trabalhadores e da chamada participação nos lucros das empresas (FGTS, PIS/PASEP) e, ainda, mantendo fortes características de exclusão, o sistema de proteção social avançou na inclusão dos trabalhadores rurais, assim como se diferenciaram os planos de benefícios para trabalhadores urbanos.

Segundo Draibe, Aureliano (1989) foi com as características autoritárias e tecnocráticas³ do regime que se instalou em 1964, que se completou o sistema de *Welfare* no Brasil. Definiu-se, nesse período, o núcleo duro de intervenção social do Estado, armou-se o aparelho centralizado que suportava tal intervenção, foram identificados os fundos e recursos que apoiariam financeiramente o sistema, definiram-se os princípios de operação, e, finalmente, as regras da inclusão/exclusão social que chegaram a marcar definitivamente o sistema.

Observam-se no Brasil, especialmente a partir de meados da década de 70, tendências universalizantes de políticas, no que se refere, principalmente, à ampliação das possibilidades de acesso aos subsistemas

sociais, à expansão massiva do sistema e à oferta de serviços sociais publicamente organizados. Mesmo com essas modificações, segundo Draibe (1988), o sistema brasileiro de *Welfare* está longe de ser caracterizado como “institucional-redistributivo”⁴ tendo antes reforçado seu caráter “meritocrático-particularista”.⁵

Assim, a expansão massiva, que ocorreu a partir de meados da década de 70, fez-se sob o padrão organizado desde 1964 e que, já no final dos anos 70 e início dos anos 80, apresentava indícios de esgotamento e crise, nos aspectos organizacionais, financeiros e sociais.

“A crise econômica desencadeada ao final da década de 70 e início da década de 80, principalmente, provocou transformações no Estado Social brasileiro. A crise econômica acelerou este processo, dadas as restrições mais gerais que impõe nos planos do emprego e da renda, assim como suas implicações sobre o financiamento do setor público em geral e das políticas sociais em particular” (Draibe, 1988, p.43).

A reestruturação efetivada naquele momento se deu sob uma orientação conservadora, não se verificando mudanças significativas nos princípios gestores do *Welfare* no Brasil.

Ao período que se iniciou em 1964 e terminou em 1985, Draibe (1988) denomina de consolidação institucional e reestruturação conservadora. A primeira etapa desse período (64 a 77) é designada de consolidação institucional, a segunda (77 a 81) de expansão massiva e a terceira (81 a 85) de reestruturação conservadora (tentativas).

Antes de passarmos ao período seguinte é importante ressaltar que a análise sobre o *Welfare State* no Brasil no pós-64 é bastante complexa.

“Foi muito difícil para os opositores do Estado autoritário abandonar a tese estagnacionista e admitir que a ‘revolução’ de 1964 havia realizado reformas econômicas com as quais foi possível vencer a crise e desencadear um vigoroso processo de expansão produtiva. Ao renderem-se aos fatos as oposições deslocaram sua crítica para o caráter excludente do desenvolvimento econômico com destaque para a redistribuição de rendas” (Draibe, Aureliano, 1989, p.156).

Assim, admitir que naquele momento as políticas sociais ganharam um novo impulso, e centrar a crítica no caráter conservador da intervenção estatal era muito difícil, não apenas diante de bloqueios ideológicos, mas, também, por causa do receio de não ser entendido e estar enfraquecendo a crítica ao regime. Nessas circunstâncias era então impossível falar-se em *Welfare State*, principalmente porque essa categoria, como já vimos, tem, entre nós, uma conotação positiva que a associa à redistribuição de renda, direitos sociais amplos etc. No entanto, atualmente podemos dizer que havia definida, no final dos anos 50, uma questão social que admitia várias alternativas. Ali estavam dadas novas necessidades de regulação social, advindas do avanço da industrialização que completou a sua última etapa (a industrialização pesada, trazendo consigo o surgimento da grande empresa oligopolista moderna e a vertebração do aparelho industrial, o adensamento do assalariado, a unificação do mercado de trabalho e o desenvolvimento da urbanização e da metropolização) e do aprofundamento futuro desse processo com o desenvolvimento de uma nova etapa do capitalismo.

Nessas circunstâncias, segundo Draibe, Aureliano (1989) o tipo de *Welfare State* dependeria, antes de tudo, da luta política.

E foi a reestruturação capitalista conservadora que imprimiu a marca meritocrático-particularista ao nosso sistema de proteção social, que tem um enorme dinamismo advindo da expansão econômica e, ao mesmo tempo, é barbaramente regressivo.

Após 1985, com o governo da Nova República, também são feitas tentativas de transformação do padrão de política social, sem que, no entanto, se tenha logrado muito sucesso.

As concepções e estratégias de política social, anunciadas pelo governo da Nova República em seus principais planos e programas, enfatizam que o resgate da chamada dívida social passaria necessariamente por uma reversão das relações entre a política econômica e social, de tal modo que a última não permanecesse, como no passado, subordinada à primeira. Assim, através de políticas ativas, de retomada do crescimento econômico, de criação de empregos, de elevação salarial e de reformas fiscais com sentido progressista, estariam dados os passos para a efetiva ampliação da ação governamental na área social.

“Coerente com essa concepção no plano da estratégia de ação, o governo definiu um programa de dupla

temporalidade, teoricamente organizado, supondo dois diferentes níveis e etapas de intervenção. De um lado, foram concebidos e postos em prática dois Planos de Emergência voltados para o combate à fome, ao desemprego e à miséria mais gritante... De outro lado, iniciou um movimento em direção ao que se poderia chamar a grande reformulação do padrão brasileiro de Estado do Bem-Estar Social” (Draibe, 1990, p.27-28).

No que se refere a esse movimento, a estratégia do executivo consistiu basicamente em propor a criação de grandes comissões setoriais responsáveis pelas proposições mais gerais de reformas nos campos da previdência social, assistência social, sistema nacional de habitação, saneamento, educação, reforma sanitária, com possíveis rebatimentos sobre as comissões de reforma administrativa e tributária.

Outro princípio norteador das estratégias de organização da proteção social, naquele momento, pelo menos em nível do discurso, foi a descentralização, com forte tendência para a municipalização, a integração dos serviços sociais e benefícios sociais face às clientelas dadas e à participação popular nos processos de decisão, implementação e controle dos programas sociais.

Segundo Draibe(1990), aí está presente uma concepção alternativa de produzir, organizar e distribuir bens e serviços sociais. Assim, os documentos oficiais passam a incorporar a tese de que fossem retiradas, de vez, para sempre, as políticas sociais do mundo do assistencialismo, da tutela e manipulação, do clientelismo e do arbítrio, afirmando a concepção de direito social da cidadania aos benefícios e serviços sociais públicos.

No entanto, essas autoras, ao fazerem um balanço da política social da Nova República, principalmente nos períodos 85/86, classificam-na como negativa e desanimadora.

“... os modestos programas de prioridades sociais apresentaram resultados bastante aquém das metas anunciadas e, o que é pior, a própria ausência de avaliações e acompanhamento, assim como de sua continuidade após 1986, sugerem que teriam sido ainda ineficazes mesmo que contassem com mais recursos” (Draibe,1990, p.18).

Finalmente, os princípios e concepções proclamados, principalmente aqueles referentes à descentralização, participação e integração, ficaram prejudicados, uma vez que, de fato, as reformas não foram efetivadas, com exceção do SUDS.

Mas, segundo Draibe (1990), inegavelmente a Nova Constituição⁶ representou um avanço significativo no que se refere ao padrão brasileiro de proteção social até então vigente. As modificações constitucionais parecem, à primeira vista, projetar um movimento, um certo deslocamento que vai do modelo meritocrático-particularista em direção ao modelo institucional-redistributivo, isto é, em direção a uma forma mais universalista e igualitária de organização da proteção social no País. É preciso ficar claro que a autora está apontando, apenas, uma tendência em um texto escrito, no início do ano de 1990, antes mesmo da elaboração da legislação complementar que serviria de instrumento de detalhamento dos direitos “assegurados” na Constituição.

A esse período que se inicia em 1985, Draibe, Aureliano (1989) denominaram de reestruturação progressista (tentativas).⁷

PARTICULARIDADES E TENDÊNCIAS

É preciso apreender a especificidade do *Welfare State* brasileiro. Nesse sentido é importante destacar que o capitalismo brasileiro⁸ definiu um caminho conservador de “progresso social”. Com isso, Draibe, Aureliano (1989) querem enfatizar que: a) o rápido desenvolvimento econômico provoca uma acelerada e profunda transformação da estrutura social; b) essa transformação traduz-se em uma mudança da estrutura de emprego – a criação de empregos se expressa socialmente em um processo de mobilidade social ascendente; c) mas, por outro lado, vigoram baixos salários para amplos contingentes de trabalhadores, ao mesmo tempo que milhões permanecem subempregados nas cidades ou inteiramente marginalizados no campo.

É evidente que essa situação é inteiramente distinta do quadro histórico do *Welfare State* dos países desenvolvidos. Como se sabe, as políticas sociais de Bem-Estar surgem simultaneamente a uma situação de pleno emprego que, acompanhada de uma subida persistente do salário real, eleva os níveis de vida da esmagadora maioria da população. Aqui

no Brasil, no entanto, a situação é adversa. Para a grande maioria, os salários são baixos e, para uma parte expressiva, não há emprego regular.

“No Brasil: a própria base contributiva (o salário) per capita é relativamente estreita, se tomarmos a área da seguridade social. Conseqüentemente, a qualidade dos serviços é afetada e os benefícios sociais são necessariamente insuficientes para as finalidades a que se destinam; a política assistencial voltada ao combate da miséria absoluta fica ‘sobrecarregada’, por ter de enfrentar as carências de, digamos, um terço da população; há, também, dois terços que, mesmo empregados e recebendo regularmente salários, necessitam da assistência do Estado para assegurar uma vida digna” (Draibe, 1989, p.150).

É preciso ter presente, porém, que os recursos fiscais disponíveis para suportar as tarefas ampliadas da política assistencial e para complementar os recursos previdenciários são poucos, porque o sistema tributário expressa o “grande pacto” que engloba todas as frações e camadas da classe proprietária, quer eximindo-as da contribuição fiscal justa, quer privilegiando-as com incentivos e subsídios.

Além dessa característica, o *Welfare State* no Brasil, segundo Draibe, Aureliano (1989), tendeu a adquirir, desde a fase de sua introdução, conotação corporativista, característica, aliás, que freqüentemente marca os sistemas de base meritocrático-particularista. Mas talvez seja, na visão das autoras, o caráter clientelista⁹ aquele que mais fortemente afeta a dinâmica do nosso sistema de política social.

Nessa direção, é pertinente lembrar que desde a fase de sua introdução, tem-se conhecimento das relações privilegiadas, principalmente no caso da Previdência Social, entre burocratas dos Institutos, do Ministério do Trabalho e cúpulas partidárias (especialmente o PTB). Rompido esse padrão, no pós-64, outras formas de clientelismo se inseriram no sistema, afetando a alocação de recursos, o movimento de expansão e, finalmente, tendendo a feudalizar (sob o domínio de grupos, personalidades e/ou cúpulas partidárias) a área do organismo previdenciário e, principalmente, a distribuição de benefícios em períodos eleitorais. O clientelismo afetou, também, a educação e o financiamento do sistema financeiro de habitação.

As autoras ressaltam, no entanto, que certas tendências universalizantes, em termos de cobertura e benefícios, foram sendo introduzidas no sistema. No campo da seguridade social, a unificação do IAPs, sob o INPS, homogênea e universaliza direitos, pelo menos para todos os assalariados urbanos formalmente inseridos no mercado de trabalho. Em relação à saúde, desde fins dos anos 70, via medicina previdenciária, abre-se o atendimento de urgência a toda a população. No caso da educação, a extensão da obrigatoriedade para oito anos, introduzida na década de 70 com a Lei 5.692/71, amplia um direito já constante da 1ª Constituição Republicana.

As inovações na política do *Welfare* ocorrem nos planos político, social e nas relações entre o Estado e o setor privado, e são inovações que se verificam em todos os Estados sociais, guardadas, evidentemente, as suas particularidades.

No plano político, a forte tendência que se manifesta é a descentralização política e administrativa que no Brasil, além de ter sido forte bandeira de luta dos reformadores, assinala, também, o sentido do movimento de mudança que já vem se verificando, por exemplo, na política de saúde, nos programas de merenda escolar, em programas assistenciais etc.

No que se refere ao plano social, a inovação é a elevação do grau de participação popular em diferentes níveis do processo de decisão, elaboração e implementação das políticas. No Brasil, ideologizado ou não, a participação tem constituído a expressão de novas formas de sociabilidade. A intensificação da ação e da participação dos "clientes" nas políticas de *Welfare* parece estar constituindo tendência a diminuir o grau de passividade com que anteriormente eram recebidas.

As alterações que vêm ocorrendo nas relações entre o Estado e o setor privado, no campo das políticas sociais, denotam uma inclinação para mudança nos modos de produzir e distribuir os bens e serviços sociais. Isto é, estão em curso processos sociais que tendem a alterar as relações dos equipamentos sociais entre o Estado e o mercado; o público e o privado; os sistemas de produção, de um lado, e os de consumo, de outro. No Brasil, as chamadas formas alternativas (os mutirões e a auto-construção, as diversas experiências de ajuda mútua, práticas comunitárias e de vizinhança etc.) são exemplos que se multiplicam e que correspondem

a formas de participação dos próprios beneficiários e de envolvimento de associações e de organizações voluntárias e redes de organizações não governamentais no encaminhamento das políticas sociais. Assim, onde antes predominava o Estado ou o mercado, um espaço passa a ser ocupado por novas formas de “solidariedade social.”

A forma como o Estado se faz presente, segundo Draibe (1988), vem se alterando, ainda que de forma lenta, pela introdução de mecanismos como os *tickets*, os cupons, as transferências em dinheiro, mecanismos esses que, permanecendo sob a responsabilidade do Estado, diminuem o grau em que ele mesmo, sob suas formas centralizadas e burocratizadas, opera as políticas. Essas formas têm sido justificadas pela vontade de desburocratizar e desestatizar a política, de ampliar o grau de individualização e liberdade do usuário e por razões econômicas.

No Brasil, os *tickets*-refeição, o vale transporte, o cupom do leite, os auxílios em dinheiro às famílias (por exemplo, para responderem a domicílio pela guarda de seus filhos antes internados em instituições públicas—FEBEMs), as subvenções a associações filantrópicas prestadoras de serviços sociais são todos exemplos que justificam pelos mesmos argumentos anteriormente enumerados.

Outra alteração ocorrida no Brasil foi o crescimento dos programas assistenciais do governo sem base contributiva, no que se refere, principalmente, à distribuição gratuita de bens *in natura* à população pobre, além dos incontáveis programas de assistência e promoção social em, praticamente, todas as áreas. O “assistencialismo” que vem marcando o crescimento do *Welfare* brasileiro não é, no entanto, uma exclusividade da nossa realidade, estando presente atualmente em toda parte.

Finalmente, é interessante ressaltar uma outra tendência que, segundo Draibe (1988), vem se manifestando e começa a emergir no Brasil. Essa tendência diz respeito à possibilidade de garantir a todos os cidadãos uma renda mínima, um salário social.

"Hoje, as justificativas mais correntes da introdução do mínimo social remetem à tese geral da garantia dos direitos sociais básicos a todos os cidadãos. Mas remetem muito particularmente ao reconhecimento de que há formas de pobreza, marginalidade, não integração (...) que não foram e dificilmente serão amenizadas e superadas pelos

mecanismos tradicionais das políticas sociais”
(Draibe, 1988, p.33).

No Brasil, não existe formalmente definida uma renda mínima¹⁰ garantida a todos os cidadãos. Entretanto, a renda mensal vitalícia, do regime da Previdência social urbana, alocada a idosos que não contribuíram no passado, e que foi ampliada pela nova Constituição a todos os idosos e aos deficientes físicos, enquanto concepção, na opinião de Draibe (1988), aproxima-se de um salário social mínimo.

Por último, é importante ressaltar que o *Welfare State* no Brasil, pelas especificidades apresentadas, e aqui resumidamente sistematizadas, no entender de Draibe (1988), leva-nos a sublinhar a ausência de um verdadeiro futuro social-democrata no nosso país, quando visto pelo prisma do padrão de política social com que poderemos e haveremos de conviver.

Nessas circunstâncias, parece que as nossas possibilidades de seguir por uma trilha que nos leve à construção de um *Welfare* do tipo institucional-redistributivo estão cada vez mais distantes das nossas possibilidades. Isso porque, segundo Draibe (1988), a nossa realidade parece contrapor-se, no geral, à tendência mais profunda de transformação do tempo de trabalho; porque nos defrontamos com as fortes e contemporâneas demandas por descentralização, participação, desburocratização, individualização, não-massificação, demandas estas que impulsionam a busca de fórmulas alternativas, não estatais, de acesso a bens e serviços sociais; e, finalmente, pelas previstas dificuldades de financiamento, o padrão social-democrata do pós-guerra de *Welfare State* parece constituir uma realidade que não se edificará entre nós.

No entanto, a autora ressalta que “no cenário mais otimista ‘ajustaremos’ nosso futuro Estado de Bem-Estar às características que os *Welfare States* parecem estar adquirindo nestas últimas décadas do século” (Draibe, 1990, p.62). Essas características dizem respeito: à delimitação de um patamar mínimo de prestação de serviços sociais universais, mas possivelmente menos generoso do que aquele que se prometeu no passado; à definição de um conjunto de prestações-seletividade distribuído à população carente; à abertura de espaços para prestações sociais estimuladas e reguladas pelo Estado, mas produzidas e geridas sob duas formas, quais sejam: as exclusivamente mercantis e as organizadas pelas redes solidárias voluntárias.

O ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL: (des)caminhos de uma "solução"

Numa visão de síntese, podemos dizer que o Estado do Bem-Estar Social é considerado por Offe como sendo uma fórmula capaz de criar, nas sociedades capitalistas, mecanismos capazes de propiciar assistência e apoio aos cidadãos que, atingidos pelos riscos próprios das sociedades de mercado, vão se proletarizando passivamente. Mais especificamente, esse padrão de organização estatal se desenvolve com vistas a buscar o abrandamento dos conflitos entre as classes, a superar as causas dos conflitos destrutivos, bem como eliminar as contradições próprias do Estado do capitalismo liberal.

É importante ressaltar que, na perspectiva de Offe, o Estado se compõe de aparelhos institucionais, de organizações burocráticas e de normas e códigos formais e informais que compõem e regulamentam as esferas públicas e privadas da sociedade. Essa organização estatal protege e sanciona as instituições sociais que constituem o requisito institucional para a dominação do capital.

Na visão do autor, o Estado não defende nem atende a interesses específicos de classe, não sendo, por isso, um instrumento de uma classe contra outra. Ao contrário, ele atende aos interesses comuns de todos os membros de uma sociedade de classes.

A política social, nesse contexto, passa a ser encarada como sendo a forma pela qual o Estado tenta resolver o problema da transformação duradoura de trabalho não assalariado em trabalho assalariado, assumindo, assim, papel primordial em decorrência da destruição das formas de trabalho e de sobrevivência, provocada pelas modificações ocorridas no processo de trabalho no contexto da industrialização, o que tem resultado no desenvolvimento de uma proletarização passiva em larga escala.

O Estado, através das políticas sociais de Bem-Estar, tem, portanto, a tarefa de criar mecanismos capazes de integrar a força de trabalho no mercado de trabalho, uma vez que ela não tende normalmente a reingressar, por si só, nesse mercado.

Ressaltamos, ainda, que Offe assume claramente a defesa em prol do Estado do Bem-Estar Social, declarando, inclusive, que, nesse momento, ele se constitui na única alternativa viável a ser buscada, apesar de admitir

a existência de uma crise fiscal e de legitimação (principalmente) que vem atingindo atualmente esse padrão de organização estatal.

No tratamento dado à questão do *Welfare State* no Brasil, os autores partem da premissa de que para pensar esse tipo de Estado para a nossa realidade é preciso apreendê-lo menos como o padrão clássico assumido nos países desenvolvidos, principalmente aqueles de orientação social-democrata no pós-guerra, e mais como um importante elemento estrutural das economias capitalistas contemporâneas, uma determinada forma de articulação entre o Estado e o mercado, que se manifesta ao longo do desenvolvimento capitalista.

Assim, a discussão empreendida por esses autores está assentada no entendimento de que vêm ocorrendo, no Brasil, desde a década de 30, transformações nas relações entre Estado e economia, que se manifestam em modificações na própria estrutura do Estado e na emergência de sistemas nacionais, públicos ou estatalmente regulados, de educação, saúde, integração de renda, assistência social e habitação popular. Trata-se, segundo eles, de processos que se expressam na organização e produção de bens e serviços públicos, na montagem de esquemas de transferências sociais, na interferência pública sobre a estrutura de oportunidades de acesso a bens e serviços públicos e privados, na regulação e incentivos à produção de bens e serviços sociais privados.

Os autores apontam uma certa tendência de evolução no Brasil de um padrão de *Welfare* do tipo meritocrático-particularista para o tipo institucional-redistributivista, ressaltando, no entanto, que o caminho que estamos trilhando nos coloca, cada vez mais, distante desse último tipo de *Welfare* que marcou essencialmente as experiências dos países desenvolvidos no pós-guerra, e que também estão em crise.

Ressaltam, também, que o nosso modelo de Estado do Bem-Estar Social é historicamente perpassado por políticas extremamente corporativistas, porém a sua característica mais acentuada parece ser o clientelismo.

No entanto, principalmente, Draibe defende que é possível situar, numa visão mais otimista, o nosso futuro *Welfare State*, no cenário geral, assumindo características coerentes com a tendência mais ampla que o *Welfare* vem adquirindo nas últimas décadas deste século.

Essas características se referem, essencialmente: à delimitação de um patamar mínimo de prestação de serviços sociais universal, mas

menos generoso do que aquele que se prometeu no passado; à definição de um conjunto de prestações-seletividade distribuído à população carente; à abertura de espaço para prestações sociais estimuladas e reguladas pelo Estado, porém produzidas e geridas sob a forma exclusivamente mercantil ou organizadas pelas redes solidárias voluntárias.

A partir das idéias aqui sumariadas, buscamos sistematizar alguns elementos de uma reflexão, cujo conteúdo pretende expressar as nossas inquietações sobre o tema em estudo.

Sob a nossa ótica, o padrão do Estado do Bem-Estar, tal como foi concebido e posto em prática no período do pós-guerra, está em crise, a qual está circunscrita a um padrão de financiamento que se esgotou em decorrência de uma crise fiscal e de legitimação.

O padrão clássico de *Welfare State*, que ganhou ampla aceitação e foi vitorioso nos países do primeiro mundo, desenvolveu-se, principalmente, em períodos de grande crescimento econômico. Nessas circunstâncias o Estado passou a financiar amplamente a reprodução do capital e da força de trabalho.

No nosso entender, essa política posta em prática nesses países promove uma melhoria das condições de vida de amplos setores da classe trabalhadora em todos os sentidos, apesar de permanecer a diferenciação de acordo com a qualificação e o tipo de trabalho realizado. Mas é oportuno lembrar que ela financia enormemente o capital e serve de substrato ideológico para garantir a manutenção da sociedade capitalista, agora em um “novo” patamar: o “capitalismo humanizado”.

Dáí, a tão decantada propaganda que colocava o Estado do Bem-Estar Social, nos moldes como vinha sendo desenvolvido na Europa, como o modelo capaz de propiciar ao cidadão os seus direitos fundamentais de liberdade e bem-estar, levando-o, assim, a gozar de plena cidadania. Nesses termos esse padrão estatal teria sido capaz de pôr fim aos conflitos sociais e promover a harmonia entre o capital e o trabalho. A luta de classes estava superada e estavam postas as condições objetivas para a realização plena de uma nova relação de fraternidade entre os homens, independente de sua condição de classe.

Parece, portanto, que a história tem colocado novas realidades que põem em cheque tais formulações. É impossível negar os “avanços” decorrentes da concretização das políticas próprias do *Welfare State*, mas é verdade, também, que a tão propalada harmonização entre capital e

trabalho parece estar longe de se realizar, mesmo nos países do primeiro mundo, perpassados atualmente por crises e conflitos que se expressam em várias áreas, entre os quais destaca-se a impossibilidade de pôr em prática a política de pleno emprego, em decorrência das mudanças verificadas no processo de trabalho com a introdução de mecanismos de automação, próprios da chamada terceira revolução industrial.

A crise do Estado do Bem-Estar Social, como já afirmamos, não é de natureza exclusivamente fiscal, sendo decorrente, também, de uma certa perda de legitimação. Em toda a Europa, por exemplo, é clara a deserção do eleitorado que, tradicionalmente, votava em partidos de orientação social-democrata e trabalhista, que historicamente apoiaram e sustentaram politicamente o *Welfare*, em direção a partidos conservadores que fazem críticas radicais a tal tipo de intervenção estatal e defendem ferrenhamente a total liberdade de mercado.

Como vimos no decorrer deste trabalho, apesar de reconhecerem a crise do *Welfare State*, os seus defensores apontam-no como a única alternativa possível para a história da humanidade. Eles insistem na perspectiva de que o Estado do Bem-Estar Social não atende a interesses particulares de uma classe, mas de todos numa sociedade de classe.

Na nossa compreensão, o Estado do Bem-Estar Social parece atender aos interesses de todos, na medida em que tem uma proposta ampla que engloba tanto a reprodução do capital como da força de trabalho. Porém, é essencial ressaltar que isso não elimina o caráter de classe do Estado, não no sentido restrito de comitê da burguesia. Ao delimitar esse padrão de financiamento, o Estado o faz para garantir o *status quo* da sociedade de classes, garantindo, em última análise, a reprodução de uma sociedade calcada na desigualdade e na exploração, mas que, aparentemente, é igualitária e harmônica, ao garantir um mínimo para “quase todos”.

A garantia do mínimo para todos parece estar ameaçada, inclusive nos países do primeiro mundo, na medida em que a demanda por serviços e bens públicos vem crescendo em função da desmercantilização da força de trabalho, por um lado, e por outro, pela retração do Estado no que se refere ao financiamento das políticas de caráter social e sua ampliação no setor de tecnologia de ponta que favorece diretamente ao capital. Parece, pois, que a crise do *Welfare State* se expressa com mais ênfase do lado da reprodução da força de trabalho do que do lado do capital.

Esse estreitamento das políticas sociais é a expressão da crise do padrão de *Welfare* do tipo institucional redistributivo, principalmente no que se refere à centralização e universalização dos serviços para setores mais amplos da população. O Estado, em decorrência da crise fiscal e do aumento da demanda por serviços públicos, mostra-se incapaz de manter os ganhos nos níveis já atingidos nos países desenvolvidos. São exemplos claros dessa tendência as políticas postas em prática recentemente pelos governos Reagan e Thatcher, que assumiram claramente uma perspectiva neoconservadora de retração do Estado em relação à seguridade social (seguro desemprego, por exemplo), o que vem, de certa forma, marcando a atuação de seus sucessores.

Obviamente, a condição de cidadania que serviu de base para a edificação do tipo clássico de *Welfare* (classificado por Ascoli, 1984, como institucional-redistributivo), voltado para garantir a todos os cidadãos amplos bens e serviços produzidos e criados pelo Estado e distribuídos gratuitamente com base em critérios universalistas, está, historicamente, sendo posta em cheque pelas contradições próprias da sociedade organizada, tendo por base a valorização do capital. Esse padrão foi exequível até o momento em que o processo de acumulação suportou financiar, em decorrência do grande crescimento econômico, um certo nível de bem-estar, sem ameaçar, no entanto, as taxas de lucro.

É importante sublinhar que no contexto da política de bem-estar desencadeada, principalmente no período do pós-guerra, o Estado passou a ter um papel fundamental na promoção e garantia da “cidadania”. O modelo centralizado e burocratizado apresentou-se, naquele momento, como sendo a alternativa “capaz” de “igualar” todos os cidadãos, pôr fim aos conflitos e promover a redistribuição de renda, realizando assim o cidadão na sua plenitude.

Entretanto, mesmo reconhecendo os ganhos sociais advindos de tal política, é preciso ressaltar que a cidadania, nos termos em que estava expressa normalmente no bojo do ideário que sustentou as políticas de bem-estar, está longe de ser alcançada. No final do século XX não são raras as evidências de que na maioria dos países do primeiro mundo as condições de vida de certos setores da população são cada vez mais precárias, denotando, dessa forma, a implantação de um sistema social que produz cidadãos e “cidadãos”, ou seja, uma realidade em que temos cidadãos de várias categorias. Essa parece ser, portanto, a “cidadania”

possível mesmo nos chamados países desenvolvidos que enfrentam, como já frisamos, o problema da desmercantilização crescente da força de trabalho, provocando o aumento da demanda por bens e serviços. Ao mesmo tempo, o Estado se move no sentido de reduzir a amplitude das políticas sociais, cedendo “espaço”, inclusive, a outras organizações não governamentais e à iniciativa privada.

Nesse cenário de crise fiscal e de legitimação começam a tomar corpo e ganhar adeptos as idéias de descentralização, participação e de autogestão para gerir e administrar a política social de bem-estar, agora não mais da abundância, que caracterizou o seu período áureo, mas da escassez própria do momento de crise. Assim, parece ser possível aventar a hipótese de que estão se constituindo “novos” padrões de políticas de *Welfare*, diversos daquele do tipo clássico, que indicam uma mudança no comportamento do Estado, tanto na concepção como na gestão das políticas públicas, adequando-as às circunstâncias do momento atual. O eixo da “cidadania” fica, assim, deslocado do atendimento amplo às necessidades básicas do cidadão (política centralizada do *Welfare*), para o atendimento mínimo com participação dos clientes sob a custódia direta ou indireta do Estado.

No Brasil, não é pertinente discutirmos o *Welfare*, tomando como referência o padrão clássico próprio dos países desenvolvidos, uma vez que, historicamente, o nosso modelo de política social não adquiriu características que o aproximassem de tal padrão. Assim, entre nós, só é possível falar em *Welfare State* considerando-o como uma política de financiamento imanente à natureza mesma do capitalismo na sua fase monopólica, que vai assumindo características particulares de acordo com as especificidades do desenvolvimento de cada país.

No quadro brasileiro, o padrão de financiamento adotado pelo Estado tem favorecido ao capital em detrimento do trabalho, com muito mais ênfase do que nos países do primeiro mundo. Ele desenvolveu, de um lado, uma ampla política de beneficiamento do capital especificamente no que concerne ao investimento na indústria de base, aos juros subsidiados, aos empréstimos a fundo perdido e à tecnologia. Do outro lado, pôs em prática uma política social seletiva e assistencialista perpassada, por sua vez, pelo clientelismo e agravada pela corrupção.

Não desconhecemos, no entanto, que gradativamente o Estado brasileiro vem ampliando a oferta de bens e serviços públicos, pelo menos

em termos quantitativos, em alguns setores e para algumas faixas da população, porém são serviços de qualidade extremamente precária (por exemplo, saúde e educação básica). Ao lado dessa ampliação seletiva assistimos, também, a uma certa tendência, mais ao nível do discurso do que da prática, para criar mecanismos de participação popular na gestão e controle das políticas sociais. É verdade, porém, que elas continuam marcadas, como já nos referimos, pelo clientelismo e pela corrupção.

Em relação ao financiamento do capital, existe uma forte tendência para aumentar os gastos com tecnologia, com vistas a modernizar a indústria e buscar um padrão de competitividade no cenário internacional, guardadas, é claro, as especificidades próprias do nosso padrão de desenvolvimento.

Enfim, a questão que nós colocamos é a seguinte: numa realidade marcada pela constante busca da modernização econômica – que demanda cada vez mais investimento em ciência e tecnologia capazes de garantir a reprodução do capital – e pela conseqüente desmercantilização da força de trabalho, é possível, ao Estado, suportar os dois lados da gangorra, assegurando um patamar de bem-estar mínimo do lado do trabalho e uma valorização satisfatória do lado do capital?

Se a resposta a essa indagação for afirmativa, estaremos diante de uma situação em que o Estado, através de sua política social, põe as condições mínimas para a concretização da “cidadania”, ainda que ela seja perpassada pela desigualdade de oportunidades e de atendimento aos direitos do cidadão.

Se a resposta for negativa, como certamente será para o caso brasileiro, no que se refere, essencialmente, ao padrão de financiamento das políticas sociais, estaremos diante de uma realidade impregnada de um conjunto de contradições que nos colocam diante de um horizonte bastante sombrio no que se refere à realização da cidadania. Esta nossa afirmação se baseia no fato de que grande parte da população vive em situação de miséria, parasitando fora do sistema produtivo e sem acesso aos bens e serviços decorrentes de tais políticas. Muitas vezes, o único ato de cidadania por ela praticado é o de votar nas eleições, o que, apesar de sua importância, não representa quase nada em relação aos direitos do cidadão. Já os setores que permanecem engajados no processo de trabalho enfrentam hoje condições de trabalho precárias, salários aviltados e jornadas extremamente longas.

Diante de tais circunstâncias, fica complicado fazermos referência ao Estado do Bem-Estar no Brasil, uma vez que a política posta em prática, apesar de trazer no seu bojo algumas características do *Welfare*, tem demarcado mais uma situação de mal-estar do que de bem-estar para amplos setores da sociedade.

Assim, seria mais plausível, no nosso entender, falarmos de um Estado que vem, historicamente, adotando um padrão de financiamento público da economia capitalista. Temos no Brasil uma esfera pública que passou a ser o pressuposto da reprodução privilegiada do capital, de um lado, e, de outro, da reprodução seletiva e limitada da força de trabalho.

NOTAS

1. BRIGGS, 1961; TITMUS, 1963; WILENSKI, 1975; FLORA, 1981; ALBER, 1986 (todos indicados por Draibe, Aureliano).
2. SANTOS, 1979; BRAGA, 1981 (ambos citados por Draibe, Aureliano).
3. Covre, em seu livro *A fala dos homens*, principalmente no capítulo "Direitos sociais: distributivismo versus produtivismo", faz uma excelente discussão sobre a questão dos direitos sociais no período de 64 a 81.
4. O modelo institucional-redistributivista concebe o sistema de *Welfare* como parte importante e constitutiva das sociedades contemporâneas, voltado para a produção e distribuição de bens e serviços sociais "extramercado", os quais são garantidos a todos os cidadãos. Apoiar-se na premissa de que o mercado é incapaz de realizar, por si próprio, uma alocação tal de recursos que reduza a insegurança e elimine a pobreza, a atual ou futura. Este é o padrão social-democrata de *Welfare State*.
5. O modelo meritocrático-particularista fundamenta-se na premissa de que cada um deve estar em condições de resolver suas próprias necessidades, em base a seu trabalho, a seu mérito, à performance profissional, à produtividade. A política social intervém apenas parcialmente, corrigindo as ações do mercado. O sistema de *Welfare*, por importante que seja, é tão-somente complementar às instituições econômicas. Essa concepção configura o padrão conservador de bem-estar social. (Definições formuladas por Draibe (1988) a partir dos trabalhos de Titmus (1963) e Ascoli (1984).
6. É inegável que a Constituição de 1988 incorporou um grande número de propostas de ampliação dos direitos sociais. Dentre outros, podemos destacar:

o seguro desemprego, a participação nos lucros das empresas, a livre associação sindical, a eleição de representante de trabalhadores para manter entendimentos diretos com o empregador, a assistência gratuita aos filhos dos trabalhadores com até 6 anos de idade, a ampliação de direitos aos trabalhadores domésticos, a determinação de que nenhum trabalhador deve ganhar salário inferior ao mínimo, a inclusão de mecanismos de soberania popular como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, a universalização da cobertura e do atendimento pelo sistema de seguridade social, a uniformização e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbana e rural, a descentralização da gestão administrativa, a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino pré-escolar para todas as crianças de 0 a 6 anos, o direito público subjetivo à obrigatoriedade do acesso ao ensino. Chamamos a atenção, no entanto, para o fato de que grande parte dos ganhos conquistados, e formalmente incluídos na Constituição de 1988, não foram postos em prática ou foram, em alguns casos, apenas para determinados setores da sociedade. A seletividade/exclusão continuam sendo, no nosso entender, a marca registrada das políticas sociais, no Brasil.

7. Parece correto afirmar que, com o governo do "Brasil Novo", se instaura em nosso país um novo padrão de políticas sociais, marcado por uma direção claramente neoconservadora.
8. Para maiores detalhes sobre a natureza do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, consultar **A Fala dos Homens**, principalmente o capítulo Monopolismo: "capitalismo social" de Maria de Lourdes M. Covre.
9. A corrupção é uma outra característica que, a nosso ver, marca fortemente as políticas públicas no Brasil. Ela sempre esteve presente, de uma forma ou de outra, no cenário do nosso país; porém, atualmente, vem se expressando de forma escancarada, em quase todos os setores do governo, sendo mais acentuada na área da seguridade social (rombo na previdência, compras sem licitação e superfaturamentos, por exemplo).
10. A esse respeito, achamos interessante registrar que no dia 16 de dezembro de 1991, às 23h30min, foi aprovado no Senado projeto do Senador Eduardo Suplicy que cria o imposto de renda negativo e renda mínima para todo o trabalhador brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COVRE, M. L. M. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-81)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *O que é a cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- DRAIBE, S.M. As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas. In: PARA a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília. IPEA/IPLAN, 1990, p. 1-66.
- _____. *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. (S.l.:s.n.), 1988. (Mimeo). Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, out. 1988.
- DRAIBE, S. M., AURELIANO, L. A especialidade do Welfare State brasileiro. In: REFLEXÕES sobre a natureza do bem-estar. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989, p. 85-178.
- DRAIBE, S. M., HENRIQUE, W. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 5, n. 6, p. 53-78, mar. 1988.
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991.
- HABERMAS, J. A nova intransparência: a crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.
- KING, D. O Estado e as estruturas sociais de bem-estar. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 22, p. 53-76, out. 1988.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1988a.
- _____. *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid. Sistema, 1988. : Neocorporativismo: notas acerca de sus presupuestos y de su significación democrática.
- _____. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989b. v. 1: a crise.
- _____. _____. 1991, v. 2: perspectivas.
- OLIVEIRA, F. O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 22, p. 8-28, out. 1988.
- VACCA, G. Estado e mercado, público e privado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 24, p. 151-164, set. 1991.

BUROCRACIA E SOCIEDADE DE CLASSE

Ester Senna*
Eurize C. Pessanha*
Sandra Zákia Sousa**

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado de estudos conjuntos motivados por interesses comuns sobre se ter uma perspectiva ampla a respeito do lugar que a burocracia ocupa na fase do capital monopolista, fase em que o Estado regula a “competição” em nome dos interesses do capital em geral.

A burocracia tem um lugar de destaque porque organiza, executa e controla a produção privada e estatal. A análise do papel da burocracia nesse processo é importante, mas não deve ocultar a presença do Estado e suas formas de dominação.

Objetivamente, esta categoria tem a função de agente técnico e se inclui por inteiro nas camadas intermediárias da sociedade. Essas camadas, conhecidas como “classes médias”, são responsáveis, além das funções de analisar, compor, planejar e controlar a produção global, pela “limpeza” dos caminhos de expansão do capital e pela formulação e gestão da política social.

Situa-se a política social como resultante das próprias contradições produzidas pelas necessidades do capital, que, não podendo continuar sua existência perene de exploração, precisa agora, com o apoio do Estado, traçar algumas estratégias para que as necessidades humanas deixem de ameaçar a sobrevivência do capitalismo. Nesse momento, as políticas sociais do Estado, dirigidas e controladas pela “classe média”, ajudam a aliviar as tensões sociais cada vez mais crescentes. Essas políticas sociais, que têm como eixo a questão da distribuição, partem do Estado,

* Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

** Professora da FEUSP

mas deslocam-se para a sociedade que procura, através das mais diferentes forças sociais, controlar democraticamente a expropriação ao nível do capital e do trabalho.

Foi a partir da análise do texto de Lefort, "O que é burocracia"¹ que emergiram alguns dos eixos presentes neste estudo. Analisando algumas posições teóricas a respeito, notadamente as teorias de **Marx** e **Weber**, **Lefort** aponta algumas questões que ambos deixaram sem resposta e, a partir da análise da burocracia do partido, para ele, um contra-exemplo, estabelece alguns pressupostos que considera essenciais para o estudo desta **formação social**.

Pelos pressupostos apresentados, Lefort parece considerar a burocracia como classe social ou, pelo menos, com potencialidade de se tornar uma classe. A partir desta constatação, buscamos explicitar o que é, para nós, estudar a burocracia hoje.

Se, na época em que Marx fez sua crítica a Hegel, estudar a burocracia significava estudar a sua essência, isto é, a origem e a gênese do Estado burguês e, em última instância, a formação da própria sociedade burguesa; hoje, o estudo da burocracia conduz, necessariamente, à análise do Estado no capitalismo monopolista, tal como sinaliza Lefort no texto analisado.

Para buscar as respostas que Lefort procura, é preciso se debruçar sobre as características do capitalismo atualmente, em que o Estado, além de estar a serviço do capital, tornou-se seu sócio, fazendo investimentos, planos e controles.

Tendo como referência tal contexto, pareceu-nos importante também a análise do lugar que ocupam as **classes médias** na articulação entre Estado e capital: enfocando, de modo particular, a utilização das "políticas sociais" como instrumento dessa articulação.

Nesta perspectiva, estruturamos o estudo em três partes:

Lugar da Burocracia na Fase do Capitalismo Monopolista é uma tentativa de demonstrar que o **fenômeno burocrático** não deve ser entendido isoladamente, mas no contexto de desenvolvimento do capitalismo monopolista. Como agente técnico, a burocracia procura planejar, organizar e controlar a produção no âmbito dos oligopólios e administrá-los no âmbito do Estado.

Para caracterizar esta etapa do capitalismo nos fundamentamos em **Maria de Lourdes M. Covre** porque sua análise destaca uma das muitas

facetas do capitalismo monopolista: a dimensão social. Entretanto, isto não bastou e, para aprofundar e entender as contradições e os limites do capital, recorremos a **Mészáros** que não fica só na **eficácia da acumulação**, mas nos remete a uma questão importante: o controle social que era realizado pelo capital é agora **re-transferido** para a sociedade como um todo. O que isto significa? Vale investigar.

Estado Capitalista e Formulação das Políticas Sociais considera as interações que ocorrem entre Estado, capital e sociedade. Interações que nos levam a concluir que seu objetivo é aliviar as tensões sociais para dar livre curso ao “desenvolvimento do capital”. A orientação teórica aqui é de **Offe** e **Hirsh** que analisam as questões pertinentes ao processo decisório das políticas governamentais.

As políticas sociais são analisadas no contexto das relações do Estado capitalista e se particularizam tomando como exemplo o contexto brasileiro. Neste momento, recorremos a **Vieira** e **Draibe** que são esclarecedores no que se refere às políticas sociais do Brasil.

Relação entre as “Classes Médias” e a Burocracia procura indicar que a burocracia não é uma categoria abstrata e isolada, mas constitui-se num agente técnico que se inclui nas chamadas “classes médias”. Para argumentar esta tese considerou-se: a delimitação teórica dos conceitos (classe média e burocracia) e seus problemas; a origem da “classe média” e sua função na fase do capitalismo monopolista; as funções do crescimento da “classe média” no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, desde a década de 20, mais especificamente após a crise de 29 até chegar aos anos 80.

As análises desse período não descem a detalhes mas questionam que classe é esta, que posições tem tomado e para onde vai. O referencial para as especificações do caso brasileiro foi encontrado em **Oliveira, Ianni, Saes e Vieira**.

Acreditamos ter aproveitado as pistas de **Lefort** procurando ir além do **fenômeno burocrático** e tomando dois eixos fundamentais para o estudo da burocracia: sua participação na sociedade global e as relações que mantém com as classes sociais.

Entretanto, este estudo não é conclusivo porque uma questão ainda nos persegue: o capitalismo enfrenta uma crise global e estrutural e, nesse contexto de “produção destrutiva” no Ocidente e “produção estagnada” no Leste Europeu, qual a tendência de desenvolvimento no Brasil?

LUGAR DA BUROCRACIA NA FASE DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

O “fenômeno burocrático” intensificou-se na etapa monopolista do capital, em que o capitalismo busca sempre novas formas de acumulação e expansão. Nestas novas formas, aparecem algumas características mais gerais: o capital torna-se cosmopolita; o Estado passa a dirigir os “negócios sociais”; tem-se um crescimento urbano acelerado; há um crescimento dos setores de serviços e, pelo aumento das atividades improdutivas, ocorre um aumento de categorias sociais intermediárias.

Trata-se apenas de alguns exemplos para dizer que a burocracia se organiza numa situação de embate entre os diferentes capitais, em que pequenas e médias empresas vão sendo incorporadas pelas maiores através da concorrência tecnológica. Este fato conduz ao processo de concentração e centralização do capital que vai criando os oligopólios. Esta concentração/centralização do capital realiza-se com o apoio do Estado. E este é o momento em “que a burocracia amplia seu espaço junto à classe dirigente em nome do capital. Assim, o Estado intervencionista² se firma para controlar o embate entre as grandes empresas, para desenvolver uma nova forma de dominação às classes subalternas, forma que, em última instância, busca dar conta da especificidade do modo de acumulação, sob o monopolismo, calcada na tecnologia”.³

A burocracia é um agente técnico que se move no âmbito dos oligopólios e do Estado no sentido de planejar e controlar a acumulação e expansão do capital. Não significa, portanto, que realiza uma mera organização burocrática do Estado. Com o desenvolvimento, por exemplo, do *Welfare State* nos países desenvolvidos, estes agentes técnicos, que se incluem nas camadas intermediárias da sociedade, passam a organizar tecnicamente os processos de produção e as relações recíprocas Estado e Capital.

Segundo Covre, o capitalismo monopolista precisa assegurar-se de uma “tecnologia maquinária” para propiciar maior lucro e da “tecnologia organizatória” possibilitando planejamento e controle rígidos. Caberá ao Estado assegurar a expropriação ao nível do capital e do trabalho. A autora destaca algumas características importantes da etapa monopolista que consideramos relevantes para este estudo.

Buscamos sintetizar algumas modificações assinaladas por Covre: a) a tecnologia é a base da acumulação; b) o poder econômico, o controle da produção desloca-se das mãos do capitalista individual para o capitalista coletivo, ou corpo gerencial que deverá "... reger a produção capitalista a um limite das relações de produção e de poder dado pela Organização, nessa nova forma de propriedade"; c) ao nível político, tem-se um Estado intervencionista/planejado, de acesso aos direitos sociais. Este Estado, através do planejamento, direciona um saber tecnológico isento, que se torna um instrumento a serviço do capital. É um "saber" que tem a finalidade explícita de estabelecer a exploração e dominação. Os direitos sociais entram como medida de condensação da luta de classes.⁴

Estas especificidades da etapa monopolista do capital expressam concretamente as modificações exigidas pelo capital para uma maior "eficácia de acumulação". Entretanto, esta trajetória não continua tão tranqüila assim. Em meio a este processo, nos deparamos com o declínio do modelo de modernização em razão das contradições produzidas pelo capital que vem demonstrando assim os seus limites. Estes limites remetem-nos à questão do controle social porque o capitalismo, ao ocupar todos os espaços, transforma-se em "produção destrutiva" (no plano militar, nuclear, ecológico, etc.) e confronta-se com a necessidade (para garantir a continuidade de sua expansão) de criar alternativas práticas e soluções que permitam ao capital um controle social em escala mundial. A busca de estratégias para contornar a crise do capital e seus limites de expansão e "realização" é imprescindível, uma vez que não é mais possível contemplar este "desenvolvimento" sem chocar-se com as reais necessidades dos homens e, sobretudo, sem colocar em risco a própria sobrevivência da humanidade. Resolver este dilema é tarefa do capital e do Estado, cujo controle passa a deslocar-se para o âmbito da sociedade como um todo que reivindica, de acordo com os interesses de classe, a qualidade de vida. Entretanto, isto não quer dizer que as possibilidades de expansão e controle do capital tenham se esgotado. Parece-nos que, diante das contradições existentes, as necessidades do capital e as necessidades humanas não podem mais se contrapor sem causar sérios danos para ambos.

Neste ponto, no capitalismo monopolista, as contradições tornam-se cada vez mais explosivas. Quando procuramos entender estas

contradições caminhamos em direção à essência do capitalismo monopolista e o “fenômeno burocrático” não é analisado isoladamente. O que se deve observar é que, na sociedade contemporânea, a idéia da organização (base do “fenômeno burocrático”) penetra não só nos espaços do Estado, mas em toda a sociedade. E o problema da burocracia é importante mas a análise de seu papel não deve ocultar a presença do Estado e suas formas de dominação.

Sobre as contradições criadas pelo capital, vamos buscar em Mészáros alguns indicadores, por entendermos que este autor tem tentado explicitar os limites do capital em sua fase monopolista.

Para Mészáros, há um impacto resultante da concentração do capital e da socialização do trabalho sempre crescentes e ele aponta indicadores desta mudança, que tentamos sintetizar:

- a progressiva vulnerabilidade da organização industrial contemporânea, quando comparada à organização fabril do século XIX;

- os vários ramos da indústria encontram-se num sistema estreitamente ajustado de partes interdependentes e, neste processo crescente, objetiva assegurar a continuidade da produção no sistema como um todo;

- o montante crescente de “tempo socialmente supérfluo” (ou “tempo disponível”) produz, na prática, uma população que é impossível manter em estado de alienação;

- o trabalhador, enquanto *consumidor*, ocupa uma posição de crescente importância para a manutenção do curso tranqüilo da produção capitalista. Agora, quando se trata do controle e da distribuição, este trabalhador permanece completamente excluído;

- o efetivo estabelecimento do capitalismo mundial destruiu estruturas tradicionais, mas não conseguiu produzir um sistema unificado de controle em escala mundial. A “crise de hegemonia ou o Estado em todas as esferas”, na expressão de Gramsci, tornou-se um fenômeno verdadeiramente internacional.⁶

Diante destas mudanças o controle social é deslocado⁷. Enquanto predominava tão-somente o controle realizado pelo capital, observam-se “avanços” na produtividade a ponto de se criar uma “sociedade descartável” que, no capitalismo monopolista, atende aos imperativos de expansão do capital. Com estes objetivos, Estado e capital controlam, administram as

crises e dirigem as necessidades humanas. Este processo não se faz sem produzir contradições que atingem todos os setores da sociedade e o capital; mesmo com a intervenção do Estado, não consegue continuar com os métodos normais de expansão, tendo em vista que, simultaneamente, ocorre a expansão dos problemas sociais para além do controle do Estado. Aqui abrimos parênteses para pensar no caso brasileiro. Em uma análise recente, Ianni (1989b) fala sobre o aumento dos problemas sociais no Brasil. Este autor diz que há descompasso entre as conquistas sociais e econômicas e que, para discutir o problema social, várias explicações têm surgido: uma explicação o considera algo disfuncional, dando origem, por exemplo, à discussão sobre os dois Brasis; outros encaram a existência dos problemas sociais como uma ameaça à ordem social, à harmonia entre capital e trabalho; e há aqueles que vêem a questão social como um produto e condição da sociedade de mercado. Concluindo, Ianni afirma que a questão social está na base dos movimentos sociais.

No Brasil, esta questão vem refletindo as disparidades econômicas, políticas e culturais durante todo um século de Repúblicas.

Segundo Ianni, durante as décadas de 20 a 30 já se admite pensar no problema sem abalar o *status quo*. Assim, a questão social deixa de ser um “caso de polícia” e passa a ser tratada como um “caso de política”. Entretanto, lembra que sempre houve retrocessos depois de 30, ou seja, sempre se volta a tratá-la como caso de polícia.

Quanto à Nova República, este autor diz que a questão continua a ser um desafio:

*“Remetem a raízes que implicam o militarismo e o populismo. Enquanto a economia cresce e o poder estatal se fortalece, a massa dos trabalhadores padece”.*⁸

Nos países desenvolvidos, a expansão dos problemas sociais ocorre tendo em vista que o desenvolvimento do capital em todas as esferas se deu rapidamente. Mézáros descreve as mudanças ocorridas com este desenvolvimento, dentre as quais destacamos: da fragmentação mecânica do processo de trabalho passa-se à criação de sistemas automatizados; da acumulação local do capital passa-se à sua concentração na forma de um sistema mundial em contínua expansão; da divisão parcial e local do trabalho à vasta divisão internacional do trabalho; do consumo limitado

ao consumo de massa artificialmente estimulado e manipulado a serviço de um ciclo de reprodução.

Os resultados obtidos em razão destes “avanços” do capital trouxeram alguns problemas opostos aos interesses do capital⁹, cujo controle, em seu movimento de expansão e concentração, antes sob o poder do capital, vem sendo, “de fato, retransferido ao corpo social como um todo, mesmo se de uma forma necessariamente irracional, graças à irracionalidade inerente ao próprio capital”¹⁰. Explicamos: diante da crise global e estrutural do capitalismo, a sociedade, através das mais diferentes forças sociais, dos movimentos sociais, dos partidos políticos, dos sindicatos, etc., vem se organizando em torno da necessidade de um controle social que limite o poder do capital. Neste impasse, observa-se a unidade em torno de certas preocupações (com saúde, ecologia, desarmamento, etc.) e a diversidade de estratégias de acordo com os interesses das diferentes classes sociais.

Falando agora um pouco da situação econômica e social no Brasil atual, este se encontra diante de uma crise do sistema financeiro internacional e esta crise atinge e compreende o Estado. Este fato é resultante do “capital avançado consigo mesmo” que, ao se auto-reproduzir, reproduz também a crise global. Fica, portanto, muito complexa a organização da sociedade pelos agentes técnicos, pois estes estão em meio a uma situação de crise de acumulação do capital.

No momento, como sempre, a tarefa destes agentes técnicos é a execução dos planos do governo. No caso brasileiro, tem-se, atualmente, frações do capital que brigam entre si e com o Estado, cuja responsabilidade é garantir os interesses gerais do capital. Tarefa complicada, visto que temos um Estado completamente “quebrado” e sem condições de enfrentar as exigências do capitalismo internacional.

O que se vê, então, é que o funcionário do capitalismo e o funcionário do Estado alargam seu campo de ação, colocam-se como representantes da sociedade e procuram inviabilizar qualquer reivindicação de classe pela sustentação do discurso de melhor distribuição da riqueza, daí a necessidade de socializar as perdas.

Retornando à questão do fenômeno burocrático, entendemos ser este um aspecto importante do aparelho do Estado, responsável, em parte, de acordo com a divisão social do trabalho, pela organização da sociedade

da abundância ou da sociedade da escassez. Nesta perspectiva, situá-la historicamente significa compreender a sociedade global e como, de fato, se inclui nas camadas intermediárias da sociedade.

ESTADO CAPITALISTA E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Nossa perspectiva, neste momento, é situar o processo de formulação de políticas sociais no contexto das relações do estado capitalista e, particularmente, registrar algumas considerações sobre o estabelecimento da política social no contexto brasileiro – um dos campos de atuação governamental em que se tem uma complexa rede de mediações entre o Estado e a sociedade.

Tal perspectiva tem como referência a compreensão de que as contradições impostas pelos imperativos da reprodução do capital e da força de trabalho, face ao caráter de classe do Estado capitalista, refletem-se no processo de constituição das classes sociais.

Destacamos, a seguir, algumas reflexões de Offe e Hirsch que elucidam questões pertinentes ao processo decisório das políticas governamentais.

Na visão de Offe, a principal finalidade das políticas sociais é a integração da força de trabalho na relação de trabalho assalariado. O Estado capitalista encarrega-se de qualificar a força de trabalho para o mercado e mais, por meio das políticas sociais, controlar e subsidiar as parcelas da força de trabalho que não se encontram absorvidas pelo processo produtivo, com vistas à sua inserção de acordo com as necessidades do mercado. O Estado visa assegurar medidas e criar condições para que todos os sujeitos jurídicos introduzam nas relações de trabalho a sua propriedade (bens ou força de trabalho) constituindo-se no articulador da preservação do sistema capitalista como um todo, caracterizado como instância que se voltaria ao interesse geral de todas as classes, na base das relações de troca capitalista.

Assim circunstanciada, Offe define a política social como “o conjunto daquelas relações e estratégias, politicamente organizadas, que produzem continuamente essa transformação do proprietário da força de trabalho em trabalhador assalariado.”¹¹

Focalizando o Estado como realidade contraditória, Offe analisa a importância de se compreender os mecanismos que regem a lógica de seleção das políticas, que se concretizam na estrutura interna do aparelho estatal: os negativos, que são os que excluem por meio da atividade estatal todos os interesses anticapitalistas; os positivos, que se configuram nos mecanismos que favorecem a seleção de políticas que atendem os interesses do capital em seu conjunto, em detrimento de blocos e grupos de interesses isolados e os mascaradores, que são mecanismos que visam manter a aparência de neutralidade de classe do Estado, por meio do consenso e da legitimação.

Esses mecanismos, funcionando eficazmente, encobrem o caráter classista do Estado. Caso contrário, ocorre a crise que leva o Estado a utilizar cada vez mais a repressão para garantir sua natureza de classe.

Segundo Offe, o Estado se vê frente à necessidade de articular interesses de capitais individuais, de grupos de capitais, bem como integrar as exigências das classes dominadas sem contudo comprometer o interesse de classe da burguesia.

Hirsch, ao refletir sobre o processo de decisão ao nível governamental, alerta que

“o aparelho de tomadas de decisões políticas se compõe de um complexo de burocracias que operam de modo relativamente autônomo, e que têm suas competências, suas clientelas e percepções próprias dos problemas. Daí resulta um modo de tomada de decisão política que impede uma tematização sistemática da relação social e do caráter de classe específico das diferentes estratégias administrativas.”¹²

Acrescenta Hirsch que a estrutura de seletividade do Estado traduz-se em condições organizacionais e institucionais prévias para a realização do interesse de classe burguês, que se concretiza por meio dos profissionais do Estado que tendem a uma atuação pautada por interesses coincidentes com a garantia de dominação burguesa.

Para explicar tal tendência, Hirsch e Offe recorrem ao conceito de "interesse de estabilidade do grupo reinante".

“Pode-se partir do fato de que o interesse primeiro e imediato dos Agentes do Estado consiste em

*conservar o aparelho do Estado, campo de sua prática social e base de sua reprodução material, em sua forma existente, e em preservar sua posição no seio mesmo do aparelho. Isto só é possível se conseguem preservar as relações de classes em um 'equilíbrio de compromisso' complexo".*¹³

Poulantzas (1985), ao analisar a natureza de atuação do “pessoal do Estado”, alerta para a questão de que as contradições de classe se inscrevem no seio do Estado por meio, também, das divisões internas do “pessoal do Estado”. No entanto, comenta que mesmo os grupos do “pessoal do Estado” que se inclinam para as massas populares tendem a atuar visando determinada continuidade que sustente o Estado.

Embora apontando como eixo norteador das políticas do Estado o favorecimento da classe hegemônica, ou seja, o capital monopolista, Poulantzas concebe o Estado como condensação material de uma relação contraditória entre classes e frações de classes. E, tais contradições, inseridas na própria estrutura do Estado, condicionam o estabelecimento das políticas, que se estabelecem por um processo de contradições interestatais e entre o Estado e a sociedade. Assim, o processo de formulação de políticas sociais é permeado pelos conflitos sociais que se inscrevem na estrutura material do Estado.

As considerações mencionadas até aqui evidenciam a importância de se compreender a formulação das políticas sociais em termos econômicos e políticos, utilizados pelo Estado para lidar com as contradições do processo de acumulação, numa relação com os problemas estruturais da socialização do trabalho, e, ainda, a importância de se compreender que, ao mesmo tempo que possibilita atenuar os conflitos, contém, em essência, um caráter dialético, numa relação contínua com as lutas de classe.

Vieira, ao analisar a política social no Brasil, a situa como “uma estratégia utilizada pelo Estado Brasileiro (...) voltada para o chamado desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, para atuar na correlação de forças sociais, seguindo as determinações daquele desenvolvimento”. Ressalta, também, que, através da política econômica e da política social, “é possível evidenciar-se a atuação do Estado no sentido de incentivar e ampliar o capitalismo monopolista no Brasil”.¹⁴

Como a natureza da intervenção social do Estado brasileiro delineou-se em consonância com o padrão excludente de desenvolvimento econômico que beneficia, cada vez mais, segmentos menores da população, bem como, em consonância com o seu caráter conservador e autoritário, o que se tem, em nossa realidade, é um padrão embrionário do Estado de bem-estar social.

Enquanto nos países de capitalismo avançado tem-se a crise do Estado de bem-estar, a partir de meados dos anos setenta, com a perda do dinamismo econômico das principais economias ocidentais, no Brasil, é uma realidade em processo de conquista e construção, como ilustra a afirmação de Weffort:

"Se se entende por 'Welfare State', ou Estado de bem-estar social, o conjunto de direitos e dos benefícios sociais que o Estado democrático assegura aos cidadãos nas sociedades modernas, creio que não apenas o Brasil não o superou como está longe de atingi-lo. 'Welfare State' é isso: educação, saúde, previdência, transporte público, seguro-desemprego, garantia de alimentação, etc., de boa qualidade e para todos. No caso do Brasil - onde deveríamos incluir também o acesso à terra, o que implica numa reforma agrária -, o que temos é um arremedo disso tudo".¹⁵

Buscando situar numa perspectiva histórica a política social no Brasil, tem-se a **Revolução de 30** como o marco inicial de sua implantação, como decorrência de exigências do próprio processo de modernização do país, da necessidade de reprodução da força de trabalho e do controle político dos trabalhadores.

Como menciona Vieira,

"a partir de 1930, o governo brasileiro exerceu forte domínio não somente no âmbito da política econômica, como também no campo da política social, alargando cada vez mais seus recursos para operar nestas áreas. No que diz respeito à política social, se concebeu e se pôs em prática aos poucos um conjunto de instrumentos legais, com a finalidade de permitir que as camadas populares conseguissem reclamar perante o Estado a satisfação de seus direitos".¹⁶

No entanto, a política social tem sido, em sua concepção básica, direcionada a minimizar problemas sociais, com caráter compensatório, de cunho residual. A perspectiva assistencialista subjacente à política social relaciona-se à natureza clientelista e populista que permeia o processo político nacional.

Quanto aos princípios que têm informado a formulação e gestão da política social, desde 1964, e que não se alteraram até hoje, tem-se: extrema centralização política e financeira; fragmentação institucional; exclusão da participação social e política da população nos processos de decisão; autofinanciamento do investimento social; privatização das políticas governamentais.¹⁷

Como reflexo da concepção e estrutura da política social, tal como vem se configurando no Brasil, manifesta-se a crescente complexidade da burocracia estatal, responsável pela formulação e gestão da política social, constituindo-se em um fator político significativo nos processos de mediação entre fundo público e os grupos de interesses privados. E, tal como vem sendo conduzida a política social, não se confronta, de fato, com o sistema de desigualdade predominante na sociedade, mesmo considerando-se a tendência à ampliação e universalização de algumas políticas setoriais.

Destaca-se, no entanto, como um elemento importante, em um movimento de reconcepção da política social, a atual Constituição da República. Resultante da correlação de forças sociais, representa um avanço ao tratar questões sociais enquanto direitos do cidadão, e, também, ao abrir canais de participação popular nas decisões políticas. Mas, a Constituição não se impõe por si própria.

Daí a importância do fortalecimento das instituições e espaços de representação política. Por um lado, ressalta-se a necessidade de superação do quadro de fragilidade partidária vigente no Brasil; por outro, a necessidade de que se fortaleçam os movimentos sociais

São os partidos políticos canais privilegiados de representação, mas,

“na sociedade civil contemporânea os partidos não são os únicos ‘canais competentes’ para a articulação das forças políticas frente ao Estado. Continuam a atuar numa área institucional que lhe é própria – parlamentar, legislativa, eleitoral –

mas passaram a conviver com outros atores políticos igualmente 'competentes' para a formação de quadros, mobilização de opinião pública, expressão de interesses e encaminhamento de demandas. Aí estão os movimentos sociais de várias origens, os sindicatos, as associações de classe, as instituições culturais, os jornais, a Igreja etc.”¹⁸

Os movimentos sociais têm lugar significativo no processo de democratização da sociedade brasileira, expressando-se como um movimento marcado pelo confronto de interesses, perspectivas e propostas, diversos e contrapostos, que refletem a pluralidade do social. Ter como referência a dialética inerente ao Estado capitalista e às suas políticas sociais é fundamental quando se tem como horizonte o controle pelo corpo social.

RELAÇÃO ENTRE AS "CLASSES MÉDIAS" E A BUROCRACIA

Ao estudar a função das “classes médias” em um Estado-Providência, Oliveira chama atenção para a gestão de articulação entre o público e o privado a cargo destas classes que passam a ser o antigo lugar da burocracia que, nesta análise, não é um fenômeno isolado:

Esta sempre foi um agente técnico da razão do Estado; as condições da regulação contemporânea, fundamentalmente perpassada e estruturada pelo fundo público, diluem uma única razão de Estado, substituindo-a pelas razões particulares que ligam o fundo público a cada condição específica da reprodução social, incluindo-se aí a reprodução da força de trabalho e a sociabilidade em geral. A burocracia continua a existir, por certo, mas ela não mais se constitui num agente técnico à parte.¹⁹

Instigadas pela sugestão de Lefort de que é preciso “examinar as relações que a burocracia mantém com as demais classes sociais”²⁰ e pelo posicionamento de Oliveira, acima transcrito, decidimos não só examinar tais relações mas pontuar alguns aspectos da gênese das chamadas “classes médias”, suas ligações com a burocracia e as características que vêm assumindo, no Brasil, principalmente nas últimas décadas.

Trabalhar com o conceito de classes sociais parece ter sido um problema teórico bem mais fácil de abordar até o século passado em que a separação entre quem produzia e quem era proprietário do valor produzido era mais nítida: sabia-se mais claramente quem era burguesia e quem era proletariado pois todos os critérios de análise coincidiam, os aparentes e os reais.²¹ Naquele momento, as questões teóricas que se colocavam relacionavam-se com a determinação das “classes necessárias e supérfluas ao modo de produção capitalista, isto é, quem produzia a riqueza e, conseqüentemente, quem deveria gerir politicamente esta produção”.²²

O surgimento dos empregados não-manuais trouxe um complicador tanto para o campo teórico quanto para o campo político das relações de classes.

Em “O dezoito Brumário”, Marx identifica o aparecimento da pequena burguesia ou das “classes médias” e faz uma análise de conjuntura sobre o papel político que elas desempenharam naquele episódio da história da França. Fica claro que o seu “surgimento” e a análise teórica de Marx trouxeram questões importantes a respeito da ação política das “classes médias” que não vamos analisar aqui.²³ Cabe apenas registrar que a análise de conjuntura parece ter ficado como um traço teórico importante no estudo destas “categorias sociais intermediárias”.

No século XX, o estudo das classes sociais tem se desenvolvido em várias direções. Além da tradição marxista, baseada na existência do antagonismo das duas classes - burguesia e proletariado - geradas na propriedade do valor; formou-se uma tradição vinculada a Weber, para quem a posse de bens econômicos ligada à existência de “mercado”, determinaria a situação de classe.

No cruzamento ou na interpretação equivocada das duas tendências, proliferaram estudos que aumentaram as dificuldades de abordagem teórica, e até mesmo política, das “classes médias”.

Desde as tentativas de “operacionalização” analítica e de classificação, utilizando indicadores como “renda”, “prestígio”, “status”, até a pura e simples redução das “classes médias” atuais à pequena burguesia, mais do que esclarecer, os estudos têm contribuído para aumentar a “opacidade” desta “medusa” que são as “classes médias”, no dizer de Francisco Oliveira.

É, portanto, com muito cuidado que tratamos deste tema, procurando pontuar algumas posições teóricas que nos parecem consolidadas, e que assumimos nesta tentativa de discutir a burocracia.

As classes médias são um produto histórico, configurações típicas do capitalismo²⁴, cuja origem se encontra na cisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Tal cisão, presente em modos de produção anteriores, torna-se, no entanto, permanente e caracterizadora do modo de produção capitalista. Como vimos anteriormente, tal cisão adquiriu uma complexidade bem maior no capitalismo monopolista, fase em que o Estado vem assumindo funções cada vez mais amplas, num processo ao qual está intimamente ligada a gênese das modernas “classes médias”.²⁵

Segundo Oliveira, a função de intermediação dos fundos públicos geridos pelo Estado deu origem a um grupo social que se converteu em uma classe sem interesses do tipo dos interesses das classes clássicas: o proletariado e a burguesia. Seu campo de ação é a esfera pública. Neste ponto, convém explicitar que a “esfera pública” não se refere apenas à ação diretamente do Estado, mas, ao ponto de encontro entre a esfera do capital e do Estado, podendo se localizar tanto nas empresas do governo quanto nas empresas privadas. A propósito, W. Mills descreve o “*dollar-a-year man*” (homem de negócios que trabalha num organismo do Governo pelo salário simbólico de um dólar por ano) ao lado do “perito do Governo que aceita um cargo na companhia que seu departamento de administração pública procura regulamentar”²⁶. Longe de simplificar, condenando tais procedimentos como “corrupção”, preferimos considerá-los exemplos da articulação entre capital e Estado, isto é, a “esfera pública”, campo de ação das “classes médias”.

As “classes médias” seriam, portanto, uma classe radicalmente nova que não guarda nenhum parentesco com a pequena burguesia, sua matriz original. Sua “propriedade” consiste na gestão entre o público e o privado, superando, inclusive, o antigo lugar da burocracia que sempre foi o agente técnico da razão do Estado.

Em lugar, ou melhor, além desta função, as “classes médias”, geradas no processo histórico em que o Estado passou a ser o espaço de articulação entre o público e o privado, assumiram a função de articuladoras e tradutoras, tanto da razão do Estado quanto das razões privadas, não podendo, em sua ação, excluir nenhuma delas, sob pena de destruir a

estabilidade que é a sua marca registrada.²⁷ Com estas novas funções, as “classes médias”, e seu “núcleo duro” - a *intelligentzia* - ultrapassaram a burocracia que passa a ser incluída dentro dela.

Não esquecendo que as classes médias podem ser uma das forças impulsionadoras do parque industrial, devido ao seu potencial de consumo, as determinações acima não podem ser negligenciadas ao analisar a história e o papel das “classes médias”.

No caso brasileiro, o crescimento qualitativo das “classes médias” e das suas funções, principalmente das funções comumente identificadas como “tecnoburocratas” está diretamente relacionado com a história das diferentes funções que o Estado vem assumindo como mediador no processo de acumulação do capital no Brasil.

Como o processo de industrialização no Brasil só é realmente impulsionado no século XX, ele assumiu, aqui, feições um pouco diferentes da industrialização clássica, o que provocou também uma certa diferença nas relações entre as classes e entre estas e o Estado. É claro que não se está advogando aqui um “capitalismo brasileiro” que não seja submetido à lógica do capitalismo monopolista, do “capital sem pátria”. Trata-se apenas de apontar alguns traços que as relações sociais assumiram, conjunturalmente, e que se tornaram determinações importantes para a análise das relações entre as classes no Brasil.

Segundo Ianni, a produção industrial iniciada tardiamente impõe algumas condições:

*“precisa instaurar-se, desde o princípio, em grandes dimensões (...) implica imobilização de grandes capitais em infra-estrutura, (...) as unidades de produção, nos setores básicos, são de largas dimensões técnicas e exigem investimentos grandes e indivisíveis, (...) os investimentos exigem longos períodos de maturação”*²⁸.

Trata-se, portanto, de um processo de industrialização que não podia ocorrer apenas através de capitais individuais e que só o Estado teria condições de bancar.

Se, até a década de 20, o papel do Estado poderia se limitar a contornar as crises da agricultura de exportação, através da criação de mecanismos destinados a preservar a economia do tipo colonial, após a crise de 29, foi preciso ampliar suas funções de modo a canalizar parte do

excedente econômico do setor agrário-exportador para a nascente da indústria. Embora não esteja aí a determinação mais importante da “Revolução de 30”, é evidente que a diferenciação de papéis que o momento estava exigindo do Estado era parte constitutiva da raiz do movimento, que, embora tenha se realizado com a importante participação da “classe média”, passou, pouco a pouco, a adquirir um sentido nitidamente burguês.

Neste sentido, o governo assume que a questão do proletariado não pode mais ser uma “questão de polícia” mas uma “questão de política” e o Estado, ao lado das funções já descritas, passa a ter como função a garantia da “paz social”, forma que o *Welfare State* assume no Brasil, segundo Ianni ²⁹.

Ao final do Estado Novo, o Estado se propõe a planejar o desenvolvimento econômico. Esta tendência, notada desde 1944, vai se consubstanciar com o Plano SALTE (48/54). A partir de então, o governo cria uma série de órgãos, grupos de trabalho, comissões e programas cujo auge é o Plano Trienal (62/65).

Para realizar a nova função de dinamizar e orientar a expansão das forças produtivas, o Estado passou a planejar, pelo menos em linhas gerais, o seu ingresso mais ativo na economia.

No entanto, esta “intromissão” não se fazia sem pressão de grupos que temiam pelo destino da “livre-empresa”. Para justificar a ideologia do planejamento, até então vinculada à idéia de socialismo, o Estado precisou se utilizar de argumentos baseados nas ações da guerra recém-terminada, na qual a “ação refletida” se mostrou mais eficaz do que a “ação espontânea”.

O mesmo *tour-de-force* foi necessário para justificar a abertura ao capital estrangeiro sem “desnacionalizar” a economia, e acalmar setores da “burguesia nacional”.

Estes três exemplos ilustram a ação do Estado como mediação entre capital e trabalho, entre as classes sociais e entre os diversos capitais individuais (no caso, de capitais de origem “interna” e “externa”).

A partir de 1955, esta mediação vai se dar com bases cada vez mais técnicas, abrindo, paralelamente, o caminho para a penetração do capital externo, assegurada definitivamente pela instrução nº 113 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) do mesmo ano.

Era necessário que, como mediação, o Estado atendesse às reivindicações das demais classes: ao proletariado, acenava com a Legislação Trabalhista; às “classes médias”, com o aumento do consumo e do padrão do vida; à burguesia, com a “paz social” além das demais condições que favorecem à concentração e à centralização necessárias à acumulação capitalista.

No entanto, a que classe ele servia? À burguesia, sem dúvida, ao capital, em última instância. Mas quem o administrava? Quem compunha o pessoal dos órgãos criados para administrar a “mediação”?

Do ponto de vista material, a “classe” que administrava o Estado não se identifica com a burguesia, pelo menos do ponto de vista material, pois, ideologicamente, pode chegar a se identificar.

Estas “categorias sociais intermediárias”, que se autodenominam “classes médias”, cresceram e ampliaram suas funções, à medida que o Estado, no Brasil, fazia o mesmo. Daí, o destaque que as análises dos acontecimentos políticos ocorridos no Brasil, da década de 20 até hoje, dão à participação das “classes médias”³⁰.

No entanto, a participação do Estado no processo de acumulação do capital, no Brasil, iniciado em 30 e acentuado na década de 50, passou por oscilações e períodos de turbulência provocados pelas mudanças ocorridas no processo de gestão do mesmo³¹.

Em 1964, o grupo que assumiu o poder possuía um projeto político-econômico, a longo prazo, de “inserção definitiva” do Brasil no capitalismo internacional através da abertura de sua economia aos monopólios.

Assumindo inequivocadamente o papel do Estado como mediação no processo de acumulação de capital, o governo pós-64 adota, em lugar do “controle da política”, a “política do controle”, segundo a expressão de Vieira³². Este controle, voltado principalmente para os processos de acumulação de capital, vai se manifestar em todas as esferas do social³³.

Para executar esta política de controle, o Estado cria instituições específicas ou aumenta e desenvolve estruturas já existentes, dando uma nova face à burocracia, uma face mais técnica, com uma pseudoneutralidade bem adequada às funções de diagnóstico e planejamento que o Estado desenvolvia.

Como já foi assinalado, estas são características que não se iniciaram em 64, mas foi a partir da instalação da ditadura militar que este processo,

ao qual está intimamente ligado o crescimento das “camadas médias”, atingiu seu mais alto nível.

Como, além das funções de diagnóstico e planejamento, o Estado assumiu também a função de reprimir as demandas do proletariado, após determinado período as classes sociais foram retiradas da cena política: o proletariado, através da repressão mais brutal, e a burguesia porque o Estado assumira seus interesses. Estava, pois, armado o cenário para que as “camadas intermediárias”, nascidas e alimentadas no espaço de “mediação” do Estado, se hipertrofiassem, ganhando uma “super-representação” política.

Que “classe” é essa que em 63/64 foi às ruas nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, como antes o fora na Campanha “O Petróleo é Nosso” e como irá mais tarde em 68, com os estudantes em passeata? Que, nos anos 70, aproveitou o “milagre brasileiro”, aumentou seu consumo e mandou seus filhos para a Europa ou Disneylândia e que, em 84, encheu as praças na mobilização pelas “Diretas Já”?

“Medusa”, “miragem”, “nova classe revolucionária” ou “entreve ao processo revolucionário”, as “camadas sociais intermediárias” estão a merecer estudos mais aprofundados que ultrapassam os limites deste estudo. Embora não fique clara a direção que ele parece perceber nas “classes médias”, vamos terminar com as palavras de Francisco Oliveira:

“Mas, como dizia o narrador de O Nome da Rosa, a vista já está cansada e dá para ver apenas uma nebulosa”.³⁴

E, no entanto, continuamos procurando um telescópio para ver através e além desta nebulosa.

NOTAS

1. LEFORT, C. "O que é a burocracia".
2. BARAN e SEEZY dizem que é necessário que se entenda o princípio básico de que, no capitalismo monopolista, a função do Estado é servir aos interesses do capital monopolista. Lembram que, mesmo os defensores da livre concorrência admitem que, "a cada avanço do monopólio na direção de maior poder econômico e maior aceitação social geral, o Governo Federal se torna subserviente a ele, mais dependente dele, mais inclinado a favorecê-lo com privilégios, proteção e subsídios". BARAN & SWEEZY, p. 73.
3. COVRE, M. L. C., p. 15.
4. Idem, p. 18-19.
5. Segundo Netto, "... a monopolização dá corpo a uma generalizada burocratização da vida social, multiplicando ao extremo não só as atividades improdutivas strictu sensu, mas todo o largo espectro de operações que, no "setor terciário", tão-somente vinculam-se a formas de conservação e/ou legitimação do próprio monopólio". NETTO, J. P., p. 11-12.
6. MÉSZÁROS, I., p. 24-26.
7. Antes, porém, desta necessidade de deslocamento, "no decurso do desenvolvimento humano, a função do controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção ou da distribuição". MÉSZÁROS, I., p. 26.
8. IANNI, O. 1989b, p. 145-b.
9. Chasin diz que "é inerente ao sistema do capital a subversão pela qual a produção material dos homens se afasta irreversivelmente dos objetivos do homem". CHASIN, J., p. 4.
10. MÉSZÁROS, I., p. 27.
11. OFFE, C., p. 24.
12. HIRSCH, J., p. 102.
13. Idem, p. 103.
14. VIEIRA, E. A., p. 10.
15. WEFFORT, F. C., p. A-3.
16. VIEIRA, E. A., p. 12.
17. DRAIBE, S. M., p. 24.
18. BENEVIDES, M. V., p. 8.
19. OLIVEIRA, F. 1989, p. 24.
20. LEFORT, C. obra citada, s/data, p. 29.

21. A este respeito, Przeworski cita as palavras de um capitalista norueguês do fim do século passado: "Se um trabalhador não cheira a sujeira e o suor a duas milhas de distância, ele não é grande coisa" (Przeworski, A., p. 7). Hoje, os critérios não coincidem e o olfato não é mais um bom instrumento para identificar as classes sociais, haja vista que a loja de uma rede de perfumarias que mais vende na Grande São Paulo está situada na região de maior concentração operária do Brasil (Barros, F. V.).
22. ENGELS, F. "Classes sociais necessárias e supérfluas".
23. "Não é pequena a importância do fato de que é a "intelligentzia", "núcleo duro da classe média" que chama essas camadas intermediárias de "classes médias" e que se sente na "obrigação teórica de se olhar no espelho" (OLIVEIRA, F., 1988, p. 283).
24. Ver HIRANO, S.
25. Não vamos nos aprofundar na descrição das "modernas classes médias". Apesar disso, não podemos deixar de mencionar as descrições detalhadas de W. Mills dos tipos característicos desta "moderna classe média". Descrições que, embora sujeitas a uma análise crítica em relação a seus fundamentos teóricos, são muito próximas do real para serem ignoradas.
26. MILLS, W., p. 103.
27. OLIVEIRA chega a falar em "ventriloquismo" da "classe média". O que nos leva a pensar na própria existência como classes destas "categorias sociais intermediárias" (OLIVEIRA, F., 1988, p. 286).
28. IANNI, O., 1989a, p. 57 e 58.
29. Idem, Ibidem, p. 144.
30. SAES, D.
31. Em determinados momentos, parece ter até mesmo ficado claro que havia possibilidade de o Brasil assumir uma via de desenvolvimento que poderia afastá-lo do capitalismo internacional. Daí a interferência direta nos rumos políticos do país em 64. A esse respeito, é bem ilustrativa a fala do embaixador americano no Brasil, em 1963, reproduzida em IANNI, 1988, p. 84:
"Em consequência, pois, devemos empenhar-nos em fazer com que a influência dos Estados Unidos se exerça para ajudar essas sociedades a moverem-se em direções compatíveis, tanto com seus próprios interesses a longo prazo, como com os nossos".
32. VIEIRA, E. A., p. 229.
33. A esse respeito, ver as obras de IANNI, O.; OLIVEIRA, F.; SAES, D. & VIEIRA, E. A.
34. OLIVEIRA, F., 1988, p. 294.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARAN, A., SEEZY. *Capital monopolista*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BENEVIDES, M. V. Partidos políticos e cidadania no Brasil da abertura. São Paulo, 1981. (Mimeo).
- CHASIN, J. A sucessão na crise e a crise na esquerda. São Paulo: Ensaio, n. 17/18, 1989.
- COVRE, M. L. M. *Capital monopolista no Brasil*. São Paulo: Garelle Gráfica Editora Ltda, 1989.
- DRAIBE, S. *O welfare state no Brasil: características e perspectivas*. Caderno NEPP/ UNICAMP, Campinas, n. 8, 1988.
- ENGELS, F. *Classes sociais necessárias e supérfluas*. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, n. 3, 1978.
- HIRANO, S. Castas, estamentos e classes sociais. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.
- HIRSCH, J. Observações teóricas sobre o Estado burguês e sua crise. In: POULANTZAS, N. (Org). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- IANNI, O. *Estado e capitalismo*. 2 ed. revista e ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1989a
- _____. *A questão social*. Revista USP, São Paulo, 1989b
- LEFORT, C. O que é a burocracia? Tradução de Paula Leila Calil. São Paulo: FGV, (1977) Cap. 9. (Mimeo.) Tradução de : Que es la burocracia?
- _____. In: CARDOSO, F. H.; MARTINS, C. E. (Orgs). *Política e sociedade*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1983, v. 2, p. 148/159.
- MARX, K. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, v. 1.
- _____. Crítica de la filosofía del Estado de Hegel. México: Editorial Grijalbo, 1968.
- MÉSZÁROS, I. *A necessidade de controle social*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- MILLS, W. A. *Nova classe média*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- NETTO, J. P. Autocracia burguesa e Serviço Social. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) - PUC.
- OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OLIVEIRA, F. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. In: REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Orgs). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1988.
- _____. O surgimento do antivalor. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 22, out. 1989.
- POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Poder político e classes sociais*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PRZEWORSKI, A. O processo de formação das classes. *Dados*, n. 16, p. 3-31, 1977.
- SAES, D. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1984.
- TRAGTEMBERG, M. *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1987.
- VIEIRA, E. A. *Estado e miséria social no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- WEFFORT, F. C. Não ao apartheid. *Folha de São Paulo*, 14 out. 1989.

INTERESSE DE CLASSE E RACIONALIDADE: notas de leitura sobre o capitalismo moderno

Ronaldo Baltar*

INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho é introduzir o debate acerca das categorias de compreensão do capitalismo e da relação entre Estado e economia, algumas considerações sobre a contribuição de Habermas à problemática de definição dos limites do capitalismo, à caracterização do capitalismo avançado e às suas possibilidades de transformação.

Dentro da vastidão de caminhos teóricos da sociologia e da filosofia de Habermas, optei por tentar esboçar a noção de racionalidade desenvolvida pelo autor, por ser este conceito um elemento central na sua revisão do materialismo histórico. Não se trata de uma exposição sobre a epistemologia crítica ou uma defesa das propostas habermasianas sobre as transformações do capitalismo. A tentativa foi de acrescentar a este debate uma possibilidade de entendimento das questões a partir de um ponto de vista ainda não muito explorado.

Assim, o plano de apresentação do texto compreende quatro partes. Na primeira parte, a intenção é situar o debate sobre as mudanças e os limites do capitalismo a partir dos conceitos de racionalidade e modernidade em oposição à forma que esta discussão tomou, sobretudo através das tentativas de explicação via idéia de pós-modernidade. São apresentadas as críticas de Habermas à noção de modernidade fora do contexto histórico no qual ela se insere.

Em oposição, como caminho para a formulação de uma explicação ao problema proposto, seguindo as pistas de Habermas, nesta primeira parte é apontada a relação que se estabelece entre Estado, enquanto

* Doutorando em Sociologia da USP.

agente cristalizador da normatividade, e os interesses privados, enquanto pólos da dinâmica do modo de produção, a partir do conceito de racionalidade e sua inserção no materialismo histórico.

A segunda parte compreende um esforço realizado no sentido de indicar no pensamento de Habermas as diferenças entre o conceito de racionalidade, que é apropriado da teoria weberiana, e a noção de interesses de classe, retirado do marxismo, na tentativa de dar corpo às questões formuladas sobre os limites do capitalismo avançado desta perspectiva.

Na terceira parte, há uma discussão sobre a compreensão das relações entre Estado, racionalidade e interesses privados a partir da caracterização do *Welfare State* e sua crise, na busca das essências das transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo. Há uma tentativa de elaboração, a partir de Habermas, de uma compreensão dos problemas estruturais do Estado social em sua dinâmica, a partir da dicotomia entre racionalidade e interesses estruturais de classe.

Por fim, nas considerações finais, são apontados alguns problemas para indicar limites para o capitalismo avançado ou sua superação para um pós-capitalismo fora da compreensão do que sejam os elementos estruturais na dinâmica de evolução do sistema como um todo.

|

A preocupação deste trabalho consiste em perseguir as questões recorrentes à problemática da crise e da mudança no capitalismo contemporâneo, através de um conceito que permita observar a relação de causalidade entre as relações de produção, os interesses privados e o Estado, de forma não determinista, ou seja, através da noção de racionalidade proposta por Habermas.

Esta questão faz parte de um debate mais amplo, que tem como pano de fundo duas preocupações interpostas: apontar, ainda que tendencialmente, os contornos daquela configuração social que será posterior ao capitalismo (o repensar o socialismo), e caracterizar de forma mais objetiva as transformações ocorridas no próprio modo capitalista de produção (a redefinição das categorias básicas para compreensão do capitalismo). A força das questões levantadas dentro

desta perspectiva certamente alimenta-se do enfraquecimento do socialismo enquanto uma utopia fundamentada em uma fé na capacidade de solidariedade do gênero humano, que não coincidiu com a realidade histórica de construção do socialismo real.

O esgotamento da utopia socialista, dentro da busca objetiva dos indicadores da mudança no modo de produção capitalista, significa uma retomada de preocupações que estavam fora do leque de inquietações de alguns teóricos (e militantes) marxistas. Grosso modo, formulações sobre a emancipação da exploração através da socialização do trabalho, inaugurando uma “sociedade sem explorados e sem exploradores”, não acalentam a indagação intelectual daqueles teóricos que, a partir do marxismo, procuram observar a dinâmica interna do movimento da sociedade capitalista como caminho explicativo para o entendimento das mudanças estruturais.

O limite da transformação constitui-se em uma das questões controversas neste debate, no qual se insere a perspectiva deste trabalho. Como ponto comum a todos os autores que se debruçaram sobre este tema, existe a compreensão de que o capitalismo avançado, ao caracterizar-se por formas oligopolizadas de mercado, por interesses de classe mediados pelo consenso e pela intervenção estrutural do Estado na dinâmica da produção, configura-se como um estágio no processo de desenvolvimento social distinto do capitalismo concorrencial. A polêmica situa-se exatamente na profundidade deste distanciamento, onde as transformações no capitalismo podem ser vistas, por um lado, como indicadores de momentos radicalmente distintos (capitalismo e pós-capitalismo) e, por outro, como continuidade de um único processo histórico, sem rupturas profundas¹.

O socialismo, mesmo enquanto utopia despojada de características normativas, somente no segundo caso continuaria a ser uma formulação teórica relevante para apontar o limite da transformação do modo de produção capitalista. No primeiro caso, o *Welfare State* seria esta própria transformação concretizada.

A oposição tomada emprestada da estética, entre modernidade e pós-modernidade, quando é empregada como tentativa de caracterizar os limites desta transformação a partir de outros conceitos que não o de modo de produção (capitalismo e socialismo), estabelece um quadro

confuso para o entendimento das transformações do capitalismo avançado. Assim, no lugar da caracterização de algo como um pós-capitalismo, para definir as tendências de transformação no capitalismo, torna-se corrente a designação geral, e neste sentido inconsistente, de pós-modernidade.

A postura pós-moderna, no âmbito da crítica estética, significa sobretudo um desencantamento com a positividade da evolução tecnológica para o bem-estar da humanidade, vislumbrada pela modernidade. A paixão modernista pelas máquinas e pelo progresso trazia consigo a expectativa de materialização de uma normatividade humanista, fundamentada na solidariedade, na equidade, na liberdade e na justiça social. Havia um clima de deslumbramento e de arrogância pelo decorrente estilo de vida moderno contra o (e a partir do) qual a pós-modernidade se constituiu enquanto cosmovisão do mundo (Sevcenko, 1988).

A desilusão com a experiência socialista como possibilidade aglutinadora do ideal de solidariedade ao desenvolvimento das forças produtivas; com a ampliação da exploração e da alienação do trabalho no processo de produção *taylorista e fordista* na esfera do capitalismo; e, sobretudo, com a capacidade destrutiva ilimitada (materializada pela “bomba de Hiroshima”), como conseqüência da evolução tecnológica, marcam a cosmovisão pós-moderna que se reflete no conjunto de expressões artísticas do pós-guerra, onde a modernidade reaparece como *pastiche*.

O desencadeamento pós-moderno no circuito das ciências sociais irrompe como crítica aos paradigmas clássicos². A “pretensão” da explicação globalizante para a sociedade, presente tanto no marxismo como nos paradigmas não marxistas, cede lugar a uma busca de explicações fragmentadas, centradas no indivíduo e na sua subjetividade.

No entanto, ainda que seja necessário a “reconstrução”³ teórica dos paradigmas e das categorias para a compreensão da dinâmica social, o desencantamento pós-moderno não se propõe a esta tarefa, permanecendo como crítica ou, em sua versão mais radical, como negação do estatuto científico das ciências sociais. Tampouco, a cosmovisão pós-moderna confunde-se com a sociabilidade capitalista, não podendo ser, desta forma, sugerida como indicador de uma ruptura no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, enquanto modo de produção.

O esclarecimento acerca das questões que envolvem a modernidade e a pós-modernidade torna-se importante na medida em que a concepção

de racionalidade utilizada por Habermas está inserida no universo teórico weberiano dentro de um limite histórico dado pela modernidade⁴ (Habermas, 1987b). O conceito de modernidade em Weber (1987), por sua vez, possui uma dimensão objetiva maior do que aquela em que atualmente a modernidade é referida. Em Weber (1987), modernidade coincide com o capitalismo, significando a expressão das relações sociais e econômicas próprias do processo capitalista de produção e suas conseqüências ao nível do direito, da ciência, das artes, da religião etc. É sobretudo um conceito adjetivo, que visa demarcar temporalmente o alcance das suas investigações sociológicas.

Segundo Habermas, a idéia de modernidade nos anos 50 abandonou o racionalismo ocidental, como delimitador da autoconsciência moderna, produzindo uma alteração na compreensão do movimento de transformação no capitalismo. Recorrendo ao funcionalismo, a modernidade, desprendida da racionalidade, passou a referir-se “a processos de desenvolvimento das forças produtivas e incremento da produtividade do trabalho”, “à implantação de poderes políticos centralizados e ao desenvolvimento de identidades nacionais”, “à difusão dos direitos de participação política, de formas de vida urbana e da educação formal”, “à secularização de valores e normas etc.” (Habermas, 1989, p. 12).

Esta concepção de modernidade assume a feição de uma teoria da modernização, enquanto um processo de desenvolvimento social autônomo. Fundamenta-se na premissa de que aqueles processos acumulativos reforçam-se mutuamente, gerando uma evolução social, política e econômica autárquica, que passaria por modelos (etapas) de desenvolvimento, delimitados por indicadores próprios para os elementos acumulativos descritos anteriormente, o que formaria padrões de evolução desligados da realidade histórica dada pelo racionalismo ocidental. A crítica de Habermas mostra que fora do contexto do racionalismo, que forjou a modernidade, a compreensão de modernização do capitalismo, seguindo correlações funcionais das variáveis do desenvolvimento, interpreta as transformações em um sentido crescente de uma etapa menos moderna para outra mais moderna ou pós-moderna, que não se observa historicamente.

Assim, para Habermas, a modernidade possui um lugar na reconstrução do materialismo histórico, uma vez que seu entendimento,

à maneira de Weber, escapa da esfera das discussões sobre as críticas pós-modernas que não levam em consideração a racionalidade ocidental como fundamento da modernidade⁵. A modernidade, como um marco temporal, diz respeito sobretudo à sociabilidade capitalista, construída a partir do racionalismo ocidental (europeu), cuja normatividade perpassa as relações sociais e econômicas, e reflete-se no processo de construção cultural e no modo de vida dos indivíduos.

Dentro da revisão conceitual de Habermas, o conceito de racionalidade ocupa uma posição relevante por estar refletido, de um lado, na representação dos indivíduos e nas suas imagens do mundo (na formação da consciência) que modelam a intervenção prática dos movimentos sociais no processo histórico, e, de outro, nas normas que se constituem em “sistemas de instituições” (Habermas, 1983, p. 14). Com esta proposição, Habermas procura romper com aquilo que o próprio autor definiu como sendo um conteúdo “cientificista” (objetivismo histórico) presente na teoria da evolução de Kautsky (e da 2ª Internacional), no materialismo dialético (Habermas, 1983) e na teoria da modernização (Habermas, 1989).

De acordo com Habermas (1988, p. 11), a idéia de racionalidade, tal como Weber a concebe⁶, compõe a base da modernidade. A formação da modernidade corresponde ao desenvolvimento da racionalidade ocidental através de um processo de desencantamento⁷ e profanação ocorrido nos países da Europa ocidental.

Segundo Weber (1987), a atitude racional ocidental constituiu-se através da desagregação do imaginário religioso⁸, resultando na edificação daquilo que o autor chamou de uma “cultura profana”. Esta demolição corresponde ao “desencantamento do mundo”⁹ próprio da modernidade. Os reflexos desta postura racional espalharam-se por todas as formas de produção cultural ocidental e, sobretudo, engendraram a nova sociabilidade capitalista. O “desencantamento do mundo” impôs à modernidade a necessidade de buscar em si mesma sua normatividade, sem possibilidades de recorrer a tradições anteriores. Como conseqüência, a modernidade adquiriu uma postura reflexiva diante do mundo; em contraposição às especulações religiosas fundadas em termos de explicações sobre a eternidade das tradições.

A partir deste conceito de racionalidade, Habermas articula a dinâmica do desenvolvimento social em relação às transformações nas

“estruturas normativas” via obstáculos sistêmicos condicionados economicamente e através dos “processos de aprendizagem” resultantes da superação daqueles obstáculos (Habermas, 1983, p. 14). Neste ponto, o autor recupera o papel da superestrutura no movimento interno evolutivo das sociedades, relegada a um plano secundário pelo marxismo ortodoxo, ao atribuir aos processos de comunicação, aprendizado e de construção cultural, um peso preponderante ao lado dos condicionantes estruturais econômicos.

A amarração entre a estrutura e a superestrutura ocorreria diante do seguinte movimento: do desenvolvimento das forças produtivas (uma ação estratégica e instrumental) decorreria a transformação nos processos de sociabilidade através da ação comunicativa (e dos processos de aprendizagem), a qual se traduziria em novas formas de interação social adequadas às transformações ao nível do processo produtivo. Para Habermas (1983), a única possibilidade de materialização das transformações ao nível das forças produtivas está na ação comunicativa que permita o “amadurecimento” das interações sociais, de modo a se concretizarem em novas relações de produção.

Perseguindo o caminho analítico proposto por Habermas, dentro do debate sobre as transformações no capitalismo avançado, torna-se importante o enfoque sobre as alterações nas inter-relações entre o Estado, entendido como cristalizador e agente da normatividade capitalista, e os interesses privados, entendidos como elementos animadores do processo de desenvolvimento social. Pois, por qualquer ângulo que se procure observar, o Estado moderno e o capital estão sempre interligados em uma teia de relações normativas, cuja influência estende-se também ao processo cotidiano de construção da sociabilidade.

Assim, uma análise, cujo objetivo seja a percepção das transformações no padrão de sociabilidade no modo de produção capitalista, deverá manter os liames da relação entre poder público e interesses privados, pois o isolamento tanto de um como de outro pólo nesta teia significaria, a partir da perspectiva habermasiana, a perda da referência explicativa do movimento geral de transformação social que se quer observar.

O conceito weberiano de racionalidade, tal como apropriado por Habermas, pode ser abordado, assim, como uma das pontes que atravessariam as relações entre o Estado e os interesses privados, permitindo o

redimensionamento da compreensão sobre as mudanças na sociabilidade do capitalismo contemporâneo.

II

A tentativa de Habermas em recuperar para o materialismo histórico a dimensão cultural e os processos de aprendizagem e de comunicação, como elementos explicativos das transformações sociais e possibilidades de superação do capitalismo, coloca a questão de distinguir a validade do conceito de racionalidade no corpo da teoria marxista. Uma questão que se pode levantar é sobre qual relação se estabelece entre a ação racional, segundo a concepção weberiana, e os interesses de classe, a partir da perspectiva marxista, na medida em que a racionalidade pressupõe a avaliação pelos sujeitos sociais de meios para atingir determinados fins, (Habermas, 1987b), fins estes que se pressupõe sejam conduzidos por interesses. Por outro lado, os interesses de classe também pressupõem uma racionalidade que lhes suporte, pois do contrário não haveria uma lógica de ação coletiva por parte dos sujeitos sociais.

De acordo com Habermas, para Marx, a racionalização decorreria de um conjunto de medidas que compreenderiam: o aumento do conhecimento tecnológico aplicado às ciências e às técnicas de produção; e a organização, mobilização e qualificação da força de trabalho, ou seja, seria consequência do desenvolvimento das forças produtivas. O alimento deste desenvolvimento seria, no caso do modo de produção capitalista, a exploração da mais-valia a partir da mercadoria força de trabalho. Neste sentido, a racionalização indicaria uma otimização do modo de produção, que, em Marx, seria a base da vida social. Assim, as instituições que representariam a sociabilidade e as normas de acesso seletivo aos meios de produção só experimentariam revoluções “pela pressão racionalizadora das forças produtivas” (Habermas, 1987, p. 198).

Weber, de acordo com Habermas (1987b), não via as possibilidades de transformação social pela capacidade de racionalização incorporada às forças produtivas. Ao contrário, seria a capacidade de racionalização social, ou seja, a materialização das estruturas de racionalidade em instituições sociais, que se traduziria em evolução das forças produtivas.

Assim, para Weber, havia uma *lógica evolutiva*, ao contrário da percepção marxiana de uma *dinâmica evolutiva*.

Haveria aqui uma distância entre as concepções weberiana e marxista pela própria definição do conceito de racionalidade, na medida em que significa, no caso de Weber, um domínio teórico crescente da realidade e uma “execução metódica de fins práticos, mediante o cálculo cada vez mais preciso dos meios adequados” (Habermas, 1987b, p. 277) ou tem, para Marx, o significado de eficiência crescente nas formas de produção, apropriação da natureza e da organização do trabalho. Delimitados os conceitos, no entanto, a distância estreita-se, uma vez que a otimização, vislumbrada por Marx, oriunda do desenvolvimento das forças produtivas, requer dos agentes sociais uma atitude racional no sentido weberiano¹⁰. Por outro lado, o resultado da ação racional em relação às finalidades (própria do capitalismo), tal como é entendida por Weber, resultaria necessariamente em um aumento da eficiência na estrutura produtiva, o que formaria a dinâmica do modo de produção capitalista.

Restaria ainda uma distinção no tocante ao conceito de ação decorrente destas formas de compreensão da racionalidade. A lógica de ação capitalista, no sentido marxista, seria, ao seguirmos o raciocínio anterior, guiada pela eficiência da acumulação sobre a exploração do trabalho assalariado. Esta ação define-se, então, como *práxis* e possui um sentido de intervenção das classes sociais como forma de materializar seus interesses. Por outro lado, no entender de Weber (1983), a ação social está referida aos princípios subjetivos que norteiam (ou motivam) a ação de um sujeito (ou sujeitos) em relação a outros. Reporta-se, portanto, à esfera das relações sociais e não à esfera da *praxis* como no marxismo.

Assim, a idéia de racionalidade que Habermas procura incorporar ao materialismo histórico não se traduz por uma substituição do conceito de interesse de classe, ou por uma forma subjetiva condicionante deste interesse. De outro ângulo, não se refere a uma inversão no determinante estrutural, em relação a outros determinantes superestruturais, do processo de transformação social. Implica em resgatar o processo de transformação social enquanto um movimento circular, no qual os interesses definidos estruturalmente dependem e interagem com os condicionantes superestruturais para se materializarem enquanto tal.

Esta formulação difere das posturas que resgatam a noção de racionalidade em termos do individualismo metodológico, procurando

aplicar ao marxismo postulados funcionalistas da explicação sociológica¹¹. Deste ponto de vista, a racionalidade aparece como escolha individual dentro de um tipo de mercado de interesses, onde cada indivíduo buscaria, através de um comportamento estratégico, auferir os resultados mais próximos possíveis dos objetivos originais. O indivíduo pode ser um eleitor, um agente econômico ou um líder político, como pode também ser compreendido como um ator coletivo, tal como um partido ou um sindicato. As premissas da teoria da escolha racional supõem a existência de uma arena de negociações institucionalizada com regras aceitas pelos indivíduos que dela participam, e, logicamente, uma normatividade que garanta a concretização das escolhas dos indivíduos. Em outras palavras, é pensada para o que (Przworski, 1988) chamou de capitalismo democrático.

Uma diferença entre a proposta habermasiana e a teoria da escolha racional está em que esta última utiliza um conceito de racionalidade instrumental, reportando-se a estratégias de negociação ou de ação política¹². A racionalidade weberiana reporta-se às ações sociais nas quais o sujeito também leva em consideração os meios e as conseqüências para atingir um fim determinado; entretanto, envolve um conjunto de relações sociais, pois baseia-se na ação social e não na escolha individual, o que transporta a racionalidade para o nível global da sociedade, embora o indivíduo seja o seu portador.

Dentro da perspectiva da teoria habermasiana, o Estado moderno e o capital seriam portadores da mesma racionalidade, o que estabeleceria uma inter-relação fora dos padrões marxistas clássicos de subjugação do poder público aos interesses de classe burgueses, que transformava o Estado em mero representante da dominação de classe burguesa. De acordo com Gianotti (1984), também a partir de uma releitura do marxismo através de um movimento reflexivo, a base da identidade entre as racionalidades do Estado e do capital seria o valor. Este valor entendido como medida única de representação de si mesmo e como unidade de medida de troca entre as mercadorias. No entanto, a questão inicial poderia ser retomada neste ponto: a mesma racionalidade implicaria em interesses idênticos? As transformações de forma e conteúdo do capitalismo seriam observadas ao nível da racionalidade ou dos interesses? Ainda segundo Habermas, um caminho para chegarmos a uma resposta neste sentido seria a análise concreta dos problemas enfrentados pelo capitalismo contemporâneo.

Habermas (1980, p.48) aponta como uma das características básicas do capitalismo avançado (capitalismo organizado ou regulado) a intervenção do Estado na esfera econômica, que ocorre através da crescente aglutinação de capital em torno de empresas nacionais e multinacionais, e da organização dos mercados de capital, bens e trabalho, além de intervenções pontuais em momentos de crise setoriais ou globais. Sob este aspecto, difere fundamentalmente do capitalismo concorrencial, na medida em que neste a barganha entre os interesses privados ao nível do mercado guiaria a dinâmica do sistema capitalista, pois a racionalidade agiria como condutor comum, ao nível macro, de interesses particulares por vezes díspares. O Estado atuaria como portador da ordem, garantindo os princípios básicos de funcionamento da economia concorrencial.

No capitalismo avançado, a participação do Estado como agente no processo econômico, estruturalmente indispensável à acumulação de capital, gerou uma nova utopia, segundo Habermas, fundamentada na possibilidade de construção de uma sociedade do trabalho, ainda diferenciada, mas segura. Nesta nova utopia, a noção de exploração cede lugar ao desejo de segurança, tanto por parte do capital como dos trabalhadores (Habermas, 1987a, p. 107). Ao capital interessaria a segurança da manutenção da taxa de lucro, garantida pela intervenção anticrise do Estado; e aos trabalhadores interessaria a segurança do pleno emprego e dos serviços públicos para o bem-estar social. Dentro desta utopia, o Estado seria o ponto de equilíbrio na confluência dos interesses anteriormente antagônicos.

Este sistema funcionaria a partir de concessões de interesses por ambas as partes. Os trabalhadores, através de sindicatos e partidos políticos, tenderiam a negociar ganhos salariais dentro de faixas que permitissem a lucratividade do capital. Por outro lado, os empresários deixariam, através de impostos, parte dos seus ganhos com o Estado social, que realocaria estas receitas em programas que se reverteriam em ganho salarial indireto (saúde, seguro desemprego etc.) para os trabalhadores. Haveria uma sociabilidade baseada no consenso, na qual a luta de classe seria amainada, e uma ordenação política democrática, uma vez que a distribuição de recursos pelo Estado, ou seja, a sua

legitimação enquanto ponto de equilíbrio nesta relação, deveria ser controlada pelo voto dos cidadãos (Habermas, (1987a). Esta perspectiva conduziria ao casamento estrutural entre capitalismo e democracia, demarcando, frente ao capitalismo concorrencial e ao socialismo, uma forma consensual e democrática de evolução social. Restaria ainda a questão sobre a real capacidade de edificação de uma normatividade que institucionalizasse esta conciliação entre o capitalismo e a democracia.

Os problemas apresentados pelos governos social-democratas europeus, nos anos 70, serviram, segundo Habermas, para acabar de vez com as utopias acerca da sociedade do trabalho (Habermas, 1987a, p. 112). A crise, diagnosticada de diversas formas, dependendo do ângulo pelo qual tenha sido enfocada¹³, impôs um dilema ao Estado de Bem-Estar Social: “o capitalismo desenvolvido nem pode viver sem o Estado Social nem coexistir com sua expansão contínua” (Habermas, 1987a).

De acordo com Habermas, um dos agentes causadores deste dilema seria a atividade empresarial privada. A possibilidade de investimento do Estado em programas sociais encontrar-se-ia bloqueada, entre outros fatores, pela ação política contrária dos investidores privados descontentes com a desvalorização do capital, conseqüência dos gastos públicos crescentes sobretudo em áreas sociais, e com o aumento contínuo dos encargos trabalhistas e dos salários (Habermas, 1987a).

Como defesa contra estes pesos crescentes sobre a taxa de lucro, a racionalidade instrumental do empresariado conduziu, nas economias avançadas, a uma progressiva racionalização do trabalho (no sentido de busca de eficiência no processo de trabalho), o que teve, segundo Habermas (1987b), como conseqüência, a queda no tempo de trabalho socialmente necessário, aumentando a ociosidade da força de trabalho, e, por conseguinte, acarretando um aumento nos gastos públicos com seguros desempregos e outras medidas de amparo aos trabalhadores, realimentando o ciclo de crise do capitalismo avançado.

O pacto que sustenta o *Welfare State* induziria o Estado a exercer sua capacidade de intervenção sempre em favor da manutenção da taxa de lucro. O “Bem-Estar Social”, pela racionalidade do capital, traduzir-se-ia pela intervenção do poder público ao nível dos custos de reprodução da força de trabalho. Esta racionalidade, entendida como base da lógica de reprodução do capitalismo avançado, permanece invariável durante a

crise do Estado Social, exatamente por um dos seus condicionantes estruturais. No entanto, os interesses do Estado, preocupado com sua legitimação perante a clientela de trabalhadores a quem deve custear benefícios, são conflitantes com os interesses do empresariado, que pela tranquilidade sobre os investimentos realizados e a redução nos custos diretos com a força de trabalho, têm que arcar com a desvalorização do capital. O dilema apontado por Habermas tende a perpetuar-se na medida em que a racionalidade do capital em busca da lucratividade segura compõe-se por interesses conflitantes, indicando a crise como fruto da lógica de evolução do *Welfare State*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia de uma articulação não determinista entre a estrutura produtiva, na qual se definem os interesses de classes, e a superestrutura, arena onde se concretiza a racionalidade do modo de produção, propõe um confronto entre a perspectiva da dinâmica de evolução do capitalismo avançado, a partir de contradições de interesses antagônicos, e o consenso racional para superação da crise. Em certa medida, podemos localizar o núcleo deste conflito na propriedade dos meios de produção.

O limite de transformação do capitalismo, em sua essência, define-se pela estrutura de propriedade dos meios de produção e pelo conseqüente formato da exploração da força de trabalho. A proposição filosófica, presente no texto de Giannotti (1988), de que transformações na aparência indicam transformações na essência do sistema social, pode encobrir uma delimitação conceitual básica para a compreensão da dinâmica deste sistema, ou seja, o que é essencial e o que não é. Giannotti parte de um jogo de justaposição de representações, onde significante e significado adquirem uma relação de imbricação, na qual as alterações no significado pressupõem que o significante também as tenha sofrido, pois, de outro modo, o significado do significante deveria permanecer o mesmo.

Da mesma maneira, alterações na aparência indicariam mudanças na essência do sistema. No entanto, esta proposição é válida a partir de relações justapostas objetivamente, e não imbricadas a partir da subjetividade do observador. Ou seja, deve referir-se a mudanças na aparência da essência, e não a qualquer aparência em relação a uma

essência também indefinida, imbricada apenas por expectativas subjetivas. Retorna, então, a partir deste ponto de vista, o problema de definirmos o que é essencial e o que não é para a compreensão do movimento do modo de produção capitalista; para deste ponto buscarmos a aparência daquela essência, na qual deve ser encontrada a medida do limite do sistema.

Apontar a propriedade dos meios de produção e formas de exploração do trabalho, como núcleo da evolução do sistema capitalista, não significa necessariamente apostar na centralidade da proposta socialista pós 2ª Internacional sobre a expropriação da propriedade burguesa como forma estratégica de destruição da exploração capitalista. Entretanto, busca resgatar a noção do capital enquanto uma relação social que em sua dinâmica própria, apesar de sofrer alterações em seu percurso, ainda mantém a sua racionalidade básica. A idéia de um pós-capitalismo deveria, acredito, apontar objetivamente a ruptura deste limite, que permanece inalterado mesmo nas economias definidas como capitalismo regulado pelo Estado.

A busca da segurança no lugar do risco; a intervenção estrutural do Estado no processo de acumulação; a mediação pelo consenso da luta de classes; a restrição das áreas concorrenciais no mercado pelos oligopólios; as políticas de Bem-Estar Social, entre outras alterações significativas no capitalismo, não apontam o limite da transformação porque ocorrem dentro da mesma racionalidade e fomenta as mesmas contradições de classe, embora amortecidas. A crise do *Welfare State* indica que a dinâmica evolutiva do sistema capitalista continua em vigor, embora as alterações que tenham ocorrido possam delinear o modelo futuro de um pós-capitalismo que hoje não vigora.

NOTAS

1. Cf. BÜRGER, P. O declínio da era moderna. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 20, mar. 1988.
2. OLIVEIRA, R. C. A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da antropologia. In: PÓS-MODERNIDADE. Campinas: Ed. UNICAMP, 1988. IANNI, O. A crise de paradigmas na sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 5, n. 13, jul. 1990.

3. Reconstituição que no entender de Habermas (1983, p. 11) significa, em relação ao materialismo histórico, “desmontar” uma teoria para “recompô-la” de “um modo novo, a fim de melhor atingir a meta que ela própria se fixou”. Distingue assim reconstituição de restauração - que significaria “um retorno a um ponto de partida que, nesse meio tempo, ter-se-ia corroído” - e de renascimento - que significaria “a restauração de uma tradição que, nesse meio tempo, teria estado sepultada”.
4. Essa delimitação temporal tem duas conseqüências imediatas. Em primeiro lugar, situa o debate em torno do desenvolvimento do capitalismo enquanto uma nova forma de organização da sociedade distinta dos períodos anteriores, marcados por outras regras de sociabilidade e de relação econômica que não as capitalistas. Evita, assim, discussões especulativas sobre questões impróprias a esta problemática. Em segundo lugar, localiza geograficamente a construção da modernidade a partir da compreensão do racionalismo como parte do processo histórico do ocidente europeu, na medida em que a noção de racionalismo ocidental encontra-se, para Weber, na base da formulação da idéia de modernidade (Habermas, 1987b, p.12).
5. Para definir a relação entre racionalidade e modernidade em Weber, Habermas recorre às formulações dadas por Hegel à modernidade, entendendo-a como “época moderna”, ou seja, como o período marcado historicamente pelo Renascimento, pela Reforma Protestante, pelos descobrimentos e pela Exploração do Novo Mundo. Esta ruptura, que ocorre no século XVI, acrescenta novas expressões no conteúdo da filosofia e das ciências sociais tais como revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, espírito de época, etc. que, segundo Habermas, compõem a própria filosofia hegeliana. Deste ponto de vista, a modernidade carrega consigo uma autoconsciência, onde “não pode e nem quer” orientar-se por modelos de outras épocas: extrai a sua normatividade de si mesma (Habermas, 1989, p.18).
6. Segundo Habermas (1987, p.216), Weber compreendia a racionalidade de modo distinto ao que era utilizado nos debates filosóficos anteriores ao século XVIII. Naqueles debates, a idéia de razão imiscuia-se em discussões normativas, sendo, por vezes, justaposta aos argumentos éticos da conduta cristã para o comportamento político, social ou religioso. Muito embora Habermas aponte em Weber uma dubiedade na utilização do conceito de racionalidade (Habermas, 1986, p.227), a concepção weberiana de racionalização seria, em termos gerais, todo aumento do “saber empírico”, da capacidade de previsão dos fenômenos naturais, e do domínio instrumental e organizativo sobre os processos empíricos.
7. Habermas faz um paralelo entre esta concepção weberiana de desmoralamento das imagens religiosas e metafísicas do mundo com a teoria da reificação e

as formulações sobre a consciência de classe de Marx e de Lukács (Habermas, 1987b, v. 2, p. 497)

8. Segundo Habermas (1987b, p. 204), a evolução das imagens religiosas do mundo constitui-se, na teoria weberiana, no ponto de partida da reconstrução dos processos de racionalização, contrariamente aos filósofos iluministas que utilizavam como fio condutor da história da racionalidade o desenvolvimento do conhecimento científico (notadamente a física). Para Weber, a racionalidade religiosa possuía as bases da emergência histórica das estruturas de consciência moderna. A materialização destas estruturas, em instituições sociais, formaria o que o autor definiu como sendo uma racionalização social. Desta forma, Weber procurava escapar dos limites do positivismo e do determinismo dos séculos XVIII e XIX, que entendiam o processo de formação da racionalidade moderna unicamente a partir do desenvolvimento do sistema econômico capitalista, minimizando a ação social como fundamento da transformação da normatividade social (Weber, 1987).
9. O “desencadeamento do mundo” em Max Weber possui um sentido substancialmente e historicamente diverso do desencantamento pós-moderno. Segundo Donald G. MacRae (*As idéias de Max Weber*, Cultrix/Edusp, 1975, p.90) o sentido desta expressão no original alemão, a qual Weber teria tomado emprestado da poesia de Schiller, significaria mais exatamente “a expulsão da magia das coisas”. Neste sentido, a formação do racionalismo ocidental corresponderia ao paulatino abandono da mistificação das imagens do mundo, o que configuraria o “desencantamento” para Weber. O desencantamento da pós-modernidade, por sua vez, possui um sentido mais próximo ao de “desilusão” (com as promessas e expectativas da modernidade).
10. Cf. WEBER, M. *Economia y Sociedad*. México: Fondo de Cultura, 1964, v. 2, p.7-12.
11. ELSTER, J. Racionalidade e normas sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 5, n. 12, fev. 1990.
- PRZWORSKI, A. Marxismo e escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, fev. 1988.
- REIS, F. W. Identidade, política e a teoria da escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, fev. 1988.
12. Uma questão que poderia ser formulada à teoria da escolha racional diz respeito ao lugar da alienação e da consciência de classe no momento da tomada de decisão por parte dos indivíduos. Dentro dos próprios parâmetros do individualismo metodológico, a alienação seria um fator limitante no leque de possibilidade de escolha de um indivíduo, conduzindo sua escolha para caminhos nem sempre próximos daqueles fins que seriam hipoteticamente

definidos como ótimos em uma relação de barganha qualquer ou em um processo eleitoral. A consciência de classe, por sua vez, eliminaria a instância individual da escolha que seria feita ainda a partir de parâmetros racionais, no entanto, voltados para interesses coletivos e não mais individuais. De uma perspectiva funcionalista, esta questão poderia ser simplesmente deixada de lado. No entanto, no corpo do paradigma marxista, creio, é necessário levá-la em conta.

13. Cf. DRAIBE, S.; HENRIQUE, W. *Welfare State*, crise e gestão da crise. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, fev. 1988.
HABERMAS, J. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1982, v. 2, p. 281-336.
- GIANNOTTI, J. A. *Trabalho e reflexão: ensaios para uma dialética da sociabilidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HABERMAS, J. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- _____. La modernidad: su conciencia de tiempo y su necesidad de autocercioramiento. In: *Discurso Filosófico de la Modernidad*, Madrid: Ed. Taurus, 1989.
- _____. Jürgen. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, p.103-114, set. 1987a.
- _____. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Ed. Taurus, 1987b, v. 1/2.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1977.
- SEVCENKO, N. O enigma pós-moderno. In: *Pós-Modernidade*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1987.
- _____. *Fundamento da sociologia*. Cidade do Porto: Rés, 1983.

EDUCAÇÃO E DIREITOS SOCIAIS: o legado da autocracia burguesa

Oswaldo Hajime Yamamoto*

O objetivo do presente estudo é enfocar, de maneira sintética, o tratamento dispensado à educação no complexo das políticas sociais do período que se segue ao golpe de 1964¹. Entendendo que esta questão não pode ser abordada sem a remissão à sua contextualidade histórico-social, as duas seções iniciais traçam um quadro sinótico das condições que propiciaram o golpe e o processo da autocracia burguesa que então se abre. A terceira busca situar as conseqüências do novo ordenamento econômico-político no que tange aos direitos sociais da população e, finalmente, a quarta seção discute as políticas concernentes à educação que, pela sua imbricação com o “mundo da cultura”, ocupa um lugar à parte no rol das políticas sociais no período autocrático-burguês.

SITUANDO AS ORIGENS DA AUTOCRACIA BURGUESA NO BRASIL

Virtualmente não há dissenso quanto à interveniência de vetores endógenos e exógenos no movimento golpista que redundou na queda do então presidente João Goulart, dando início ao ciclo dos governos militares que se estenderia por mais de duas décadas. De um lado, o golpe insere-se num complexo quadro externo marcado por uma profunda alteração na divisão internacional do trabalho onde os centros imperialistas hegemônicos pelos Estados Unidos, sob o signo da chamada “guerra-fria”, promoviam uma “contra-revolução preventiva” em escala mundial. Era tríplice a finalidade desse processo: adequar os padrões nacionais de desenvolvimento às exigências da nova divisão internacional de trabalho sob o primado da internacionalização do capital, golpear os protagonistas

* Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista da CAPES.

sociopolíticos dessa resistência e dinamizar as tendências contrárias à revolução e ao socialismo (Netto, 1990). Com o vetor exógeno fornecendo as coordenadas gerais, a particularidade histórica brasileira constitui-se no elemento-chave para a configuração do golpe de 1964. Três processos interconectados configuram-na: uma peculiar forma de desenvolvimento capitalista que refuncionaliza formas econômico-sociais que lhe eram adversas, a exclusão das forças populares dos processos de decisão e a forma de desempenho do Estado brasileiro que constitui-se em eficiente instrumento de desestruturação das agências da sociedade civil que pudessem portar projetos alternativos. Enquanto resultante desses processos, o desenvolvimento capitalista tardio² no Brasil assume caráter heteronômico e excludente, com as transformações críticas encontrando soluções *pele alto*³ (Coutinho, 1988). No início da década de sessenta, os elementos que constituem a particularidade dessa formação social no Brasil ganham uma dinâmica própria, criando-se uma conjuntura que, no dizer de Netto (1990, p. 20), “põe a *possibilidade objetiva* de promover uma significativa inflexão na sociedade brasileira, alterando e revertendo aquelas linhas de força”.

Para que se compreenda tal conjuntura, é necessário que nos reportemos às condições que antecederam ao golpe. O período de 1933-55 corresponde ao momento, uma vez constituído o capital industrial, de passagem à fase da *industrialização restrita* no Brasil⁴. “Restrita”; no caso, refere-se ao fato de que, a despeito de garantidas as condições para a acumulação, as bases técnicas e financeiras seriam insuficientes para a implantação do Departamento I da economia, ou seja, o ramo responsável pela produção dos meios de produção - condição indispensável para a autodeterminação do processo de desenvolvimento industrial (Mello, 1982). Ao Estado, nesse estágio, caberia a proteção contra as importações, o controle das reivindicações trabalhistas e a realização de investimentos em infra-estrutura⁵.

A consolidação do processo pela passagem à *industrialização pesada* implicava um conjunto de condições não disponíveis então: um volume inicial de recursos e uma tecnologia altamente sofisticada, controlada pelas empresas oligopolistas dos países industrializados. Tratando-se do período imediatamente posterior à crise de 1929, torna-se evidente a dificuldade desse empreendimento⁶. Ademais, colocava-se,

internamente, a possibilidade de *expansão* do capital industrial - com baixo risco - *dentro dos padrões de acumulação vigentes*, ou seja, proporcionando um desenvolvimento *horizontal*.

Este quadro reverte-se entre os anos de 1956-61: o grau de desenvolvimento capitalista já alcançado, a participação de fontes alternativas (externas) de financiamento⁷ e a ação do Estado são fundamentais para que se criassem as condições para a industrialização pesada. Ao Estado cabe tanto os investimentos em infra-estrutura que somente ele poderia arcar, quanto articular as bases da associação com a empresa oligopolista estrangeira⁸ (Mello, 1982). Coloca-se, então, um novo padrão de acumulação que caracteriza esse processo: o crescimento da capacidade produtiva do setor de bens de produção e bens de consumo duráveis.

O processo de industrialização assim constituído expande-se no período que vai até 1961, proporcionando altíssimas taxas de acumulação para as grandes empresas. As condições dessa expansão, no entanto, não poderiam deixar de levar a uma desaceleração do crescimento pois, mesmo mantidas as taxas de investimento público, “a digestão da nova capacidade produtiva criada nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo capitalista provocaria um corte significativo no investimento privado” (Mello, 1982, p.121). Mais do que isso, a situação que se configura entre os anos de 1962 e 1967 demonstra que o ciclo da industrialização pesada encontra o seu segundo momento, o de depressão⁹. É exatamente neste contexto de crise que estão as condições que antecederam o golpe de 1964.

A situação de crise que então estava se desenhando teve seu desenvolvimento e resolução nos anos de 1961-64. Particularmente durante o governo Goulart, o padrão de desenvolvimento econômico encetado nos anos anteriores encontrava um momento de estrangulamento político: a sua continuidade implicava a neutralização das forças democráticas e populares que acreditavam na viabilidade de um padrão alternativo de desenvolvimento, denominado de “capitalismo nacionalista”¹⁰, baseado na possibilidade de controle das decisões político-econômicas cruciais tanto em nível interno quanto nas suas relações externas¹¹.

Em torno dessas duas hipotéticas estratégias, que evidentemente comportavam diversas possibilidades de desdobramentos, é que gira toda

a mobilização da sociedade brasileira no período. Do ponto de vista das elites, a situação era crítica: ao lado da *débâcle* econômica já referida¹², o quadro de instabilidade política colocava em risco o próprio processo de consolidação da industrialização pesada. Da perspectiva dos defensores da estratégia internacionalista, o quadro de incertezas era agravado pelo comportamento do governo Goulart que, durante sua gestão, havia promovido uma série de restrições ao investimento das multinacionais, como uma austera política de remessa de lucros, de pagamentos de *royalties* e de transferência de tecnologia, além da adição de política de apoio ao capital privado nacional - mormente nos setores não vinculados ao capital estrangeiro - na forma de subsídios (Alves, 1989).

No elenco das condições políticas, evidentemente, está a dinamização do chamado "campo democrático", potencializado pelo fracasso da tentativa de impedimento da posse de João Goulart. Trata-se de um período de intensa mobilização; em rigor, de aguçamento das contradições entre as classes. Dela fazem parte a politização das massas urbanas (proletariado, classe média), que ganham impulso com as campanhas de cunho reivindicatório e com o debate sobre as chamadas *reformas de base*; a politização e organização das massas camponesas, particularmente no Nordeste, além de setores das Forças Armadas (em especial, os militares subalternos) e da Igreja Católica. A política *populista* (Ianni, 1975; Weffort, 1980) de Goulart, em sua busca de sustentação política, não criava óbices à ampliação da participação e organização de amplos setores da população. Contudo, a ambigüidade dessa política vem à tona: a participação ampliada, com a incorporação de setores antes excluídos, coloca demandas incompatíveis com o quadro de crise.

É neste contexto que os acontecimentos ligados ao vetor externo potencializam-se: a revolução socialista em Cuba¹³, em particular, coloca a ameaça do surgimento de outras formas de transformação disruptiva nas Américas, através da chamada "doutrina da guerra revolucionária"¹⁴.

A evolução desse quadro - com o governo João Goulart perdendo gradativamente sua sustentação política, o campo democrático atravessado por dissensões¹⁵, e a direita, organizando seu processo conspirativo¹⁶ - encontra, no golpe de 1º de abril de 1964, um desfecho *à direita*¹⁷, tanto no que concerne à reiteração da tradição autoritária quanto aos parâmetros segundo os quais define-se o novo esquema de acumulação.

O BRASIL DA AUTOCRACIA BURGUESA

Da análise precedente, é possível concluirmos que o golpe de 1964 resultou de uma crise da *forma de dominação burguesa* (Netto, 1990), colocada pelas contradições entre o padrão de desenvolvimento capitalista em consolidação e a forma de estruturação política. O fato é que a *nova ordem* inaugurada pelos governos militares implica uma readequação da economia brasileira aos imperativos do sistema capitalista internacional. Nesse sentido, os governos militares intervêm em todos os setores do sistema econômico¹⁸ tendo como eixos a estabilidade financeira e a racionalização do processo produtivo. Para tanto, coloca-se a necessidade de uma refuncionalização do Estado: além das condições para a reprodução do sistema, ele assume um papel decisivo na *organização da acumulação* - “ao mesmo tempo como promotor e ator da industrialização” (Martins, 1991, p.33). Desta forma, o novo padrão de acumulação assenta suas bases num complexo que tem como núcleo o grande capital internacional, eixo em torno do qual estrutura-se a ação do Estado e a do capital nacional¹⁹.

Se o golpe é desencadeado pelo aguçamento das contradições entre o modelo de industrialização que se consolida e sua sustentação política, é evidente que a implantação da nova ordem exige condições políticas excepcionais. Tais condições significavam, na prática, a supressão das instituições democráticas para, com a hegemonia do executivo sobre os demais poderes, neutralizar o protagonismo político dos atores do campo democrático e popular, de modo a dar livre curso ao processo de reordenamento da economia.

O ciclo autocrático-burguês inaugurado com o golpe de 1964, todavia, esteve longe de se desenvolver sem sobressaltos. Se o referencial político-ideológico da Doutrina da Segurança Nacional que enforma todo o período não é suficiente para evitar que as contradições no seio do próprio pacto que conduziu ao golpe emergissem, seu papel na consolidação da autocracia burguesa é inquestionável²⁰.

Uma periodização do ciclo autocrático que utiliza como parâmetro a institucionalização do Estado de Segurança Nacional é sugerida por Alves (1989). Destarte, três momentos são identificados: o primeiro, que corresponderia ao período que vai do golpe até o Ato Institucional nº5, ou seja, abrangendo os governos Castelo Branco e parte do governo Costa

e Silva; o segundo, o momento autocrático-burguês *par excellence*, ou seja, o período final do governo Costa e Silva, o curto período da Junta Militar e todo o governo Médici; e, finalmente, o terceiro corresponderia ao período da “distensão” e da “abertura”, ou seja, os governos Geisel e Figueiredo²¹.

Durante a primeira fase de institucionalização, utilizando o termo de Moreira Alves, a tarefa prioritária assumida pelo Estado é a eliminação dos vínculos com o período anterior. O Ato Institucional nº1 cria as condições para a condução da “Operação Limpeza” que promove expurgos tanto na burocracia civil quanto militar, além da instauração de um infindável número de Inquéritos Policial-Militares (IPMs) - instrumento sem fundamentação jurídica legal - atingindo milhares de pessoas (Alves, 1989). As medidas de cunho coercitivo foram acompanhadas de procedimentos para dar livre curso ao reordenamento econômico, através de políticas para atração de capitais externos e controle salarial²².

Com este elenco de medidas, o Governo Castelo Branco enceta um efêmero “retorno à normalidade”, com o afrouxamento - seletivo, pois excluía o movimento sindical - da repressão. O ensaio de liberalização, contudo, termina rapidamente: os atritos com o Congresso levam o presidente Castelo Branco a baixar o Ato Institucional nº2 que visava, fundamentalmente, aumentar os poderes do executivo com relação ao legislativo e ao judiciário, e a reorganizar a representação política, pela extinção dos partidos e criação arbitrária de um sistema bipartidário.

O que é importante de se destacar com relação a este período é que as dissensões dentro do próprio Estado, especialmente as divisões nas Forças Armadas, começam a ganhar expressão²³, com um componente fundamental: a crescente autonomização do aparato repressivo.

A Constituição de 1967 é a tradução dos elementos mais importantes dos atos institucionais até então editados, institucionalizando a Doutrina da Segurança Nacional. Observe-se que, embora extremamente autoritária em sua essência, a transformação em Carta Constitucional demonstra a necessidade de legitimação política. No plano econômico, contudo, é o período em que a classe trabalhadora recebe o impacto da criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: eliminando a estabilidade, criava um mecanismo de controle salarial dos trabalhadores de considerável efeito.

À promulgação da Constituição, sobrevém um novo e breve período de relativa liberalização, com a oposição realinhada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) ganhando um fôlego novo²⁴ e, principalmente, com a retomada das ações sindicais e de setores das classes médias, especialmente o movimento estudantil. O recrudescimento do movimento oposicionista faz esfumar mais esta tentativa de liberalização: o então empossado presidente Costa e Silva, em meio à maior crise desde o golpe de abril de 1964, baixa o Ato Institucional nº5, em dezembro de 1968, encerrando a primeira fase da institucionalização do Estado de Segurança Nacional. Ela é marcada, por um lado, pela consolidação do processo de industrialização, com sua autodeterminação assegurada; por outro, pelo fracasso da tentativa de legitimação política da autocracia burguesa, com a tática da alternância repressão-liberalização²⁵.

Com o Ato Institucional nº5, tem início a segunda fase de institucionalização do Estado autocrático, com poderes virtualmente absolutos do executivo. A repressão adquire uma forma mais aberta, institucionaliza-se, configurando um *terrorismo de Estado*. Praticamente todos os setores da oposição são atingidos - particularmente aqueles que, na esteira da estratégia *fordista*, sustentavam a necessidade da luta armada. Com a ideologia da segurança ganhando estatuto legal com a Lei da Segurança Nacional, o aparato repressivo ganha uma proporção assustadora, composto de uma ampla rede interligada²⁶: a tortura passa a constituir-se em método usual de interrogatório e as mortes e os desaparecimentos dos presos políticos tornam-se uma infamante rotina.

Ao lado da escalada repressiva, este período é marcado, no plano econômico, pelo ajuste estrutural do Estado, integrando o aparato dos monopólios ao aparelho estatal (Netto, 1990), redundando no ciclo de expansão - e acumulação capitalista sem precedentes - conhecido como “milagre brasileiro”. Nas palavras de Mantega (1991, p. 51), “aceleraram-se as taxas de acumulação à custa de concentração de renda, do incremento das exportações, da rearticulação e concentração do sistema financeiro, da maciça intervenção estatal na economia (...)”. Tratava-se de um período de enorme liquidez no mercado monetário-financeiro consolidado na década de sessenta²⁷. Os bancos comerciais passam a operar na esfera internacional com empréstimos de curto prazo automaticamente renováveis

pela técnica do *roll over*, com taxas de juros flutuantes reajustadas a cada período de três ou seis meses. Graças ao aporte de recursos externos, o Brasil experimenta uma fase de crescimento econômico “de dois dígitos”.

Se, em meados de 1973, o aparato repressivo da ditadura havia virtualmente aniquilado qualquer resistência no campo oposicionista, um outro inimigo entra em cena: trata-se das conseqüências do esgotamento desse ciclo expansivo. A falência do chamado “milagre brasileiro” está relacionada ao segundo ciclo de liquidez devida, fundamentalmente, ao aporte dos chamados “petrodólares” (resultado do significativo aumento do preço do petróleo em 1973). Este, por seu turno, havia provocado um forte desgaste nas relações de troca dos países importadores de petróleo, incluindo-se os países de industrialização avançada. Ao contrário destes, que procuraram contornar a crise com incremento das exportações, de modo a conservar suas reservas e liquidez de ativos no exterior, o Brasil persiste na estratégia de endividamento crescente, estimulada pela disponibilidade praticamente irrestrita de recursos externos²⁸. Esta estratégia, associada à utilização da técnica da rolagem da dívida, faz com que, por volta de 1979, um novo rearranjo da economia internacional²⁹, acompanhado de um súbito e significativo aumento das taxas de juros (de 2% na década de setenta a 12% em 1982), empurrasse a dívida externa brasileira de 3,2 bilhões em 1970 a 44 bilhões em 1981!

Este é o quadro que redundava na imposição de uma mudança na estratégia de dominação, através de um projeto de “auto-reforma” (Netto, 1990). O governo Geisel, que inaugura a terceira fase da institucionalização do Estado de Segurança Nacional³⁰, orienta-se exatamente pela política da *distensão*. Como o próprio nome indica, tratava-se de uma estratégia engendrada para diminuir o tensionamento das relações sociopolíticas, ampliando - mas mantendo sob controle - a participação política. O conceito de “democracia relativa” exprime adequadamente a idéia do ordenamento pretendido.

A estratégia de legitimação política passava tanto pelo gradual desmonte do aparato repressivo, mantidas as salvaguardas repressivas emergenciais, ganhando espaço junto a setores oposicionistas, quanto pelo fortalecimento eleitoral que lhe conferiria sustentação a prazo mais largo. Sem embargo, uma série de contratemplos coloca-se no seu caminho. A desmontagem do aparato coercitivo é interrompida por momentos de extremo recrudescimento da repressão³¹; o desempenho

eleitoral do partido do governo é apenas satisfatório quando auxiliado por estratégias claramente antidemocráticas³². Ao lado disso, o fortalecimento da oposição que já se verificava no final da fase anterior se consolida. A oposição estrutura-se através das instituições da sociedade, classistas ou não. Dentro do marco da política de cooptação e legitimação, gradativamente o discurso da segurança é substituído pelo da “integração social” e do “redistributivismo”, no âmbito das políticas sociais³³.

O Governo Figueiredo dá prosseguimento à estratégia liberalizante, agora sob o rótulo de *abertura*. Trata-se de um período marcado por uma contraposição franca entre dois pólos. De um lado, a revogação do Ato Institucional nº5, em 1979 - e a posterior anistia política³⁴ - marca um momento importante na reorganização da oposição. Verifica-se uma proliferação dos movimentos de base e, particularmente, a reorganização do movimento sindical que volta a promover greves, inclusive de âmbito nacional, em profusão³⁵. De outro, setores ligados à Comunidade de Informações, que ganhara considerável autonomia³⁶, promovem uma onda de atentados a entidades e eventos ligados à oposição³⁷, com o fito de desestabilizar o processo de liberalização política.

Marcam também este período a reiteração do fracasso eleitoral do partido do governo - apesar da reformulação partidária objetivando reverter a situação - e o aprofundamento da crise econômica devido ao padrão de endividamento externo que leva o país a recorrer ao, e aceitar a monitoração direta do Fundo Monetário Internacional (FMI), em meio a um profundo processo recessivo (Skidmore, 1991).

O movimento pelas eleições diretas que mobiliza milhões de pessoas em todo o Brasil, a manutenção da eleição pela via indireta e derradeiro fracasso eleitoral³⁸ constituem-se no canto de cisne da autocracia burguesa, que não tem mais condições de se reproduzir enquanto tal. Abre-se então uma nova etapa conturbada da nossa história, da transição democrática, cuja análise escapa aos objetivos desta sinopse³⁹.

DIREITOS SOCIAIS NA AUTOCRACIA BURGUESA: a lógica da destituição

Uma vez traçados os lineamentos mais gerais do processo da autocracia burguesa, é necessário examinar com detenção as conseqüências por ela geradas.

Como um dos efeitos do novo ordenamento econômico, é forçoso reconhecer, o país experimentou um significativo crescimento. Se compararmos o Produto Interno Bruto (PIB) dos períodos 1962/67 e 1967/73, isto é, da consolidação da industrialização pesada, verificamos um incremento na ordem de 8 pontos (de 3,2 a 11,2 consideradas as médias geométricas anuais). Este impulso deve ser atribuído fundamentalmente ao setor industrial, que experimenta um crescimento da ordem de 10,1 pontos (de 2,6 a 12,7), seguido pela construção civil, de 8,1 pontos (de 2,8 a 10,9). A partir de 1973, tem início a fase de decadência, perceptível pela queda dos mesmos indicadores: a taxa de crescimento, no período de 1973/80, comparativamente ao período anterior, cai 4,1 pontos (de 11,2 para 7,1), com uma retração de 5,1 pontos no setor industrial e de 2,1 pontos na construção civil (Abranches, 1985). Ainda assim, o PIB brasileiro em 1980 atingiu o patamar de 210 bilhões de dólares, o que significava então o décimo PIB nacional do mundo. A renda *per capita* de 1.750 dólares, por seu turno, colocava o Brasil em quinto lugar na América Latina (Gorender, 1981).

Se desenvolvimento houve, quais foram, todavia, os seus corolários? No que tange à exploração da força de trabalho, os dados indicam que, se em 1961, a participação dos salários com relação aos lucros na renda industrial era de 29% com 71%, em 1973, ela passa para 23% contra 77% (Gorender, 1981)⁴⁰. E, a despeito do crescimento econômico, praticamente a metade da força de trabalho encontrava-se no exército industrial de reserva (Singer, 1986)⁴¹. Some-se a isso a estrutura tributária regressiva que faz com que mais de 70% da arrecadação federal provenham do trabalho contra 30% do capital privado e estatal (Afonso & Souza, 1977).

Em suma, o reordenamento conduzido segundo os parâmetros do capitalismo da era dos monopólios foi altamente excludente e concentrador, com um custo social extremamente alto para a maioria da população⁴².

A formulação e execução das chamadas políticas sociais deve ser entendida exatamente no quadro de tal iniquidade social⁴³. As condições nas quais a autocracia burguesa gestou suas políticas foram excepcionais: se o gasto público é, conforme afirma Abranches (1985, p.60), fruto de um “complexo e contraditório jogo de interesses”, a repressão generalizada que virtualmente elimina qualquer possibilidade de confronto nos períodos iniciais do ciclo autocrático - a ponto de Santos (1987, p.89) denominar a relação entre o poder e o público de “cidadania em recesso” - faz com que seja uma partida de apenas um contendor. No primeiro momento, correspondendo, *grosso modo*, aos dois períodos iniciais do ciclo dos governos militares, tendo em conta a virtual ausência de pressões, ao lado de uma forte centralização decisória que tipificou o período, verificou-se uma proliferação e, ao mesmo tempo, fragmentação do aparelho de Estado em segmentos dotados de um considerável grau de autonomia. Mas, sobretudo, destaque-se a acentuada tendência à privatização das políticas⁴⁴. Evidentemente, uma tal burocratização, acompanhada de um alto grau de autonomia decisória e ausência de mecanismos sociais e políticos de controle, torna o processo de privatização um campo fértil para as fraudes e a corrupção. Apenas com a política da distensão - que tem como premissa a consideração das instituições democráticas, o Estado é (parcialmente) exposto às demandas da população, principalmente de seus segmentos organizados, tornando a função legitimadora das políticas sociais predominante. Abre-se aí um período em que proliferam os programas cujos destinatários são os “carentes”.

O padrão dos gastos sociais da autocracia burguesa é clarificado por Afonso; Souza (1977, p.77ss.) que indicam que, no período 1974-75, o Estado dedica 75% de suas despesas ao capital - sendo o principal beneficiário o grande capital - e os 25% restantes a despesas com bem-estar social e segurança⁴⁵.

Um breve exame das políticas adotadas em algumas das áreas básicas⁴⁶ deverá ser suficiente para ilustrar o padrão de gastos estatais.

A forma pela qual a questão da alimentação e nutrição foi abordada pelo Estado autocrático-burguês é paradigmática: através de um conjunto de programas isolados, de abrangência, duração, fonte e montante de recursos orçamentários e responsabilidades diversas, com o fito de *compensar carências* nutricionais da população destinatária⁴⁷. O grau de

eficiência dos programas também foi diferenciado, mas com uma constante: a prevalência da lógica privatizante que responde prioritariamente ao jogo dos interesses dos atores envolvidos na oferta dos serviços em detrimento dos beneficiários dos mesmos⁴⁸. No que toca à saúde pública e assistência médica, tal processo é mais nítido ainda: verificou-se, nos anos setenta, uma virtual estagnação da rede hospitalar própria (e pública), com a transferência de responsabilidade à iniciativa privada. Esta estratégia tem como resultante um crescimento extraordinário das indústrias farmacêutica, de equipamentos hospitalares e de empresas privadas de medicina⁴⁹ e, como contraface, a deterioração dos níveis de recursos destinados aos serviços básicos de saúde - de cunho preventivo, como os programas levados a cabo pela Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), entre os anos de 1978 e 1982. Não é diferente a situação concernente à habitação: a constituição do Banco Nacional da Habitação (BNH) já em 1964, para financiar moradias para a parcela da população com renda inferior a três salários mínimos - através das Companhias Habitacionais (COHABs) - foi um completo fiasco. Se dilema houve entre a destinação social e o padrão de financiamento regulado pelas regras do mercado, os resultados demonstram ter sido apenas um momento efêmero: ao passo que o déficit habitacional crescia, o Sistema Financeiro da Habitação contribuía para dinamizar o setor da construção civil⁵⁰, o mercado imobiliário⁵¹ e estimular a especulação.

O resultado não poderia ser outro que uma deterioração geral do padrão de vida da grande maioria da população brasileira⁵². A expectativa de vida associa-se diretamente à renda; a mortalidade infantil, inversamente. As ações preventivas apresentam baixo percentual de cobertura e o atendimento médico à população é extremamente precário⁵³. A fome e a desnutrição são tônicas⁵⁴. Ao déficit habitacional adicionam-se as insatisfatórias condições de salubridade⁵⁵.

Estes dados referentes aos gastos do Estado brasileiro dão a dimensão exata das suas prioridades no período. E, ao mesmo tempo, sem deixar de reconhecer que alguns avanços, em particular no tocante à legislação social, foram consignados, evidenciam a estratégia "bismarckiana" de legitimação política - expressão de Santos (1987) - adotada pelo Estado brasileiro no período autocrático-burguês⁵⁶.

REPRESSÃO E REFORMAS: as duas faces da moeda da política para a educação

Abranches (1989, p.62) sugere que a educação teria sido beneficiária de tratamento diferenciado com relação às demais áreas sociais, devido a “prioridades do Governo e o peso político relativo das diferentes ‘coalizões setoriais’ de interesses”; em suma, a uma maior visibilidade do campo educacional em virtude dos setores que ela mobiliza⁵⁷.

É possível que uma das razões que a torna especial com relação às políticas sociais tomadas globalmente seja o fato de que, considerado um direito social, ela não diz respeito à reprodução das condições da existência dos homens senão de forma *indireta*, pela imbricação com o “mundo da cultura”, o que exige que a sua análise leve em conta esse duplo enquadramento, de vez que submetida a condicionamentos de diferentes ordens.

Em rigor, o lugar privilegiado ocupado pela educação advém do fato de que ela se coloca enquanto um *mediador* entre as políticas culturais da autocracia burguesa e o “mundo da cultura”⁵⁸. Esta posição a subordina diretamente ao primado do controle da vida cultural do país, sob a égide da ideologia da segurança nacional, que rebate na área da educação, configurando uma política em dois tempos: uma fase *negativa*, que corresponderia aos dois primeiros períodos, e uma fase *positiva*, representada pelo terceiro e derradeiro período do ciclo autocrático-burguês.

O momento *negativo* tem como marca, em que pese terem sido gestadas e até mesmo implementadas algumas medidas no campo educacional encaminhando as reformas⁵⁹, a *repressão*. A atenção foi dirigida para a destruição de qualquer forma de experiência educacional democratizante ao mesmo tempo em que procurava neutralizar o protagonismo político dos estudantes e professores. Recorde-se que particularmente o início dos anos sessenta foi palco de um conjunto de experiências denominadas de movimentos de educação e cultura popular – como o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), o(s) Centro(s) Popular(es) de Cultura (CPC/UNE), o movimento “De pé no chão também se aprender a ler”, entre outros – todos eles fechados ou descaracterizados pelo governo militar⁶⁰. Os participantes dessas experiências foram afastados de seus cargos,

cassados e muitos deles, presos. Também não foi outro o destino da experiência inovadora que estava sendo levada a efeito com a implantação da Universidade de Brasília⁶¹. A ação repressiva do Estado, nesse primeiro momento, atinge milhares de professores e estudantes, que têm, ainda, suas organizações destruídas.

A condução da política educacional com relação ao ensino superior em especial, associada à já discutida preocupação com a “aparência democrática” do governo Castelo Branco, contudo, cria condições para o recrudescimento do movimento estudantil. A escalada repressiva no meio educacional atinge então seu ápice com o Ato Institucional nº5 e com o decreto específico para a área, de nº477, que conferia poderes para afastar e punir estudantes, professores e funcionários, além de coibir manifestações de natureza política nas instituições educacionais⁶².

Uma vez eliminados os entraves que obstavam a concretização das mudanças, tem início o momento *positivo*, onde prevalecem as *reformas* anteriormente ensaiadas. Iniciando-se pelo ensino superior, atinge o ensino de primeiro e segundo graus, o ensino supletivo e a alfabetização de adultos. No que tange ao ensino superior, juntamente com os subsídios fornecidos pelos seminários e relatórios resultantes da cooperação Brasil-Estados Unidos⁶³, foi formada uma comissão para a finalidade precípua de conduzir o processo, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU)⁶⁴, cujo trabalho é traduzido, com poucas alterações, na Lei 5.540/68. A *rationale* dessa reformulação pode ser resumida no princípio da racionalização: departamentalização, matrícula por disciplina associada ao regime de créditos, além do vestibular unificado⁶⁵ são alguns de seus traços marcantes. A reforma universitária consolida, na realidade, os acordos MEC-USAID, implantando a “lógica empresarial” de que falava Atcon. A ela segue-se a transformação do ensino elementar e médio: a Lei 5.692/71⁶⁶ unifica os antigos cursos primário e ginásial no primeiro grau, estendendo a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos, e institui a profissionalização no segundo grau, visando conferir-lhe um caráter de terminalidade⁶⁷.

A refuncionalização do ensino, em consonância com o padrão de desenvolvimento, visível principalmente quanto à reforma do segundo grau, inspira-se nitidamente nos princípios da chamada “Teoria do Capital Humano”, que supõe uma subordinação da educação à produção⁶⁸,

no caso, encontrando materialidade na tentativa de imprimir ao ensino secundário um caráter de terminalidade que teria, ademais, como um fundamental efeito colateral, a contenção da demanda para o ensino superior⁶⁹.

Não nos ocupará uma outra consequência da posição ocupada pela educação enquanto interface com o "mundo da cultura" que, no entanto, é importante assinalar: a sua pluralidade intrínseca, cuja equalização por parte da autocracia burguesa, conquanto factível, teria um alto custo social, faz com que o debate não seja banido do âmbito da academia e, sobretudo, que uma vigorosa produção se conecte à luta oposicionista a partir de meados dos anos setenta⁷⁰.

No que tange à sua face mais específica de direito social, ela também não escapa à lógica que preside as demais áreas, configurando um quadro pouco auspicioso como balanço do período autocrático-burguês: mesmo com o índice de alfabetização tendo se elevado de 59% para 70% entre as décadas de setenta e oitenta, as desigualdades regionais continuam imensas; mesmo com o crescimento das taxas de matrícula, girando em torno de 90%, permanecem os altíssimos índices de reprovação e evasão - ao lado do enorme contingente de crianças em idade escolar fora da escola⁷¹.

Sob o primado da racionalidade administrativa, a reformulação do ensino põe em marcha ainda um agudo processo privatizante, por uma dupla via: tanto pelo incentivo à exploração capitalista da educação, à feição do que se verificou com a saúde e a habitação, quanto pela destinação dos já minguados e ainda decrescentes⁷² recursos à rede privada de ensino⁷³. O caráter discriminatório desses gastos fica patente quando verificamos a trajetória dos gastos com a educação com referência à sua aplicação nos diversos níveis do ensino. Assim, se fixarmos em 100 o índice para 1964, dez anos depois temos um crescimento de 185,43% de crescimento do primeiro grau, 385,46% do segundo grau e 624,16% do ensino superior⁷⁴ (Paiva, 1980a). Considerando-se que a matrícula no primeiro grau cresceu de 8.368.285 alunos em 1960 para 21.722.832 em 1978, torna-se evidente que a expansão verificada foi insuficiente⁷⁵.

Diante da necessidade de ampliação da base de sustentação política, abalada pela crise econômica, tem início, no período que corresponde ao governo Geisel, uma nova inflexão em termos de tendência da política educacional: concluído o ciclo das reformas, a prioridade da educação

transita para o atendimento aos “carentes”⁷⁶. A premissa geral de “correção de desigualdades”, contida nos II e III PND, vai encontrar ressonância – com atraso – na área educacional, que incorpora tal discurso somente no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (III PSEC). São decorrências os Programa Nacional de ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural (PRONASEC) e o Programa de ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas (PRODASEC). A ênfase desses programas, do ponto de vista educacional, é o caráter *compensatório*, com o intuito de diminuir desigualdades. Há, então, sintonia com as demais políticas sociais do período – tanto nas formulações quanto nos resultados.

Observe-se que as tendências nunca se excluíram. Particularmente a busca do exercício do controle político e ideológico, assumindo caráter repressivo, ostensivo ou não, acompanha todo o ciclo autocrático-burguês⁷⁷. Contudo, a exigência do controle não colide com a necessidade de busca de legitimação e consenso: se torna predominante no último momento da autocracia burguesa, ela não esteve ausente mesmo nos períodos mais duros da ditadura, ainda que na forma de “consenso passivo” (Coutinho, 1988).

Enfim, se privilegiamento houve com relação ao campo educacional, este não se situou no sentido de equacionar seus históricos e crônicos problemas, que permaneceram, repostos apenas em um nível maior de complexidade⁷⁸. E, se é verdade que o Brasil não teve, no período autocrático-burguês, uma verdadeira política social mas tão-somente programas localizados, desconexos e até mesmo conflitantes, estes foram rigorosamente coerentes com referência à lógica que os presidiu, qual seja o crescimento econômico e a acumulação capitalista, configurando aquilo que Covre (1986), com justiça, denomina de “panorama dos direitos sociais ilusoriamente atendidos”.

NOTAS

1. Escrito originalmente, no ano de 1992, como um estudo preliminar a uma tese acadêmica, este texto conserva, como marcas de nascença, além de um certo caráter serôdio do ponto de vista temático; a aridez na forma de condução que as modificações, pouco substanciais – em nome do necessário rigor no enquadramento do problema –, não conseguiram eliminar.

2. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro seria “tardio” ou “retardatário”, para Mello (1982), na medida em que a industrialização constitui-se já em pleno período monopolista do capital. Com respeito às características do estágio monopolista do capitalismo – questão controversa dentro da tradição marxista – as indicações gerais seguidas estão em Mandel (1985). Observe-se que a denominação “capitalismo tardio” em Mandel assume um significado algo diverso daquela de Mello, na medida em que, para aquele, a fase monopolista (ou imperialista, no sentido leniniano) dividir-se-ia em duas subfases, uma “clássica” e uma “tardia”, que teria como marca a “terceira revolução tecnológica”, iniciada entre 1940-45.
3. Segundo indicações de Coutinho (1988, p.106ss), as transformações pelo alto configurariam a conhecida fórmula da via prussiana leniniana, combinada com a revolução passiva gramsciana. Esta complementação seria necessária pela consideração das características superestruturais que marcam as transições brasileiras.
4. A periodização proposta por Mello (1982, p.176) compreende a. economia colonial; b. economia mercantil-escravista nacional; c. economia exportadora capitalista; e d. industrialização retardatária. Esta última desdobra-se em três fases: nascimento/consolidação da grande indústria, industrialização restrita e industrialização pesada. Note-se ainda que, para este autor, a industrialização deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas - ou seja, de criação das bases materiais do capitalismo - que corresponderia à passagem para o modo de produção *especificamente capitalista* de produção.
5. Observe-se que o capital industrial constitui-se a partir das condições criadas pelo próprio capital cafeeiro. E ainda que tenha havido fricções com o capital agrícola, como no tocante à questão cambial, não há de fato nenhuma incompatibilidade com esse setor.
6. Veja-se a *insuficiência* das análises que contrapõem o “nacionalismo” ao “internacionalismo” como explicação para as decisões ao nível das políticas econômicas postas em prática no período. Não se nega, evidentemente, a existência dessas matrizes ideológicas, nem tampouco sua importância no pensamento político do período. Contudo, o “nacionalismo” do período de Vargas ou o “internacionalismo” de Dutra encontram estrangimentos na base material da sociedade mais profundos do que as análises – estritamente políticas – fazem supor.
7. Mello (1982) entende que o aporte de recursos externos não pode ser explicado somente pelas oportunidades de inversão, mas também pela dinâmica da competição oligopolista dos países industrializados. Isto explicaria a preponderância, nesse momento, de capitais europeus que, em condições desfavoráveis diante dos investimentos norte-americanos no Canadá e na

própria Europa, se viam obrigados a enfrentar o desafio de mercados que comportavam doses maiores de risco.

8. Observe-se que articulação, muito embora com amplo privilegiamento do capital externo, significava uma “profunda solidariedade ao nível da acumulação” entre Estado, empresa internacional e nacional (Mello, 1982, p.121). É o processo denominado de setorização dos investimentos: ao capital externo, caberiam as indústrias mais dinâmicas, ao passo que o capital nacional ficaria a cargo dos ramos ditos tradicionais. O privilegiamento, como fica evidente, refere-se não somente aos incentivos estatais mas principalmente ao fato de a participação estrangeira na associação se dar nos setores de mais alta composição orgânica e de tecnologia mais avançada (estruturada monopolisticamente), com crescimento a taxas superiores às industriais médias (Moraes, 1991, p.25ss.).
9. Segundo Mello (1982, p.121), as razões da crise estariam localizadas no efeito desacelerador anteriormente referido, associado a dois outros fatores; a “realização dinâmica” do potencial em elevação da acumulação e aos desajustes entre a demanda e a capacidade produtiva (subutilizada). A propósito do assunto, há em Moraes (1991), uma análise crítica de algumas das vertentes explicativas da crise que precede o golpe de 1964, incluindo-se a de uma das fontes do pensamento de Mello, que é a de Maria da Conceição Tavares. Moraes critica, em rigor, à semelhança do procedimento de Mandel (1985) com relação às explicações “monocausais”, tanto as interpretações que privilegiam o vetor político (como em Oliveira, 1981), quanto as que localizam as razões na “crise de demanda” ou nos “problemas de financiamento” (como é o caso de Maria da Conceição Tavares e José Serra). Sua conclusão é de que a crise é a resultante da unidade das determinações políticas e econômicas (1991, p.47). Registre-se também a original hipótese de Santos (1986), claramente situada no âmbito “estritamente político”, segundo a qual mais que as medidas que efetivamente o governo Goulart teria implementado, o golpe deveu-se ao imobilismo político ou, conforme o autor, a uma “crise de paralisia decisória”.
10. A viabilidade de um desenvolvimento capitalista *nacional* é um ponto bastante questionável. Em rigor, esta questão intersecciona-se e encontra suporte em outra, qual seja, a crença equivocada da existência de uma *burguesia nacional*. Esta tese encontra ressonância tanto nas interpretações de extração nacional-desenvolvimentista como as concebidas pelo ISEB, quanto na concepção das “duas burguesias”, defendida pelo Partido Comunista Brasileiro. Para algumas discussões sobre a questão, ver, por exemplo, Ianni (1991), Mantega (1984) e Gorender (1981).

11. Conforme lembra bem Ianni (1991), não se colocavam as condições políticas para uma opção. Dito de outra forma, tanto o governo João Goulart quanto o anterior, de Jânio Quadros, não estavam em condições de resolver as contradições postas pelo padrão de industrialização que encontrou livre curso no governo Juscelino Kubitschek. Aliás, é importante lembrar que é durante o curto período do governo Café Filho, com a institucionalização da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), de janeiro de 1955 - abrindo a economia ao capital estrangeiro (inclusive concedendo incentivos especiais, como a importação sem cobertura cambial) - é que colocam-se as condições para a internacionalização da economia brasileira. O governo Juscelino Kubitschek pouco modifica tais condições - excetuando-se a lei das tarifas aduaneiras para a remessa de lucros - viabilizando o novo padrão de industrialização com seu "Plano de Metas" (Ianni, 1975; Vieira, 1983).
12. Veja-se, por exemplo, enquanto um indicador a aceleração do processo inflacionário no período: 1960-30,5%; 1961-47,7%; 1962-51,3% e 1963-81,3% (Germano, 1993, p.51).
13. Recorde-se dois fatos relacionados: o primeiro, que o Ministro da Indústria e Comércio de Cuba, Ernesto "Che" Guevara, havia sido condecorado pelo presidente Jânio Quadros; o segundo, a firme postura do Governo Goulart na manutenção das relações com Cuba, como demonstração de uma política externa independente (Ianni, 1975).
14. A difusão dessa idéia vincula-se intimamente às formulações da chamada *Doutrina da Segurança Nacional*, gestada pela Escola Superior de Guerra (ESG), em colaboração com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Nela, a defesa das fronteiras externas é substituída pelas "fronteiras ideológicas", instituindo-se o chamado "inimigo interno".
15. O posicionamento da esquerda nesse período já foi alvo de inúmeras discussões. Entre eles, apenas para referência, Ianni (1975), Gorender (1987) e Moraes (1989).
16. Dreifuss (1981) demonstra que o golpe, precedido pela desestabilização do governo Goulart, contou com a participação do governo norte-americano através da CIA (Central Intelligence Agency) em coordenação com civis e militares brasileiros. A articulação ESG/IBAD/IPES não somente participa ativamente na formulação do golpe quanto na própria estruturação do período Castelo Branco.
17. Com relação às opções que estavam postas no momento, Ianni (1975, p.122) sustenta a idéia de que, esgotado o modelo "getuliano", somente havia duas possibilidades: a "reintegração plena ao capitalismo mundial" ou a revolução

socialista. Quanto à opção vencedora, não há problemas. No entanto, quanto à existência de condições para a revolução de cunho socialista, a questão é difícil. Parece ser mais prudente acompanhar a análise de Netto (1990, p.22), que sustenta a tese de que, imediatamente, o quadro que se verificava em 1964 não colocava em xeque a ordem capitalista, mas que os seus *desdobramentos*, caso não ocorresse o golpe, *poderiam* levar a um reordenamento político-social que engendrasses uma situação pré-revolucionária.

18. As grandes metas de todos os governos militares foram o controle da inflação; a expansão e diversificação das exportações; o estímulo à concentração de capital; a racionalização das estruturas internas e externas das empresas; a modernização (Ianni, 1991).
19. Para descrever as bases sobre as quais se assenta o modelo implantado no período, costuma-se usar a imagem um tanto inadequada de um *tripé*, constituído pelo capital estrangeiro, pelo capital nacional e pelo Estado (veja-se, por exemplo, Gorender, 1981). Contudo, conforme lembra bem Netto (1990, p.28), essa imagem não corresponde exatamente à realidade. Mencionamos anteriormente que o próprio padrão de industrialização pesada já se assentava sobre essas mesmas bases, com claro privilegiamento do capital internacional. Evidentemente, no momento em que o Brasil readequasse ao sistema capitalista internacional, a gravitação não poderia se dar senão em torno do capital externo. Cardoso (1975) analisa, inclusive, a forma peculiar como se dá tal privilegiamento. Segundo o autor, a divisão não elimina a expansão dos setores antes controlados pela burguesia local; ao mesmo tempo cresce a base econômica do Estado (sobretudo no setor de infra-estrutura) e assegura às empresas transnacionais o controle dos bens de consumo duráveis, assim como parte da exportação de produtos primários. Contudo, ao examinar a relação patrimônio-lucro líquido, observa que, ao passo que o setor estatal experimenta um maior crescimento em termos de patrimônio, o *lucro líquido* maior cabe às empresas estrangeiras (Cardoso, 1975, p.43ss.).
20. De fato, o referencial é de tal forma onipresente, que Alves (1989, p.27) chega a caracterizá-la como uma *Weltanschauung* – ou “cosmovisão”.
21. Observe-se a divergência de interpretação em Netto (1990) com relação ao terceiro momento, no qual o autor inclui *apenas o governo Geisel*. Isto se deve a uma análise de que efetivamente o ciclo autocrático-burguês termina no início do governo Figueiredo, que *não* expressaria a desarticulação do Estado de Segurança Nacional, mas representaria a “incapacidade de a ditadura reproduzir-se como tal” (p.34). É bem verdade que o regime não é capaz de *impor* suas regras, mas isto configura-se como um *processo* que

- encontra seu desenvolvimento e sua resolução *durante* o governo Figueiredo, o que nos faz manter a periodização supracitada de Alves.
22. Dentre as primeiras medidas do governo Castelo Branco, está a revogação da lei da remessa de lucros, de 1962. De uma certa forma, ela encaminha as negociações com os credores internacionais e, em especial, para os acordos *standby* e a abertura de uma “linha de crédito” por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), que avaliza os investimentos no Brasil (Skidmore, 1991, p.82ss.).
 23. As divisões no seio das Forças Armadas não datam desse período, é importante que se diga. Contudo, a polarização “sorbonistas”-“linha-dura” ganha expressão nesse período, constituindo-se no foco de tensão nas questões-chave que o Estado de Segurança Nacional enfrentará daí em diante. Para análise sobre a questão ver, entre outros, Germano (1993).
 24. Dentro do campo burguês, a formação da “Frente Ampla”, que contava com a adesão de “ex-revolucionários de 1964” é sintoma das fraturas no interior do pacto contra-revolucionário.
 25. Especialmente o governo Castelo Branco, que procurou conduzir o processo político com base no ideal contra-revolucionário, isto é, tendo o entendimento de que a excepcionalidade era, de fato, temporária.
 26. A rede interliga o executivo ao Serviço Nacional de Informações (SNI); aos órgãos de segurança estaduais; às divisões de segurança e Informações das Forças Armadas; à Polícia Federal, contando, além disso, com forças paramilitares. A estrutura do aparato repressivo é apresentada por Alves (1989, p.174). Pode-se aferir a magnitude dos esforços empreendidos em segurança, atentando para o orçamento referente à defesa no ano de 1978, da ordem de 2 bilhões de dólares, excluindo-se os gastos (em parte secretos) da comunidade de Informações (p.176).
 27. Tal liquidez deveu-se, de acordo com Mantega (1991, p.54), apoiando-se em John Wells, “aos pagamentos de dívidas norte-americanas no mercado de eurodólares, à persistência dos déficits norte-americanos em conta corrente e em conta de capital, além das saídas de capital de curto prazo dos EUA e da pressão especulativa contra o dólar, criando um fluxo de capital à procura de novos campos de valorização”. Diante do fechamento das portas à moeda americana na Europa, após a invasão das suas reservas oficiais, aqueles capitais procuram tomadores de empréstimo em outros mercados, nomeadamente do “Terceiro Mundo”. A análise do padrão de endividamento externo aqui utilizada está baseada, salvo indicação expressa em contrário, em Furtado (1989).
 28. Conforme Furtado (1989), há uma convergência de interesses entre a estratégia de incremento das exportações por parte dos países industrializados

- e a disponibilidade dos bancos “recicladores” de petrodólares para financiar tais exportações.
29. Devido ao financiamento do déficit americano, pressionando para cima as taxas de juros internacionais.
 30. Esta terceira fase de institucionalização visava estabelecer estruturas “mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do Estado a longo prazo” (Alves, 1989, p.225).
 31. São exemplos desses episódios, as mortes sob tortura do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI e a brutal invasão das dependências da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
 32. No elenco dessas medidas estão a famosa “Lei Falcão”, que restringia a propaganda eleitoral à apresentação de foto e currículo dos candidatos e, principalmente, o chamado “Pacote de Abril” (Emendas Constitucionais nº7 e 8) que, além de incorporar a própria “Lei Falcão”, impunha uma série de alterações de caráter extremamente oportunistas (como a criação de senadores “biônicos” e a alteração do critério para o estabelecimento do número de cadeiras no Congresso Nacional) de maneira a garantir sucesso eleitoral para o governo.
 33. Tal tendência é perceptível, particularmente, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), colocado em ação entre os anos de 1975-79. Para uma análise dessa mudança de estratégia, ver Germano (1993).
 34. A anistia política, uma das peças-chave do processo de afrouxamento das tensões sociopolíticas, negociada com setores da oposição, além de parcial, apresenta como ponto extremamente problemático a condição do perdão incondicional aos integrantes do Aparato Repressivo, responsável por torturas e mortes. Esta cláusula, ao mesmo tempo em que representa uma vitória da “linha-dura” das Forças Armadas, permite o controle do processo de desmontagem do próprio Aparato Repressivo.
 35. Um quadro bastante completo dos movimentos paredistas do período é apresentado também por Alves (1989), no Apêndice.
 36. Uma interessante (e bem documentada) análise da questão da autonomização da Comunidade de Informações, e as relações com os militares enquanto governo e instituição, é proporcionada por Stepan (1987).
 37. Além de inúmeros ataques à redações de jornais (e mesmo bancas de jornais), são emblemáticos os atentados à OAB, ABI e o episódio “Riocentro”, em 1981.
 38. Stepan (1987) e Skidmore (1991) discutem o processo de escolha do candidato do governo, Paulo Maluf, assim como as razões do seu fracasso eleitoral. A despeito de contar com hipotéticos 356 votos em 686, o candidato

do governo obteve irrisórios 180 votos, contra 480 dados ao candidato Tancredo Neves.

39. Existe uma considerável bibliografia a respeito, com diversas hipóteses interpretativas. Dentre elas, destaquem-se as coletâneas de Stepan (1988) e Reis; O'Donnell (1988).
40. Ao passo que o índice do Salário Mínimo Real (tomando como base 100,30 em 1960), passa de 92,49 em 1964, para 48,53 em 1978 (dados do DIEESE, citado por Mantega, 1991, p.75).
41. Singer (1986, p.88ss.) observa que, ao mesmo tempo em que o proletariado propriamente dito (assalariados do setor formal da economia) expande-se enquanto classe, passando de 13,7% em 1960 para 31,7% em 1980, o subproletariado (trabalhadores do setor informal) *decrece* no mesmo período de 72,5% para 48,5%. A despeito disso, continua tendo pertinência a observação acima referida acerca do contingente no exército de reserva. Com o fito de precisar o seu pensamento, é conveniente assinalar que o autor considera o exército de reserva a parcela realmente marginalizada, com renda inferior ao salário mínimo (p.20), ou seja, abaixo da linha de pobreza absoluta (p.89).
42. Um retrato eloqüente disso é o quadro da distribuição de renda no Brasil: se em 1960, a faixa mais rica (1%) detinha 12% da renda; em 1970, ela eleva-se para 15% e em 1980, para 17%. Assim, em 1980, os 10% mais ricos detinham cerca de 50% da renda ao passo que os 20% mais pobres, apenas 3% (Abranches, 1985).
43. Para uma melhor compreensão da dimensão de tal iniquidade – e tendo em mente os dados apresentados anteriormente por Singer (1986) acerca do subproletariado – é conveniente nos reportarmos a Santos (1987, p.68ss.), particularmente à noção de “cidadania regulada” com a qual opera. De acordo com o autor, após 1930, prevalece no Brasil uma concepção de cidadania fundada não em um código de valores políticos mas em um sistema de estratificação ocupacional, dentro da qual somente são considerados cidadãos aqueles membros da sociedade localizados em ocupações reconhecidas e definidas em lei. É exatamente nessa direção que Abranches (1986, p.30) define “pobreza” como destituição, marginalidade e desproteção. “Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e renda; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à subsistência e ao bem-estar”.
44. Segundo Abranches, o estatismo significou o crescimento desmesurado e a fragmentação da máquina burocrática que, com o poder centralizado, autonomizaram-se a ponto de impedir qualquer perspectiva de planejamento

e coordenação de ação governamental. A privatização assume, por seu turno, algumas formas – não excludentes: adição de critérios de mercado como parâmetros para a ação; transferência (direta ou indireta) de recursos para empresas privadas; reciclagem do dinheiro público no sistema financeiro e particularização de programas sociais (transformando aquele que provê e não o que demanda em maior beneficiário).

45. A partir dos dados agregados, os autores fazem análises para verificar a participação dos setores. As conclusões gerais que eles chegam é que um terço das despesas de capital social destinam-se a serviços e infra-estrutura física, com percentuais mínimos para assistência direta à indústria e comércio, agropecuária e capital humano. Observe-se que embora os dados utilizados acima refiram-se apenas ao período 1974-75, o estudo de Afonso e Souza abrange o período que se estende de 1950 a 1974.
46. Sigo, para esta sinopse, as indicações de Abranches (1985, p.71ss.), que, por sua vez, utiliza dados coligidos por Marcos A. Coimbra em “Welfare Policies and Peripheral Capitalism: The Case of Nutrition Policy in Brazil” (tese de doutorado apresentada à Universidade de Manchester em 1984). As áreas consideradas pelo autor são “nutrição e alimentação”, “saúde pública e assistência médica”, “habitação e saneamento” e “educação”. Note-se que este último será objeto de tratamento específico no seguimento do trabalho.
47. São eles: o Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), destinado a suprir a alimentação de um total de 46 milhões de trabalhadores; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do então Ministério da Educação e Cultura, destinado a fornecer merenda a crianças de sete a catorze anos de idade que freqüentavam a rede escolar pública; o Programa de Nutrição em Saúde (PNS), do Ministério da Saúde, que visava suplementar a alimentação da população-alvo de 16 milhões de gestantes, nutrízes e crianças de seis meses a sete anos de idade; o Programa de Complementação Alimentar, do Ministério da Previdência/LBA, visando um público semelhante ao anterior e, finalmente, o Programa de Abastecimento de Alimentos Básicos em Áreas de Baixa Renda, supervisionado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, implementado pela COBAL, que se destinava à venda de alimentos subsidiados em determinadas áreas, sobretudo no nordeste brasileiro.
48. Tomemos, como exemplo, o PAT. Do seu universo de 46 milhões de empregados, o programa atingiu, em 1983, cerca de 2,5 milhões, com a utilização de recursos na ordem de 330 bilhões de cruzeiros. Abranches verifica que há um duplo processo privatizante aí: de um lado, por utilizar incentivos e agentes do mercado; de outro, por privilegiar, pela sua própria lógica, determinados grupos sociais. Além disso, exclui todas as camadas de trabalhadores informais.

49. Toda a rede que se arma em torno da privatização do serviço de atendimento médico leva, por outro lado, ao encarecimento da própria assistência. O custo *per capita* da assistência médica em 1981 era da ordem de 40 dólares. A análise de Abranches tem por base os trabalhos do sanitarista Hésio Cordeiro, principalmente “Políticas de saúde no Brasil” (“Saúde e Trabalho no Brasil”, Petrópolis: Vozes, 1982) e “As empresas médicas” (Rio de Janeiro: Graal, 1984).
50. Cabe contudo a observação de que o grande crescimento experimentado pelas empresas da construção civil - setor situado em segundo lugar no período autocrático-burguês, conforme mencionado - como a Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior e Norberto Odebrecht deveu-se, principalmente, às obras pesadas, de infra-estrutura, conforme o esquema de “associação” analisado por Cardoso (1975).
51. Em rigor, não há um padrão único no comportamento do BNH. Há período em que as parcelas de mais baixa renda foram atendidas. Contudo, a lógica do mercado que presidia a estruturação do Banco fazia com que as “prioridades” se alterassem ao sabor das oscilações econômicas. Os dados mostram que, tomados globalmente até 1980, os financiamentos do sistema de moradias para as camadas até três salários mínimos foi menor que 10%; até seis salários mínimos, de 24% e superior a dez salários mínimos, de 62% (Abranches, 1985). Uma análise da política habitacional, com descrição de suas fases, é apresentada por Vêras; Bonduki (1986), que incluem farta indicação bibliográfica.
52. Os dados rapidamente apresentados aqui têm apenas caráter ilustrativo, uma vez que um exame mais detido escapa aos objetivos deste trabalho. Esta questão tem sido objeto de estudo por parte de alguns autores. Entre eles, Abranches (1985) e Vieira (1983, capítulo IV) examinam as políticas sociais pós-64. Santos (1987) analisa as políticas públicas desde a “república velha”, lançando mão do conceito de “cidadania regulada”. Também associando à cidadania, diversos autores discutem, na primeira parte de Covre (1986), a questão dos “direitos sociais”. Finalmente, com angulações diversas e farta documentação, estão as análises da coletânea conduzida por Bacha; Klein (1986), particularmente o segundo volume.
53. Com relação às doenças transmissíveis, veja-se por exemplo a esquistossomose: da população de 10 milhões que compunham a população em risco em 1983, apenas 4 milhões estavam cobertas, ou seja, 60%. Mesmo no controle de doenças que apresentam melhor cobertura, como é o caso da Doença de Chagas, que atinge 69% da população em risco, as diferenças regionais pesam decisivamente: 48% dos municípios permaneciam desassistidos (Abranches, 1985). Quanto à assistência médica, compare-se,

- por exemplo, a diferença regional quanto ao número de leitos: a região Norte concentrava 2,7% contra 61,3% da região Sudeste. A relação quanto ao número de médicos é próxima: 1,7% na região Norte contra 67,1% na região Sudeste (Vicira, 1983).
54. De acordo com Müller (1986), apenas 33% da população brasileira vivem em condições de dieta adequada. No tocante ao quadro desnutricional, as diferenças regionais são gritantes: o percentual de famílias desnutridas passa de 23,2% no Sul para 79,5% no Nordeste!
 55. Conforme Elizeu Calsing, citado por Abranches (1985, p.38ss.), a maioria absoluta dos domicílios pobres apresentava, 1976, condições insatisfatórias quanto às instalações sanitárias e de água, quanto à densidade dos moradores e à qualidade dos materiais utilizados para a construção. Novamente aqui as diferenças zona urbana/rural e regionais – ocultando diferenças sociais – são gritantes.
 56. Ressalte-se que a tese da função legitimadora das políticas sociais tem sido levantada por diversos autores (com fundamentações e mesmo contextos diferentes) como Santos (1987) e Afonso; Souza (1977). Cardoso, a propósito, afirma inclusive que a estratégia do Estado na transição seria o “estabelecimento de um sistema de radares políticos que se antecipam, desnaturando-se e desvirtuando-as, às reivindicações dos setores populares e das classes médias” (1981, p.23). Observe-se, nestas considerações, que estamos longe daquilo que Coimbra (1989), ao estudar a abordagem marxista das políticas sociais, denominou de “hipótese do engodo”, ou seja, o entendimento de que a “lógica do Estado” emanaria tão-somente de imperativos técnicos.
 57. Conquanto os dados não neguem a veracidade da afirmação, é importante que ela seja qualificada, de modo a evitar ilações infundadas: os gastos com a área, na sexta posição no período 1965-82, representaram tão-somente 8,71% do total das despesas da União. Ela se destaca, de fato, se comparada à rubrica “Saúde e Saneamento”, que ocupa a 9ª posição, com 3,00% das despesas, ou “Habitação e Urbanismo”, a 15ª, com apenas 0,89%; todavia, é importante considerar que, no mesmo período, a “Defesa Nacional e Segurança Pública” ocupa a 3ª posição, com 13,69% das despesas da União (Melchior, *apud* Germano, 1993, p.200).
 58. Sigo, no exame da questão da política cultural da ditadura e sua relação com o “mundo da cultura”, as indicações de Netto (1990).
 59. As medidas tomadas já no governo Castelo Branco caminham na direção em que a política relativa à educação iria seguir: os Decretos-lei nº53, de 18 de novembro de 1966 e 252, de 28 de fevereiro de 1967 fixam as normas para a estruturação da universidade, mantida pelo GTRU e pela Lei 5.540/68. São estes os decretos a que Florestan Fernandes faz referência quando afirma que

- o trabalho do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária não fez mais do que endossar a “reforma no papel do Governo Castelo Branco” (1979, p.207).
60. Existem inúmeros escritos hoje sobre a questão. Entre eles, com enfoques e preocupações diversas, destaquem-se Paiva (1973, 1984), Manfredi (1978), Valle; Queiróz (1979), Brandão (1980), Góes (1980), Germano (1982), Beisiegel (1982), Wanderley (1984).
 61. Tanto o projeto quanto a destruição da Universidade de Brasília são descritos, em detalhes, nas obras de Darcy Ribeiro (1973, 1975 e 1978) e de Cunha (1988).
 62. Observe-se que a repressão, evidentemente, não é feita apenas com medidas que se revestem de cunho “legal”, mas sobretudo pelo próprio aparato militar-repressivo da ditadura. Os depoimentos hoje disponíveis tornam desnecessário nos alongarmos aqui. Destaque-se alguns registros sobre a violência na universidade em Ribeiro (1978) e Adusp (1979), entre outros. Em outro trabalho, desenvolvemos também o tema do “autoritarismo na universidade”, com particular atenção à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Yamamoto, 1987).
 63. Os parâmetros estabelecidos nos acordos firmados entre o governo brasileiro e a USAID enformam a ampla reformulação na educação - em todos os níveis e setores - obedecendo a dois imperativos: o controle político e ideológico e a *refuncionalização* do sistema educacional ao novo ordenamento econômico. Dois documentos exprimem claramente tais diretrizes: os Relatórios Atcon, de 1966, e Meira Matos, de 1968, voltados prioritariamente para o ensino superior. Para informações adicionais, ver Yamamoto (1987) e Cunha (1988).
 64. O GTRU, instituído em julho de 1968 através do Decreto 62.977, tinha como membros (pessoalmente nomeados pelo então presidente Costa e Silva) Roque Spencer Maciel de Barros, Valnir Chagas, Newton Sucupira, Fernando Ribeiro do Val, Fernando Bastos de Avila e João Paulo dos Reis Velloso, além de dois estudantes que recusaram-se a participar. Ver análises sobre o trabalho do grupo em Fernandes (1975) e em Cunha (1988).
 65. A alteração da forma de estruturação do vestibular, prevista na Lei 5.540/68 é complementada, em 1971, pelo Decreto 68.908, que o torna “classificatório”. Estas medidas visavam equacionar o problema dos excedentes, caracterizando, em rigor, uma usurpação, na medida em que colocava legalmente à margem alunos que já haviam sido aprovados em exames vestibulares.
 66. Em junho de 1970 foi formado um grupo de trabalho constituído pelo Pe. José Vasconcelos (presidente), Valnir Chagas (relator), e pelos membros Eurídes

- Brito, Gildásio Amado, Clélia Capanema, Geraldo Bastos da Silva, Magda Soares, Nise Pires e Aderbal Jurema.
67. Há uma vasta literatura sobre as reformas de ensino no Brasil, hoje. Dentre estes, destacam-se alguns trabalhos de Cunha (1977, 1978 e 1988) que, embora alvo de discussões (por exemplo, Cury, 1981 e Cunha, 1981), constituem-se em leitura obrigatória.
 68. A crítica a esta vinculação já foi amplamente desenvolvida; veja-se por exemplo Salm (1980) e Frigotto (1984).
 69. Na medida em que a reforma do segundo grau relaciona-se com a contenção da demanda para o ensino superior – um dos principais focos de tensão política e social desta fase dos governos militares – ela assume uma clara função discriminatória a despeito do seu discurso igualitarista (Cunha, 1978; Germano, 1993).
 70. Aqui também a periodização proposta por Alves (1989) prevalece, mas com características peculiares: no primeiro momento, observa-se uma *hegemonia cultural da esquerda*, em que pese as medidas repressivas que foram desencadeadas; no segundo, diante de um massivo controle político, abrem-se os anos do chamado “vazio cultural”; finalmente, a partir da primeira metade da década de setenta, observa-se um crescimento vertiginoso da produção intelectual no campo das humanidades que se reclama de esquerda, procurando conciliar então os aspectos profissional e político. Para a questão, ver, entre outros, Schwarz (1970), Pécaut (1990) e Netto (1990).
 71. Em 1980, cerca de 8 milhões de crianças de 7 a 14 anos estavam fora da escola (Abranches, 1985, p.79). Seria supérfluo dizer que a permanência e sucesso escolares relacionam-se diretamente com os níveis de renda.
 72. O percentual do dispêndio em educação e cultura em relação ao Orçamento Nacional decresce, de 11,07% em 1965 para 4,95% em 1974 (Franco Montoro, citado por Alves, 1989, p.155). Acresça-se a isso a questão da “mistificação contábil” que, conforme Melchior (1980), leva a um “inchaço” artificial do orçamento da educação com os gastos de diversos outros ministérios.
 73. Neves (1983, p. 71) aponta, por exemplo, que os recursos gerados pelo salário-educação são, prioritariamente, destinados à rede privada de ensino.
 74. Observe-se que a expansão experimentada pelo ensino superior se deve, basicamente, à proliferação de escolas da rede privada, uma boa parte delas de qualidade duvidosa, justamente conhecida como “fábrica de diplomas”. De acordo com Freitag (1980, p.112), a rede pública apresentou um crescimento de 210% contra 410% da rede privada, no período 1968/73. Uma análise das condições de funcionamento das escolas da rede superior privada é encontrada em Martins (1981).

75. O caráter excludente da educação é manifestado também pela degradação da escola pública, que se traduz tanto nas condições físicas (e de trabalho) deploráveis das instituições, quanto na desvalorização do magistério.
76. A análise desta mudança de rumos da política educacional é feita com bastante propriedade por Germano (1993).
77. Aqui também fica evidenciada a *dupla face* desse controle: não somente coibir a veiculação e/ou a descaracterização das idéias, mas também a formulação de um ideário, a doutrina da segurança nacional que acompanha toda a trajetória da autocracia burguesa – a preocupação com a questão do “civismo” é uma demonstração desse cuidado, com o decreto-lei 869/69 tornando compulsório o ensino da “Educação Moral e Cívica” e “Estudos dos Problemas Brasileiros” em todos os níveis –, declinando apenas quando a crise de legitimidade coloca na ordem do dia o discurso “redistributivista”.
78. A respeito da relação entre as políticas governamentais para o campo educacional e as demandas e as lutas populares, referências obrigatórias são os textos de Sposito (1984 e 1993).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, S. H. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, S. H. (Org.). *Política social e combate à pobreza*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- ADUSP. *O livro negro da USP: o controle ideológico da universidade*. São Paulo: ADUSP, 1979.
- AFONSO, C. A. ; SOUZA, H. *Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a crise fiscal*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BACHA, E. ; KLEIN, H. S. (Orgs.). *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BEISIEGEL, C. R. *Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.
- BRANDÃO, C. R. (Org.). *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. Regime político e mudança social. *Revista de Cultura & Política*, n. 3, p.7-25, 1981.

- COIMBRA, M. A. Será que o marxismo responde a pergunta de como surgem as políticas sociais? In: ABRANCHES, S. H. (Org.). *Política social e combate à pobreza*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M.A (Orgs.) *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- COVRE, M. L.M. (Org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- _____. *Política educacional no Brasil: a profissionalização do ensino médio*. 2 ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.
- _____. Sobre educação e desenvolvimento social no Brasil: crítica da crítica e autocrítica. *Educação & Sociedade*, n. 10, p.123-131, 1981.
- _____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CURY, C. R. J. A propósito de educação e desenvolvimento social no Brasil. *Educação & Sociedade*, n. 9, p.155-163, 1981.
- DREIFUSS, R. A. *1964: A conquista do Estado*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- FREITAG, B. *Escola, estado e sociedade*. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.
- FURTADO, C. *ABC da dívida externa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GERMANO, J.W. *Estado militar e educação no Brasil (1964/1985)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1993.
- _____. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados; Adurn; Cortez, 1982.
- GÓES, M. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GORENDER, J. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MANFREDI, S. M. *Política: educação popular*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- MANTEGA, G. Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro. In: MANTEGA, G.; MORAES, M. (Orgs.). *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINS, C. B. *Ensino pago: um retrato sem retoques*. São Paulo: Global, 1981.

- MARTINS, L. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MELCHIOR, J. C. A. Financiamento da educação no Brasil numa perspectiva democrática. *Cadernos de Pesquisa*, n. 34, p.39-83, 1980.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MORAES, M. Considerações sobre a crise de 1964. In: MANTEGA, G.; MORAES, M. (Orgs.). *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MÜLLER, G. Fome: o não direito do não-cidadão. In: COVRE, M. L. M. (Org.), *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1990.
- NEVES, L. M. W. O Estado e a privatização do ensino: mecanismos de sustentação da empresa privada de ensino. *Educação & Sociedade*, n.15, p. 66-79, 1983.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. 4 ed. Petrópolis: Vozes/Cebrap, 1981.
- PAIVA, V. P. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 1973.
- _____. (Org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- REIS, F. W.; O'DONNELL, G. (Orgs.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- RIBEIRO, D. *A universidade necessária*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *La universidad nueva: un proyecto*. Buenos Aires: Ciencia Nueva, 1973.
- _____. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- SALM, C. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SANTOS, W. G. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.
- SCHWARZ, R. Remarques sur la culture et la politique au Brésil, 1964-1969. *Les Temps Modernes*, n. 288, p. 37-73, 1970.
- SINGER, P. *Repartição da renda: pobres e ricos sob o regime militar*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SPOSITO, M. P. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

- _____. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.
- STEPAN, A. C. *Os militares: da abertura à nova república*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VALLE, E.; QUEIRÓZ, J. J. (Orgs.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez/Educ., 1979.
- VÉRAS, M. P.; BONDUKI, N. G. Política habitacional e a luta pelo direito à habitação. In: COVRE, M. L. M. (Org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VIEIRA, E. A. *Estado e miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1983.
- _____. Prefácio. In: GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed.Unicamp, 1993.
- WANDERLEY, L. E. *Educar para transformar: educação popular, igreja católica e política no movimento de educação de base*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- YAMAMOTO, O. H. O autoritarismo na universidade: notas para o debate acerca da questão da democratização. *Educação em Questão*, v.1, n. 1, p. 38-55, jan./jun. 1987.

ESTADO CAPITALISTA E PÓS-ESTRUTURALISMO

José Paulo Bandeira da Silveira*

INTRODUÇÃO

A obra de Poulantzas, centrada no conceito de Estado, possui algumas características básicas: a) é uma obra vinculada ao pensamento político moderno; b) é o trabalho mais sistemático sobre o conceito de Estado Moderno no marxismo ocidental; c) é um trabalho elaborado em uma conjuntura teórica, definida por uma ruptura epistemológica com as correntes teóricas marxistas provocada pela fusão do marxismo com o estruturalismo.

Contudo, o desenvolvimento das correntes de pensamento em torno do pós-estruturalismo e do pós-moderno na década de 80 parece indicar um envelhecimento não só da obra de Poulantzas, mas do pensamento marxista que fez renascer o debate sobre o Estado na Europa e nos Estados Unidos.

Hoje, o problema do valor de uso analítico e empírico do conceito de Estado não pode ser medido por seu grau de competitividade científica em relação ao conceito de sistema político, mas o seu valor científico é colocado em questão pelo fato de ele ser um conceito associado ao projeto da modernidade. O que parece estar em questão é o fato de o Estado estar associado às categorias que fundaram a modernidade: o trabalho (a divisão social do trabalho) e a representação política. O horizonte de eventos intelectuais que se anuncia dá como acabada a vida de todas as noções e conceitos associados à modernidade.

O que significa abrir mão dos referentes clássicos Estado, trabalho, representação política, poder – através dos quais as ciências humanas se constituíram e aos quais elas devem toda a sua evolução?

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Na obra de Poulantzas, encontra-se, num certo sentido, o problema da dissolução dos referentes do pensamento político moderno. Deste ângulo, é possível abordá-la não somente como uma obra de um estruturalista e de um marxista, mas como um trabalho de um pensador moderno que experimentou muito de perto o horizonte da dissolução da modernidade.

ESTRUTURALISMO E ESTADO

No debate sobre o marxismo estruturalista, os vínculos deste com a modernidade política jamais foram abordados. É um esquecimento estranho, já que um aspecto central desta corrente de pensamento é um determinado retorno à modernidade.

A ruptura epistemológica de Althusser com Marx significa um retorno à modernidade em vários sentidos¹. Althusser criou um conceito de totalidade no qual não existe “incompatibilidade lógica” entre a noção de totalidade social (Marx) e a especificidade das esferas definidas como estruturas econômica, política, ideológica etc.; em Marx, existe apenas um objeto teórico, o modo de produção capitalista, enquanto, em Althusser, todas as estruturas podem ser constituídas em objetos; o paradigma althusseriano torna reversível a hegemonia do social sobre o político através da noção de autonomia política².

David Easton considerou equivocadamente esta ruptura epistemológica como uma adesão à perspectiva sistêmica³, minimizando o papel que a história intelectual nacional tem sobre a formação de todo pensamento originado em solo francês. O paradigma althusseriano se constituiu a partir da lingüística estrutural, da antropologia estrutural e da psicanálise lacaniana. Entretanto, se existem semelhanças entre o althusserianismo e o pensamento sistêmico, em um aspecto eles divergem: o primeiro, ao contrário do segundo, jamais teve como objetivo estratégico atacar a modernidade.

Poulantzas, um seguidor heterodoxo de Althusser, utilizou o paradigma deste em suas investigações sobre o Estado nos países capitalistas desenvolvidos. Operando com a noção de autonomia relativa do político⁴, procurou desenvolver um campo específico de conhecimento da sociologia política marxista⁵.

O objetivo principal de Poulantzas consistiu em demonstrar a natureza da relação entre as classes no Estado Moderno, tendo este como referência inicial de sua análise.

Em “Poder Político e Classes Sociais”, o ponto de partida é a concepção do Estado Moderno como uma estrutura composta por um conjunto de instituições (Estado mínimo) que não possuem inscrição de classe. A noção do Estado como estrutura indicava precisamente isto⁶.

Para Poulantzas, o Estado Moderno não deve ser compreendido como produto de uma classe-sujeito, mas como uma estrutura dotada de autonomia relativa, seja em relação ao econômico, seja em relação ao social. Um dos sentidos da autonomia é precisamente a não-inscrição das classes nas instituições estatais, sentido que aponta para uma determinada natureza da relação entre as classes e o Estado.

A separação entre sociedade-civil e Estado, que tem como um de seus apoios a separação entre os agentes da produção e os agentes políticos, incluídos nestes o pessoal de Estado, é o início de uma sociologia política marxista, que aceitou o desafio de começar pelo que é visível na sociedade capitalista, para, em seguida, demonstrar que existe um real invisível, o das classes sociais atuando sobre o Estado Moderno.

Ao visível e ao invisível, correspondem duas formas de linguagem: a linguagem da modernidade política (linguagem do Estado Moderno, mas também da ciência jurídica, da teoria política moderna, do jornalismo político, dos atores políticos e das próprias “massas” sociais integradas ao sistema político); a outra é a linguagem marxista das classes sociais, que, em Poulantzas, adquire uma conotação estruturalista.

Uma novidade introduzida por essa abordagem é que ela não opera com a redução clássica marxista da modernidade política a uma linguagem ideológica. Ao contrário, para Poulantzas, a modernidade política deve ser compreendida, seja através de seus elementos imaginários, seja através de seus elementos reais: estes se traduzem pelo fato de o Estado ser uma estrutura sem inscrição de classe; aqueles consistem na ideologia da modernidade política ao negar a relação do Estado com as classes sociais.

Em “Poder Político e Classes Sociais”, Poulantzas elaborou o primeiro modelo estruturalista para a investigação do Estado Moderno. Neste sentido, o livro é a chave para a compreensão da evolução da

sociologia política do autor. Neste artigo, abordarei alguns aspectos que considero importantes na discussão atual do Estado, procurando evitar as polêmicas que já fazem parte de um passado intelectual e político.

Talvez o maior problema tenha sido o uso do termo estrutura. É inegável o sentido profundamente polêmico desse termo. Todavia, pouca atenção se deu ao fato de que o uso deste termo significava para o marxismo a adesão à modernidade política. Essa adesão não é um fato superficial, já que ela define o próprio ponto de partida da pesquisa do autor, uma vez que o próprio conteúdo empírico do Estado Moderno torna-se uma referência decisiva para o desenvolvimento da sociologia política marxista. A noção de estrutura, do ponto de vista metodológico, tornava obrigatória, nas investigações sobre o Estado Moderno, a verificação da existência de instituições modernas como elementos determinantes da estrutura estatal. Para a sociologia política latino-americana, este é certamente um pressuposto importante, já que ele diz respeito à relação da América Latina com a modernidade política em um sentido empírico.

A LINGUAGEM DA MODERNIDADE POLÍTICA : o real e o imaginário

A modernidade política é uma linguagem que se constrói a partir da separação entre a sociedade e o Estado, a sociedade como lugar do "*homo aeconomicus*", dos "homens livres" na concorrência privada entre operários, entre capitalistas etc. Constitui-se no espaço econômico da atomização e da individualização dos agentes.

O Estado aparece como intervenção sobre o espaço econômico, metamorfoseando os indivíduos econômicos em sujeitos livres e iguais. Na relação entre o político e o econômico, a representação política fornece a inteligibilidade do processo, pois ela é o próprio sentido da "maquinária" que transforma os indivíduos econômicos em sujeitos jurídico-políticos. A representação política, como a "máquina" de produção de sentido político, faz emergir o sujeito jurídico-político através de seus mecanismos: o sufrágio universal, a representação parlamentar, a soberania popular etc. A representação política, por outro lado, plasma o imaginário

social ao servir de espelho para os agentes se identificarem com as instituições representativas, atividade imaginária que está na base da formação do corpo político, o povo-nação.

Para Poulantzas, a representação política como condição de possibilidade da existência real do indivíduo-sujeito não pode ser tomada como fundamento da separação entre a sociedade e o Estado, pois o segredo da constituição da superestrutura, da autonomia do Estado em relação à sociedade, deve ser procurado na relação de apropriação real e na combinação concreta desta com as formas de propriedade.

O real composto pela concorrência econômica, pelos indivíduos-sujeitos, pelas instituições políticas modernas, encontra seu fundamento na relação entre as relações de produção e as estruturas ideológica e estatal. A emergência real do sujeito jurídico-político encontra a sua explicação na separação específica das relações de produção capitalistas entre o produtor direto e os meios de produção. Relações de produção como lugar de uma coletivização do processo de trabalho onde o trabalhador vai aparecer como uma peça em um mecanismo coletivo de produção (a socialização das forças produtivas). Relações de produção onde o capitalista aparece como prisioneiro do processo de concentração do capital. Rigorosamente, esses seriam os dois processos reais que emergiriam das relações de produção.

Segundo tal visão, a tradução das relações de produção no espaço social funcionaria como um fator negativo para a ordem burguesa, visto que, se para a burguesia o social aparece como reflexo da individualização e também do fracionamento de classe, para a classe operária ele significa um espelho para a organização política de classe.

A intervenção do jurídico-político no espaço econômico significa a reversibilidade do social através da operação que transforma os agentes econômicos em sujeitos jurídico-políticos. A emergência real desses sujeitos é um efeito, portanto, da articulação do Estado com as relações de produção. Os exemplos são claros: os indivíduos só aparecem como sujeitos nas relações jurídicas como a do contrato de trabalho e a da propriedade dos meios de produção. O efeito da intervenção sobre o econômico tem como resultado a dissolução das significações econômicas que inscrevem os agentes numa classe social.

Neste sentido, o Estado sobredetermina as relações sociais econômicas, fenômeno este designado pela noção de “efeito de

isolamento”⁷. Este significa que os agentes vivem a luta econômica como algo individualizado, atomizado e não como luta econômica de classe. O efeito de isolamento, ao ocultar dos agentes as relações econômicas de classe, torna-se um suporte através do qual o imaginário social moderno é constituído: o social como espelho é recalçamento do real na condição de relações de classe.

O efeito de isolamento incide de modo diferenciado sobre as classes fundamentais. Sobre a classe operária como efeito desorganizador, mas que não é capaz de deter o processo constitutivo desta classe. O trabalhador coletivo é uma realidade suficientemente poderosa para impulsionar, contra o imaginário social, os operários à ação de classe. Quanto à burguesia, além do efeito de isolamento, outros fatores contribuem para torná-la incapaz de constituir sua prática política: a luta entre as frações da burguesia impede que elas desenvolvam ações estratégicas baseadas em seu interesse geral de classe; a permanência nas formações sociais capitalistas das classes da pequena produção e o reflexo complexo destas na esfera política criam dificuldades para a constituição da prática política da burguesia, assim como a ascensão e a luta política organizada da classe operária; o mesmo efeito é produzido pelas instituições representativas, em especial o sufrágio universal, que faz da cena política um lugar de competição política e conflito social entre todas as classes e frações de uma formação social. Tudo parece indicar que as coordenadas específicas da luta de classes contribuem em conjunto para a incapacidade da organização política da burguesia⁸.

A LINGUAGEM DAS CLASSES SOCIAIS

A incapacidade da burguesia em construir a sua prática política na forma de um bloco no poder acaba por adquirir o sentido de uma incapacidade de articulação hegemônica. Regra geral, a burguesia parece ser incapaz de, através de seus próprios meios, tornar-se uma classe hegemônica. Em certos casos, o estatuto de sujeito organizador de um bloco no poder é conferido à burguesia. Nestes casos, o bloco no poder refletiria uma real dominação hegemônica de classe. A dominação hegemônica de classe possui o seu outro: devido à incapacidade total da

burguesia na constituição de sua prática política, o Estado vai aparecer como a única força política capaz de construir a ordem hegemônica. Entre estes dois pólos encontra-se a regra geral. Esta apontaria para a constituição do bloco no poder e da ordem hegemônica através da prática política da burguesia mediada pela intervenção estatal⁹.

Regra geral, a hegemonia de classe mediada pelo Estado possui um aquém e um além à hegemonia de uma classe-sujeito e a dominação hegemônica de um Estado-sujeito. Logo, o sujeito da história situa-se nas bordas, como experiência limite, da causalidade estrutural. E, como um fenômeno limite, ele pode ser tanto uma burguesia como um Estado moderno. Neste sentido, o historicismo parece dobrar o pensamento estruturalista por uma ironia do objeto. Na dominação hegemônica de classe, mediada pelo Estado, e na hegemonia do Estado-sujeito, a autonomia do Estado como um problema concreto se impõe. A autonomia concreta, inscrita no jogo institucional, é um pressuposto que permite ao Estado apresentar-se, através da representação política, como espelho social das classes dominadas: o Estado, como lugar do interesse geral e da unidade do povo-nação; o social, como lealdade das massas populares ao Estado; e a legitimidade do Estado, como princípio político que tem como fundamento a soberania popular¹⁰.

A especificidade do Estado Moderno, o problema central da sociologia política em tela, pode ser deduzida da relação entre a lógica das classes sociais e a lógica da modernidade política. Esta relação indica uma ausência da dominação política de classe nas instituições representativas do Estado Moderno. Isto explicaria por que este se apresenta sempre como um Estado popular e jamais como um Estado burguês.

No povo-nação, encontra-se o fundamento da organização do Estado Moderno como massa de indivíduos-cidadãos consubstancializada na estrutura estatal como vontade geral, como corpo político nacional. Seguindo esta linha de argumentação, a organização dos aparelhos estatais teria como pressuposto os indivíduos como sujeitos políticos, como figuras do sistema jurídico moderno – um conjunto de leis sistematizadas segundo os princípios da liberdade e da igualdade.

A DUPLA LÓGICA DA DOMINAÇÃO HEGEMÔNICA

O processo de constituição da dominação política deve ser deduzido a partir de duas lógicas: a lógica do político como condensação do econômico e a lógica do político como articulação hegemônica¹¹.

Pela lógica da condensação, é possível deduzir um determinado tipo de relação das frações dominantes com o Estado. Por exemplo: a existência da prática política burguesa cai na dependência de uma fração hegemônica que domine as outras frações burguesas do bloco no poder. A fração hegemônica só é instaurada como dominante a partir de sua relação com o Estado. Neste caso, a autonomia já está inscrita na própria lógica da condensação, já que a constituição da hegemonia no bloco no poder encontra-se condicionada pelo lugar das frações no modo de produção capitalista que uma formação social tende a refletir.

A existência da fração hegemônica deve ser deduzida das relações de força no econômico que o Estado tende a condensar. A condensação significa a existência de um centro de poder dominante no aparelho de Estado que tende a refletir o interesse da fração hegemônica. A lógica da condensação não transforma o Estado em um instrumento da fração hegemônica, já que, neste caso, é através do próprio Estado que esta fração obtém o lugar da hegemonia no bloco no poder. No mesmo sentido, a condensação não elimina a autonomia do Estado transformando-o em um epifenômeno do econômico, por caber ao Estado um papel essencial na constituição do bloco no poder. A lógica da condensação indica que o Estado se apropria de uma realidade material, a relação de forças no econômico, para, em seguida, constituir a prática política da burguesia. Um processo complexo de conversão do interesse particular da fração hegemônica em interesse geral (interesse político de classe), através do qual esta fração passa a polarizar todas as outras frações do bloco no poder organizando-as a partir do interesse geral. Um processo de ação do Estado que vai além da materialidade das relações de força, uma vez que ela deve ser compreendida não só por intermédio de hábitos e procedimentos políticos em um sentido prático, mas também por meio das práticas discursivas, incluída nestas a prática ideológica¹².

A lógica da hegemonia deve ser deduzida da relação da burguesia com a soberania popular. Ela parece instaurar um campo de possibilidades, uma vez que qualquer fração do bloco no poder pode disputar a hegemonia sobre o povo-nação, pode-se constituir como representante do interesse geral de uma formação social. Interesse geral homólogo à função primeira do Estado, que é a de garantir a manutenção e a coesão de uma formação social, impedindo que esta se desintegre ou se esfacele.

A organização da hegemonia via soberania popular diferencia-se da lógica da condensação em vários sentidos: ela não depende, em geral, das relações de força entre as classes no econômico; ela define a autonomia do Estado como um processo empírico não-determinado pela lógica estrutural; a representação política é o referente real a partir do qual esta hegemonia empírica se constitui; e a relação entre sociedade e Estado substitui as relações de força no econômico como matéria-prima na “produção” da prática política burguesa.

Representação política, soberania popular, processos políticos concretos, processos ideológicos concretos, sufrágio universal: estamos diante de um universo empírico, visível, que assinala a autonomia do Estado Moderno em relação à lógica estrutural. O sufrágio universal, por exemplo, circunscreve um espaço particular, o da cena política, distinto da prática política (bloco no poder). Se o interesse político do bloco no poder, cristalizado em uma das frações, depende do lugar destas na relação de forças no econômico, já o interesse geral do povo-nação que uma das frações dominantes venha a representar depende da capacidade política e ideológica da fração que venha a conquistar num processo político concreto a hegemonia sobre a formação social. Um processo empírico de transformação do interesse político da burguesia em interesse geral do povo-nação. Somente neste sentido a burguesia pode ser compreendida como um código de classe¹³.

A lógica da condensação implica um centro de poder dominante no aparato estatal, enquanto a lógica da hegemonia um centro de poder hegemônico. Estes dois centros correspondem a duas formas de hegemonia: a hegemonia-dominância e a hegemonia-consentimento. A primeira, instaurada por uma lógica estrutural, deduzida da relação de forças no econômico; a segunda, circunscrita à relação sociedade/Estado, instaurada em processos empíricos nos quais as classes se transformam em atores políticos.

A dupla lógica da constituição da ordem hegemônica nos lança no epicentro do debate sobre a natureza do Estado. Um Estado com duplo centro de poder, um refletindo o interesse da fração hegemônica, e o outro refletindo a representação do interesse geral do povo-nação por uma das outras frações do bloco no poder. Como compatibilizar esta situação com a definição do Estado como "poder político institucionalizado"? Este conceito pressupõe a unidade do aparato estatal condicionada ao monopólio do poder de Estado pela fração hegemônica do bloco no poder.

Para Poulantzas, o Estado não é simplesmente sua estrutura empírica, já que ele se define por um duplo aspecto: como aparelho de Estado e como poder de Estado¹⁴. O poder político é caracterizado como uma relação de forças dotada de sentido: relação de forças entre classes sociais baseada num jogo de interesses. A natureza da política consiste em um jogo que tem como objeto o poder de Estado e como objetivo a conquista, a destruição ou o controle do aparelho de Estado. Portanto, a definição da natureza do Estado deve ser deduzida do tipo de relação do poder político com a estrutura empírica do Estado.

Em "Poder Político e Classes Sociais", o conceito de poder político institucionalizado implica uma relação de exterioridade entre poder e aparelho de Estado. O poder de uma classe ou fração não está inscrito na estrutura empírica do Estado, existindo aí somente como exercício de poder no aparelho de Estado. E é este exercício de poder que dota o Estado de uma natureza política de classe visível através da localização do poder de uma classe em um centro de poder no aparelho de Estado.

Entretanto, como já foi assinalado, um centro de poder pode ser gerado seja pela lógica da condensação, seja pela lógica da hegemonia. Segundo Poulantzas, o "normal" seria a fração hegemônica ocupar um centro de poder gerado pela fusão das duas lógicas. O "normal" indicaria a unidade do poder de Estado e, também, a impossibilidade da crise política ser gerada a partir da estrutura empírica do Estado¹⁵.

Para Poulantzas, a possibilidade da convivência de dois centros de poder no aparato de Estado – um como exercício de poder da fração hegemônica, outro como lugar de poder de uma fração dominada – não é o bastante para quebrar a unidade do aparato estatal, uma vez que o exercício de poder de uma fração dominada não significa posse de poder político, mas, apenas, a possibilidade de esta fração disputar o lugar da hegemonia em um bloco no poder. E é neste sentido que a relação de

poder entre estas duas frações, transplantada para o aparelho de Estado, instalaria na estrutura deste o fenômeno da crise política.

A relação de externalidade entre aparelho político e poder de Estado significa uma dupla constituição da unidade do Estado. A unidade do poder político constitui-se pela lógica da condensação e a unidade do aparato de Estado, pela lógica da hegemonia. A unidade do poder político é deduzida do monopólio do poder pela fração hegemônica, e a unidade do aparato de Estado, deduzida da soberania popular; unidade que reflete na estrutura estatal a ausência de luta de classes: o poder político representando o interesse da fração hegemônica e o aparato de Estado, o interesse geral do povo-nação.

Por conseguinte, o essencial na definição do Estado Moderno consistiria na existência de uma estrutura que na sua constituição empírica se revelaria autônoma em relação ao poder político.

Um exemplo da afirmação acima pode ser encontrado em duas definições: a da classe detentora e a da burocracia. A classe detentora é aquela em que se recruta o pessoal político, burocrático, militar etc. que ocupa as “cúpulas” do Estado. A burocracia aparece como um grupo social específico, uma categoria social, cujo funcionamento particular, aquilo que a especifica como categoria, não é diretamente determinado por sua atribuição de classe, pela existência das classes ou frações às quais deve sua origem de classe, mas pelo funcionamento concreto do aparelho de Estado¹⁶.

A fração detentora indicaria somente a origem de classe do vértice do aparelho estatal. Como consequência permanece a relação de externalidade entre a lógica de classe e a estrutura empírica do Estado. Esta fração não detém o poder político, consistindo sua existência em seu vínculo subjetivo do exercício de poder da fração hegemônica, portanto, a burocracia, grupo social especificamente estatal, não deve ser investigada pela origem de classe de seus membros. A burocracia pode aparecer como subjetividade do Estado frente à lógica das classes sociais: o aparato de Estado, naquilo que ele tem de subjetivo, está resguardado por sua autonomia em relação ao poder político.

ESTADO MÍNIMO E ESTADO AMPLIADO

Uma ruptura interna no modelo criado no livro “Poder Político e Classes Sociais” ocorreu com a redefinição do Estado provocada pela noção de aparelhos ideológicos de Estado¹⁷. Categoria elaborada por Althusser, inspirada no pensamento de Gramsci, que no plano teórico substituiu a noção de Estado mínimo pela de Estado ampliado. Um aspecto intrigante desta mudança teórica é que ela jamais foi objeto de uma crítica que refletisse sobre suas conseqüências para a modernidade política.

Um primeiro aspecto, talvez o de maior impacto: o conceito de Estado ampliado tende a apagar as barreiras entre a sociedade e o Estado, já que ele significa a estatização da sociedade¹⁸. O desdobramento lógico do Estado ampliado significa a dissolução da especificidade das esferas, que passam a estar imbricadas umas nas outras. Por outro lado, o princípio da articulação das estruturas, que define a relação de externalidade entre elas, deixa de operar, uma vez que uma estrutura passa a ter o poder de invasão do espaço e da temporalidade das outras constituindo a natureza delas. Estaremos frente à definição do Estado Moderno em um sentido não-moderno?

O conceito de Estado ampliado como um conjunto estatal formado pelo aparelho repressivo e pelos aparelhos ideológicos inclui na sua definição uma transformação do conceito de ideologia. Esta deixa de significar um “sistema de representações”, já que o seu universo passa a abarcar os costumes, os hábitos e o “modo de vida” dos indivíduos. Por outro lado, ela adquire uma natureza material na medida em que é definida como uma prática que tem um lugar especial para sua existência: os aparelhos ideológicos. Esta concepção materialista da ideologia procura apresentá-la como uma forma de poder.

Neste sentido, a função do Estado na manutenção e coesão de uma formação social passa a depender do poder ideológico, assim como a ideologia passa a constituir as relações de poder que erguem e sustentam a dominação política.

A noção de estrutura estatal, fundada na soberania popular, perde sua importância com o aparecimento dos aparelhos ideológicos de Estado por uma razão muito simples: a hegemonia sobre a formação social passa a ser deduzida a partir da existência e do funcionamento

deles, funcionamento que pode utilizar tanto a “máquina da representação política” como outras máquinas produtoras de signos para a constituição da dominação política.

O declínio da representação política pode ser percebido pelos papéis diferenciados que os signos dela ocupam no Estado ampliado. No Estado Moderno (Estado mínimo), a distribuição do poder político realiza-se principalmente sobre o modo de especialização dos aparelhos, baseado na fórmula da distinção dos poderes estatais. A circulação do poder político é uma experiência que se dá através de uma regulamentação que determina esferas mais ou menos restritas de competência entre ramos e aparelhos. Estas esferas excluem-se normalmente umas às outras.

No Estado Moderno, os partidos desempenham atividades que vão desde a organização política das classes e frações até a organização da ordem hegemônica. Estas atividades têm a representação partidária de classe como um princípio articulador capaz de organizar as relações entre os ramos e os aparelhos de Estado. Mesmo nas formas de Estado com governo localizado no executivo, pode caber aos partidos a organização da relação do governo com o aparelho de Estado. Ao olharmos para o Estado deste ângulo, observamos a formação de um equilíbrio entre o executivo e o legislativo com uma leve tendência à predominância do último.

No Estado ampliado, inevitavelmente associado à fase do capitalismo monopolista, parece ocorrer uma modificação global no funcionamento dos partidos. Estes tornam-se secundários na organização do bloco no poder, cabendo ao aparelho repressivo, ou então aos aparelhos ideológicos, esta função. Os partidos, cada vez mais, tendem a funcionar como correia de transmissão do poder político numa relação de “servidão” ao aparato estatal. Resta-lhes cumprir bem o seu papel de correia de inculcação ideológica que envolve as massas populares¹⁹.

Estas transformações parecem apontar para um quadro de declínio da representação política, da soberania popular e do povo-nação como referentes da política e da estrutura do Estado. Os signos políticos deste novo período são facilmente identificáveis. O primeiro é a preponderância do executivo sobre o legislativo. O segundo, os novos papéis atribuídos aos partidos políticos, sendo o mais significativo o funcionamento deles como correia de transmissão do executivo para o legislativo: os partidos como representantes da soberania popular possuem o estatuto de sujeito político capaz de ação transformadora.

Como correia de transmissão, eles perdem o estatuto de sujeito político, adquirindo a forma de um aparelho estatal: o partido deixa de ser uma *praxis*, tornando-se uma máquina.

O declínio da representação política no caso do Estado ampliado monopolista abre as portas para experiências que vão desde a “representação” corporativista até às formas atuais de “representação” neocorporativistas, passando pela “representação” por cooptação maciça de categorias sociais. No limite, estas mudanças acarretam modificações na reação de lealdade política do povo-nação para com os partidos, corroendo o princípio de legitimidade que opera com os signos políticos da máquina de representação política. Enfraquecimento do político fundado na soberania popular. Enfraquecimento dos signos políticos capazes de garantir sentido político da existência e funcionamento da estrutura empírica do Estado. Estaríamos diante do fim do principal referente da política moderna, o povo-nação?

Este quadro de ruptura afetaria inclusive a própria lógica de articulação das formações sociais capitalistas. Com o declínio do Estado Moderno, perde sentido a articulação segundo a lógica da hegemonia, já que o terreno sobre o qual esta se realizava tende a desaparecer. Outras formas articulatórias tomariam o lugar da lógica hegemônica.

Um outro aspecto é a nova distribuição do poder político no Estado ampliado monopolista que vem a ocorrer por causa da nova forma de relação entre os ramos e os aparelhos de Estado. A “especialização” dos aparelhos, princípio da distribuição do poder no Estado Moderno, é substituída pelo paralelismo das redes e das correias, novo princípio da distribuição do poder político no aparato estatal.

Esta nova distribuição do poder político vai basear-se, por exemplo, na distinção entre poder real e poder formal. O poder formal operando a distribuição de poder político entre ramos e aparelhos, enquanto o poder real distribui-se pelos clãs, facções, feudos, “famílias” etc. encastelados nos ramos e aparelhos. Estes novos “atores” políticos parecem exercer o poder real, estejam eles no vértice ou em qualquer outro lugar de um ramo ou de um aparelho. O efeito sobre a relação entre o poder político e o aparelho de Estado pode ser avaliado pela mobilidade e velocidade da circulação de poder, que passa a ter como veículos as redes e correias. Considerando que esses novos atores políticos são os agentes das práticas

condicionadas pela lógica política do bloco no poder, isto vem a representar um reforço considerável do poder político burguês sobre o Estado. E, no mesmo sentido, o enfraquecimento da resistência material que a estrutura empírica do Estado oferecia ao poder burguês.

ESTADO E PÓS-ESTRUTURALISMO

No livro “O Estado, o poder e o socialismo”, Poulantzas retorna à investigação dos fundamentos da estrutura empírica do Estado, abandonando a concepção do Estado como uma estrutura distinta do campo das práticas de classe. Os fundamentos da materialidade institucional do Estado serão então localizados na relação do Estado com a divisão social do trabalho²⁰.

A divisão social do trabalho como fundamento do arcabouço material do Estado deve ser investigada a partir de quatro aspectos: divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual e a retranscrição desta na estrutura do Estado; a individualização; a lei; a nação.

Recorrendo ao conceito de intelectual de Gramsci, Poulantzas passa a caracterizar o Estado como materialização do trabalho intelectual. Assim, a prática estatal adquire um traço específico: ela é atividade de um grupo social, os intelectuais enquanto portadores de um saber-ciência. E esta determinação do aparelho estatal como materialização do trabalho intelectual, separado do trabalho manual, acaba por tornar empírico o princípio da autonomia do Estado em relação ao econômico.

A monopolização do saber por parte dos aparelhos e de seus agentes dará uma forma especial às funções organizacionais do Estado na qualidade de funções centralizadas em sua separação específica das massas populares (trabalho manual). Por outro lado, funcionará como princípio articulador da dominação política. Aos intelectuais (categoria social), agentes da prática estatal, caberão o papel organizacional da burguesia e o papel de articular a ordem hegemônica numa formação social. Estes papéis pressupõem o Estado como portador de um discurso de natureza política, ao qual as massas não têm acesso, construído segundo três modelos: o do discurso da guerra; o do discurso ideológico; o do discurso científico²¹.

Nesta última fase do pensamento de Poulantzas, o Estado é, finalmente, definido como um aparelho. Aparelho especializado, centralizado, de natureza especificamente política, organizado a partir de funções anônimas impessoais e formalmente distintas do poder econômico. Aparelho que se utiliza da axiomatização de leis-regras para definir suas atividades e competências. Esta definição do Estado como aparelho produz um efeito lógico de grande repercussão na sociologia política de nosso autor, a transformação da estrutura política em uma categoria empírica de natureza universal: o Estado capitalista. Poulantzas, contudo, atento aos desdobramentos de seu percurso, irá reservar à lógica da singularidade o seu domínio: ele dependerá das particularidades da luta de classes, das modalidades de organização da burguesia e dos intelectuais em cada formação social.

A nação é o segundo referente a partir do qual o Estado capitalista se constitui²². Segundo o autor, o território e a tradição, como categorias constitutivas da nação, possuem um princípio explicativo: as matrizes espacial e temporal capitalistas. Logo, elas devem ser o verdadeiro ponto de partida para a investigação que relacione o Estado com o território e com a historicidade. A importância destes conceitos, matrizes espacial e temporal, nesta nova interpretação do Estado, é enorme, já que elas funcionam como princípio organizador: da materialidade da divisão social do trabalho, da estrutura empírica do Estado, das práticas e técnicas do poder capitalista. Além disto, elas parecem ser o substrato real dos “sistemas de representação”²³.

As matrizes espacial e temporal só aparecem como fundamento dos aparelhos, práticas de poder, por serem o princípio material explicativo da noção de estrutura: como *prius lógico* da divisão social do trabalho e das relações de produção, elas parecem definir o lugar do real em relação às estruturas empíricas de uma formação social. Com elas, uma nova função epistemológica é atribuída à noção de estrutura, agora liberada de toda a carga estruturalista²⁴.

A matriz espacial inscrita na divisão do trabalho capitalista é caracterizada como um espaço serial, fracionado, descontínuo, parcelar, celular e irreversível. E a matriz temporal capitalista é aquela de um tempo segmentado, serial, dividido em momentos iguais, cumulativo e irreversível. Uma temporalidade que só existe no processo de produção

em função do produto-mercadoria como elemento da reprodução ampliada do capital.

As matrizes do espaço e do tempo aparecem como o real que articula o Estado Moderno à nação. Esta relação é mediada pela divisão social do trabalho, já que sua existência só é possível através da transcrição das matrizes inscritas na divisão social do trabalho na estrutura empírica do Estado. Este tipo de lógica explicaria uma das formas do Estado Moderno, a forma Estado-nação.

Este novo elemento da sociologia do Estado parece indicar uma reviravolta no pensamento de Poulantzas por provocar um desligamento de lugar ocupado pela “máquina da representação política” na estrutura de uma formação social. Dela é retirado o estatuto de referente autônomo em relação à lógica social, visto que, então, ela vai aparecer como um desdobramento da articulação da divisão social do trabalho com o Estado. A representação política, o povo-nação, a soberania popular, enfim, todas as instituições representativas são apresentadas como signos políticos que têm uma origem no real da divisão do trabalho. Com isto, elas perdem o estatuto de realidade, ficando relegadas ao universo do imaginário moderno²⁵. No que diz respeito à relação genérica entre a modernidade e o marxismo na obra de Poulantzas, aquela perde o *status* de categoria autônoma frente à lógica do social: no plano da linguagem científica, o Estado Moderno parece se dissolver integralmente no Estado capitalista.

A lei moderna é um outro aspecto constitutivo do Estado capitalista: signo de organização material do poder político ou das relações de classe condensadas no aparelho de Estado. Ela organiza o poder de classe, o campo das relações de poder entre as classes e o exercício do poder político na aparelhagem estatal como código da violência pública organizada, código que articula o Estado à divisão social do trabalho²⁶.

Neste sentido, a própria burguesia aparece como código organizador do aparelho de Estado, código que torna o aparelho repressivo consubstancial ao parlamento e aos outros ramos e aparelhos estatais como condição de sua existência, reprodução e funcionamento regular. A monopolização da violência legítima pelo Estado é elevada à condição de significante político do poder, mesmo que a natureza dela seja a de não ser exercida direta e abertamente.

A lei moderna, além de estar presente no campo das relações de poder entre as classes, na relação entre o poder político e o aparato estatal, é um elemento constitutivo da ordem simbólica das sociedades modernas²⁷. Na ordem simbólica, a lei existe sob a forma de cadeia significativa (abstração, universalidade, formalidade) organizadora da sociedade civil (cidadania, instituições civis) e do funcionamento burocrático do aparelho estatal. Investida no imaginário social, é ela que assegura a unidade dos indivíduos atomizados, isolados na divisão social do trabalho: ela supõe um quadro formal de coesão dos indivíduos definindo o modo pelo qual as classes “viverão” as suas relações com o Estado.

A relação da lei como ordem simbólica do imaginário social nos remete à noção de ideologia: o imaginário espelho do social, como transcrição das realidades econômico-sociais em estrutura jurídica, em cena política (lugar da representação jurídico-política dos cidadãos sob a forma de partido político); o imaginário como um espelho no qual o real constituído pelo campo das práticas de classe formais se reflete. A ideologia como inversão e ocultamento do real faz com que o político seja “vivido” como representação imaginária da sociedade, do Estado e do poder burguês²⁸.

Em Poulantzas, a concepção de lei moderna como código de classe tende a circunscrever a modernidade política à ordem simbólica e ao imaginário social, negando à modernidade o papel de referente real. A relação da modernidade com o real será aquela de um código com um duplo registro – imaginário e simbólico –, um código que age sobre a divisão social do trabalho. E é somente às custas desta multicausalidade que o político é restaurado como objeto: um exemplo claro desta reviravolta no pensamento de Poulantzas diz respeito à categoria de legitimação. Esta perde substância real, tornando-se uma noção seja da ordem do simbólico, seja da ordem do imaginário.

O quarto elemento da relação entre a divisão social do trabalho e o Estado inclui a implosão de um signo sagrado da modernidade: a relação entre o privado e o público.

Em “Poder Político e Classes Sociais”, a relação entre o privado e o público havia sido retratada pela noção de “efeito de isolamento”. Esta indicava a atomização e a parcelarização do corpo político através das categorias de indivíduo, pessoa jurídico-política, sujeito da liberdade,

como consequência de um “efeito real” produzido pelos mecanismos da estrutura jurídico-política e da ação ideológica do Estado sobre os agentes econômicos no mercado. É fácil perceber como a estrutura lógica do efeito de isolamento opera com a divisão clássica da modernidade baseada na separação tópica entre a sociedade civil e a sociedade política.

O efeito de isolamento referia-se a uma realidade e às condições que tornavam possível o tipo de organização do Estado Moderno: especialização e centralização; funcionamento hierárquico-burocrático; instituições representativas. Por outro lado, o efeito de isolamento estabelece um vínculo lógico entre o tipo de organização do Estado Moderno e o “fato” de ele representar a unidade do corpo político (povo-nação), através da ação do Estado que fraciona o povo-nação em mônades formalmente equivalentes.

Em “O Estado, o poder, o socialismo”, o efeito de isolamento dá lugar à noção de “individualização”. Se o primeiro indicava a relação do Estado com o mercado, o segundo refere-se à articulação do Estado com a divisão social do trabalho²⁹.

A divisão social do trabalho não gera diretamente a individualização, mas somente a sua possibilidade de existência, graças ao quadro referencial de suas matrizes espacial e temporal. Este quadro consiste na organização de um espaço-tempo simultaneamente contínuo, homogêneo e parcelarizado. Um espaço esquadrinhado, segmentado e celular onde cada parcela (indivíduo) tem seu lugar, onde cada localização corresponde a uma parcela, mas que deve apresentar-se como homogêneo e uniforme. Um tempo linear, serial, repetitivo e cumulativo, no qual os diversos momentos integram-se uns aos outros, tendo como finalidade a produção de mercadorias. Espaço-tempo materializado, por excelência, na cadeia do processo de produção.

Segundo o conceito de individualização, o indivíduo não é o produto de um “efeito de isolamento”, mas um ponto focalizado no próprio corpo humano: ele é o efeito de uma série de práticas de poder, técnicas de saber e práticas ideológicas.

A individualização conserva o papel do Estado como produtor permanente de fracionamento-individualização social através da ação ideológica de seus aparelhos. Os aparelhos ideológicos de Estado consagram e institucionalizam a individualização pela transformação

dos indivíduos econômico-sociais em sujeitos jurídico-políticos; a ação ideológica é compreendida por um conjunto de práticas materiais que agem sobre o quadro referencial, as matrizes espacial e temporal organizando as da divisão social do trabalho.

Contudo, outros elementos são, também, constitutivos do conceito de individualização: as técnicas de saber (a ciência) e as práticas de poder que fabricam a normalização. Apropriando-se da analítica do biopoder de Foucault, Poulantzas localizará esta tecnologia política do corpo no quadro referencial da divisão social do trabalho. Neste sentido, a individualização torna-se a figura da divisão social do trabalho nos corpos capitalistas, produzida em sua materialidade técnicas de saber e práticas de poder que geram o corpo político como submissão, normalização da sociedade como efeito de uma tecnologia de poder e de uma moderna anatomia do corpo.

Ao recorrer à analítica do poder de Foucault, Poulantzas passou a caracterizar o Estado Moderno como um poder político cujo raio de ação irá além do aparelho repressivo e dos aparelhos ideológicos de Estado. Incorpora-se, agora, ao poder político o poder disciplinar através de suas figuras: normalização, técnicas de saber, práticas de poder e panoptismo. A primeira impressão da relação Poulantzas com Foucault é a de um roubo fracassado. Poulantzas tenta roubar de Foucault o conceito de poder disciplinar elaborado segundo um "modelo" que faz distinção entre as relações de poder, o Estado e a divisão social do trabalho³⁰.

Neste sentido, Poulantzas com Foucault introduz um elemento novo na sociologia política em tela: a individualização como efeito da ação estatal, mas também como efeito de técnicas de saber e práticas de poder que possuem um *locus* distinto das práticas estatais e das práticas da divisão social do trabalho³¹.

A "aliança" da sociologia política com a analítica do biopoder seria o reconhecimento da existência de relações de poder para além do campo das classes sociais, das práticas de classes. E seria o reconhecimento de que o exercício do poder político poderia, ou não, estar ligado aos aparelhos estatais. Este reconhecimento parece introduzir no modelo teórico de Poulantzas aquilo que ele não pode suportar, a particularização do valor analítico do conceito de Estado substituído por um outro de maior eficácia: o conceito de "estrutura global de dominação" como

estrutura das relações de poder, distinto tanto do Estado como da divisão social do trabalho.

Contudo, vamos continuar seguindo a evolução do pensamento de nosso autor. Para Poulantzas, a individualização e a privatização do corpo social são elementos organizadores da materialidade institucional do Estado. Este inscreve em sua ossatura a representação da unidade (Estado-representativo) e a organização-regulagem (centralismo hierárquico-burocrático)³³ dos fracionamentos desta "realidade" que tem como referente o povo-nação. Isto é o que torna possível o exercício do poder estatal sobre o povo-nação: o "fato" de eles terem como princípio organizador o mesmo quadro referencial, as matrizes espacial e temporal. Neste momento do processo de sua análise, o autor parece ter encontrado o fundamento que articula o social ao político: tanto o povo-nação como o Estado só devem ser pensados a partir de suas relações com a divisão social do trabalho. Por exemplo, no caso do Estado, a organização interna das redes e dispositivos burocráticos tem como pressuposto o quadro referencial que torna possível a articulação de seus elementos segundo ligações ao mesmo tempo contínuas, homogêneas, lineares, eqüidistantes, segmentadas, fracionadas e compartimentadas.

Se a normalização produz individualização e se esta é um princípio organizador do Estado, deduz-se que a estrutura empírica do Estado é constituída em sua relação com a divisão social do trabalho e com o campo das relações de poder no sentido de Foucault. Neste sentido, quais são as conseqüências para a relação da sociologia política de Poulantzas com a modernidade?

Na sociologia política de Poulantzas, a relação entre o público e o privado sofre uma reviravolta provocada pela noção de individualização. Esta acaba por tornar o privado uma réplica do público, um elemento de um campo estratégico, o Estado capitalista: o individual-privado como veículo do poder de Estado. Seguindo esta linha de argumentação, constatamos que a individualização provoca a estatização da esfera privada, já que o privado como réplica do público funciona como o que abre perspectivas ilimitadas ao exercício do poder estatal. Como uma figura (a cidadania) que compõe as relações de forças entre as classes condensadas no Estado, o privado aparece como limite ao poder estatal³².

Seja como for, a individualização significa a estatização da sociedade, sendo o privado fixado como a imagem no espelho que reflete o público. Este parece ser o destino da esfera privada, que, agora, fica relegada a uma figura do imaginário social. Esta morte do privado como um referente real é mais um dos sintomas de uma sociologia política marxista que, ao se liberar dos referentes reais constitutivos da modernidade, acabou por romper todos os vínculos de ligação com ela.

CONCLUSÃO

O ESTADO: aparelho e forças

Tendo liberado o Estado da “ganga bruta” da modernidade através da definição de sua materialidade, o passo seguinte consiste em defini-lo como um campo de forças: o Estado como condensação de uma relação de forças entre classes sociais³³.

O Estado-relação se define por uma natureza de classe como inscrição da luta de classes e da dominação de sua estrutura empírica. A estrutura empírica como condensação de uma relação de forças vai constituir o Estado tanto quanto a sua materialidade de aparelho, esta realidade que faz o Estado apresentar uma opacidade e uma resistência próprias. Mesmo plasmando a estrutura empírica do Estado, as forças sociais não são capazes de reduzir a zero a autonomia relativa assegurada por sua realidade de aparelho. Autonomia que fornece ao Estado as condições para que ele possa organizar o interesse político do bloco no poder a longo prazo, cabendo, precisamente, aos aparelhos estatais esta função de organização e unificação da burguesia e do bloco no poder.

O princípio da condensação vincula a dominação política ao aparelho estatal no sentido de uma articulação dialética. Trata-se de uma superação real da concepção de Estado caracterizada a partir de uma relação de externalidade entre o social e o político.

Nesta concepção dialética, as contradições constitutivas do social em um sentido dinâmico se apresentam de dois modos: no primeiro, elas existem como realidade específica no campo das práticas de classes, apoiado à distância na estrutura empírica do Estado; no segundo, elas desaparecem como realidade específica, ressurgindo no Estado como modo de contradições

internas entre ramos e aparelhos, no interior de cada um deles, e contradições entre clãs, facções, “famílias” etc. Cada ramo ou aparelho, cada face, cada patamar de cada um deles pode existir como rede de poder desta ou daquela fração do bloco no poder. Ramos e aparelhos divididos em circuitos, redes e trincheiras “povoadas” por clãs, facções, feudos, famílias apresentando interesses divergentes de cada uma ou de algumas das frações de classe do bloco no poder.

Esta nova concepção do Estado se caracteriza, também, pela superação dele como um dispositivo unitário de alto a baixo, fundamentado numa repartição hierárquica e homogênea dos centros de poder em escala uniforme do ápice da pirâmide à base. Na obra de Poulantzas, foi abandonada a noção liberal de Estado, a qual será substituída por uma outra que mergulhará o Estado na microfísica do poder. O Estado da microfísica do poder implica, inclusive, uma mudança da tradicional concepção de política pública. Segundo esta nova visão, o Estado deixa de ser o portador de uma política global, tornando-se o *locus* de uma multiplicidade de políticas públicas cuja existência se deve à autonomia relativa de tal ou qual setor, aparelho ou rede em relação a outros.

Um outro aspecto estratégico para a análise política é a apresentação do Estado como um aparato atravessado por contradições específicas, já que isto leva à redefinição do pessoal do Estado e da burocracia. No modelo inicial, estas duas categorias remetiam a um corpo de funcionários unitário. Esta concepção estará baseada em um duplo aspecto: o da estrutura empírica do Estado como ausência de inscrição de classe, e o da unidade do poder político como expressão, no aparato de Estado, do poder da fração hegemônica. Na nova concepção, o pessoal do Estado e a burocracia serão apresentados por uma lógica política evidenciada pela existência dos feudos, clãs, facções “grupelhos”, “famílias”, realidade subjetiva a partir da qual surge uma multidão de micropolíticas³⁴.

No entanto, o abandono da concepção do Estado como um bloco monolítico e sua substituição pela visão do Estado como um campo estratégico não significam uma liberação do aparato estatal do domínio da fração hegemônica. O que muda é o princípio explicativo baseado, agora, na lógica da condensação. Esta parece definir o poder real no aparato estatal como o lugar de uma relação de forças, sofrendo o pólo onde se detém o poder uma atração “gravitacional” pela força da fração

hegemônica. Isto significa que a circulação do poder real nos centros de decisão, dispositivos, núcleos dominantes e redes se apresentam sempre como uma realidade acolhedora aos interesses da fração hegemônica.

Segundo esta nova concepção, o Estado torna-se uma realidade flexível e maleável aos “jogos de poder” da classe dominante através da mudança na lógica da relação entre interesse e aparelho. Esta relação perde sua rigidez na medida em que a fração hegemônica não instaura apenas como aparelho dominante aquele que já tenha cristalizado, por excelência, seus interesses. Dependendo do modo como evolui a luta de classes no interior do Estado, a fração hegemônica pode, a médio prazo, eleger como aparelho dominante, como sede privilegiada de seu poder, qualquer um dos aparelhos estatais. Se for preciso, ela pode usar o Estado como campo estratégico em seu limite, tecendo uma efetiva rede transestatal que, em geral, sobrepuje o Estado como aparelho ao provocar um curto-circuito nos diversos ramos, aparelhos e setores do Estado.

Contudo, mesmo neste limite do Estado operando concretamente pelas redes e correias, é preciso assinalar que a materialidade de aparelho não é vencida totalmente, uma vez que ele continua resistindo a ser simplesmente manipulado pela fração hegemônica. Por outro lado, esta resistência adquire um sentido específico ao aparecer como uma figura temporal interna ao Estado – temporalidade política que mantém por um fio a autonomia do aparelho estatal em relação à ação política da fração hegemônica. Em conjunturas políticas desfavoráveis à fração hegemônica do capital monopolista, provocadas pela posse do aparelho dominante por partidos de esquerda ou por frações dominantes não-hegemônicas, a médio prazo, o poder real pode ser deslocado para outro aparelho que venha a cristalizar o interesse da fração hegemônica.

A flexibilidade e a maleabilidade da estrutura empírica do Estado parecem advir da associação entre aparelho dominante, poder real e força hegemônica. Na fusão destes três elementos está a explicação lógica da organização ou reorganização dos aparelhos estatais. A fração hegemônica, detendo o poder real em um aparelho dominante, é capaz de reorganizar toda a estrutura empírica do Estado subordinando ao aparelho dominante ramos, aparelhos e setores do Estado se isto for um imperativo da luta de classes do interior do Estado.

No início de seu trabalho, Poulantzas partiu de uma concepção liberal do Estado, tendo como objetivo resgatar a modernidade política no

pensamento marxista. Entretanto, na evolução de seu pensamento, vai-se configurando aos poucos uma ruptura com aquele ponto de partida, que se torna definitiva a partir do momento em que ele incorpora o pós-estruturalismo em sua trajetória. A tentativa fracassada de reapropriação do pós-estruturalismo acabou por empurrar Poulantzas para uma concepção de Estado que parece oscilar entre dois pólos: o da articulação dialética entre o campo das práticas de classe e a estrutura empírica do Estado; o da relação não inteiramente explicitada entre o campo das práticas de classe e a definição do Estado como um campo estratégico, campo criado pela microfísica do poder. Se, por um lado, libertou-se do estruturalismo, introduzindo a dialética em seu trabalho, por outro lado, ele só conseguiu avançar para uma noção de Estado segundo o modelo da guerra graças ao pós-estruturalismo.

O final trágico de Poulantzas parece ter abortado uma experiência crucial para a investigação do Estado hoje: o encontro da investigação que tem como ponto de partida a teoria de Marx com o pensamento pós-estruturalista. De qualquer modo, já em um outro cenário intelectual, a referência a um único livro é o suficiente para indicar o grande interesse que a obra continua provocando. Referimo-nos ao livro de Bob Jessop, intitulado "Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy"³⁵.

NOTAS

1. Sobre significado do retorno à modernidade, ver:
BAUDRILLARD, J. *À sombra das maiorias silenciosas*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 20.
2. ALTHUSSER, L. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
———. *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
———. *Posições 2*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
3. EASTON, D. O sistema político sitiado pelo Estado. In: LAMOUNIER, B. (Org.). *A Ciência política nos anos 80*. Brasília: UnB, 1982.
4. POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
LACLAU, E. Teorias marxistas del Estado: debate y perspectivas. In: LECHNER, N. *Estado y política en América Latina*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1981.

5. MERQUIOR, J. G. *O marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
6. POULANTZAS, N. Op. cit. Part. 1, caps. 1 e 2.
7. Idem, p. 126.
8. WRIGHT, E. O. et al. Ricientes desarrollos en la teoria marxista del estado capitalista. In: VALECILLO, H., SONNTAG, H. R. (Orgs.). *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México. Siglo Veintiuno, 1977.
9. POULANTZAS, N. Op. cit. Part. 2, cap. 4; Part. 4, caps. 4 e 5.
10. Idem, Part. 2, cap. 1.
11. Idem, Part. 4, p. 275-286.
- LACLAU, E., MOUFFE, C. H. *Hegemonia y estrategia socialista*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1987.
- LENINE, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. V.3, p. 443.
12. Sobre a relação entre hegemonia e discurso, ver:
 LACLAU, E., MOUFFE, C. H. Op. cit., p. 119-131.
13. BAUDRILLARD, J. *Partidos comunistas: paraísos artificiais da política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985, p. 23-24.
- MILLER, J.-A. *Percurso de Lacan: uma introdução*. 2 ed. Rio Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 32.
14. POULANTZAS, N. Op. cit., p.113.
15. Idem, p. 300-304.
16. Idem, p. 131.
17. ALTHUSSER, L. *Posições 2*.
 POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense, 1972. 2v.
18. Sobre a estatização da sociedade, ver:
 FOUCAULT, M. Por uma crítica da razão política. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 26, mar. 1990.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
19. Sobre este tema e os seguintes, ver:
 POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. V. 2, part. 7.
20. POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981, p. 32.
21. Idem, p. 60-70.
22. Idem, p. 105-138.
23. Idem, p. 112.
24. Idem, p. 72.
25. Idem, p. 94.
26. Idem, p. 85-104.
27. Idem, p. 99-100.

28. Idem, p. 99.
29. Idem, p. 70-84.
30. FOUCAULT, M. Le pouvoir, comment s'exerce-t-il?
31. POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*, p. 74-76.
32. Idem, p. 80.
33. Idem, p. 141-177.
34. Idem, p. 156.
35. JESSOP, B. *Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy*. New York: St. Martin Press, 1985.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- . *Posições 1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- . *Posições 2*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- BAUDRILLARD, J. *Partidos comunistas: paraísos artificiais da política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- . *À Sombra das maiorias silenciosas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- EASTON, D. O sistema político sitiado pelo Estado. In: LAMOUNIER, B. (Org.). *A ciência política nos anos 80*. Brasília: UnB, 1982.
- FOUCAULT, M. *Le pouvoir, comment s'exerce-t-il?* [S.l.:s.n.].
- . Por uma crítica da razão política. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: n. 26, mar. 1990.
- JESSOP, B. *Nicos Poulantzas: marxist theory and political strategy*. New York: St. Martin Press, 1985.
- LACLAU, E. Teorias marxistas del Estado: debate y perspectivas. In: LECHNER, Nobert. *Estado y política en América Latina*. México: Siglo Veintiuno, 1981.
- LACLAU, E., MOUFFE, C. H. *Hegemonia y estratégia socialista*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1987.
- LENINE, V. I. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. V.3.
- MERQUIOR, J. G. *O Marxismo ocidental*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- MILLER, J.-A. *Percurso de Iacan: uma introdução*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portucalense, 1972. 2 v.
- . *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- . *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- WRIGHT, E. O. et al. Ricientes desarrollos en la teoria marxista del estado capitalista. In: VALECILLO, H., SONNTAG, H. R. (Orgs.). *El Estado en el capitalismo contemporáneo*. México: Siglo Veintiuno 1977.

JOSÉ WILLINGTON GERMANO

Política Educacional em Questão

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, mestre em Sociologia e doutor em História da Educação, ambos pela UNICAMP/SP, José Willington Germano tem dedicado-se à pesquisa no campo da política educacional brasileira, onde produziu vários trabalhos. Esses estudos têm resultado numa significativa produção científica, contribuindo para o debate e a reflexão no âmbito acadêmico. É autor dos livros "Lendo e Aprendendo: A Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler" e "Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)", ambos editados pela Cortez, além de inúmeros artigos publicados em jornais e revistas especializadas em educação e ciências sociais.

A Revista EDUCAÇÃO EM QUESTÃO registra a entrevista de José Willington Germano concedida com exclusividade às professoras Eva Cristini Arruda Câmara Barros e Maria Tereza de Moraes, UFRN, em Natal, após o lançamento de seu último livro "Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)".

EQ – Fale-nos um pouco de suas experiências passadas e de como elas contribuíram no desdobramento das pesquisas que você realizou posteriormente na Universidade.

WG – O fato de fazer pesquisa implica uma atitude diante da vida, uma atitude de questionar, de ter curiosidade; isso faz parte da minha personalidade, da minha atuação como

profissional e como estudante desde muito tempo. Mesmo ainda no ginásio eu tinha muita curiosidade. Formava grupos de estudo, de pesquisa. Tive uma participação no movimento estudantil, antes de 64, quando ainda estudava no ginásio. O fato de você participar de um movimento estudantil, formar grupos de estudo, grupos de reflexão, significa adotar uma atitude questionadora diante da vida. Muita gente não entende o que é fazer pesquisa. Assim, muitos pensam que fazer pesquisa diz respeito somente à utilização de um enorme aparato instrumental. Fazer pesquisa não é isto. É, antes de tudo, ter uma postura de curiosidade, uma vontade de conhecer e de produzir conhecimento sobre a realidade. E essa postura eu tenho conduzido durante toda minha vida. Desde o ginásio à faculdade, onde ingressei no curso de Sociologia, da Fundação José Augusto. Depois que eu concluí, fui professor de Métodos e Técnicas de Pesquisa. Lá, tinha um grupo de pessoas interessadas na investigação, no questionamento.

Depois de graduado, ingressei em 1973 na Secretaria de Educação e Cultura do RN (SEC/RN). Mas, antes, trabalhei no Movimento de Educação de Base (MEB), Sistema de Natal, onde também tinha um grupo de estudos e pesquisas. Fazia todo aquele levantamento, apesar de muito primário, muito elementar. Mas, era uma tentativa de se fazer uma certa leitura da realidade. Estagiei também no CRUTAC/RN (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária). Tive participação em alguns estudos. Um deles, por exemplo, sobre medicina popular, foi muito divulgado, inclusive citado em diversas pesquisas de âmbito nacional. Trata-se de um levantamento, de uma pesquisa simples, mas que manifesta de qualquer forma uma certa curiosidade, um interesse em investigar.

Quando ingressei na Secretaria de Educação do Estado, já havia trabalhado aproximadamente um ano no setor de pesquisa da Secretaria de Educação do Município de Natal.

Encontrei na SEC/RN um grupo de pessoas que trabalhava na Assessoria de Planejamento, muito interessado em investigar e realizar estudos, suplantando, assim, a rotina burocrática. Na época, anos 70, o planejamento e a tecnocracia estavam altamente valorizados, enquanto técnica de intervenção e de resolução de problemas sociais. Isso facilitou a formação de grupos que se interessavam em fazer diagnósticos da realidade, investigações, pesquisas, elaborar projetos no campo educacional. Todos eles muito bem justificados, muito bem fundamentados em análises da realidade. Chegamos a publicar alguns diagnósticos e a promover também discussões e debates acerca de temas relevantes no campo da educação. Esse grupo evoluiu e inovou ao longo do tempo. Eu acredito que ele inovou por dois motivos: primeiro, porque estruturou o planejamento e, segundo, porque, com o período de abertura democrática, desempenhou um trabalho enorme de renovação, de discussão. Depois, na década de 80, esse grupo teve uma importância muito grande ao desencadear um processo crítico em relação ao que se fazia, até então, na área educacional, questionando, enfim, o Estado militar e suas seqüelas no âmbito da SEC. Ele vai introduzir a discussão de uma literatura nova, vai, inclusive, exercer uma crítica ao planejamento e à administração educacional, assim por diante. De maneira que eu considero as experiências na Secretaria de Educação do RN como uma escola na qual muito aprendi, inclusive no que diz respeito aos meandros do poder no nosso Estado, a prática dos governantes com relação à educação, bem como aprendi muito com os meus colegas de trabalho.

Pois bem, esse grupo, que levou a cabo o questionamento do que se fazia, contribuiu para a formação de um núcleo intelectual da maior seriedade. Nós conhecíamos o planejamento, os meandros do Estado e as práticas dos governantes. Começamos a investigar tudo isso, a ponto de gerar um conflito enorme. É tanto que o último Plano de Educação (1980/85) que elaboramos foi publicado muito tempo depois, completamente depenado.

É claro que todo esse período, toda essa experiência de mais de dez anos, vai ter um desdobramento ao nível do que fiz no mestrado e no doutorado, isto é, a preocupação de analisar as relações entre Estado e educação no Brasil. Foi o que fiz em minha dissertação de mestrado, através do estudo de uma experiência desenvolvida pela Prefeitura de Natal, antes do Regime Militar. Trata-se da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", da época de Djalma Maranhão.

No doutorado, também fiz um estudo onde investiguei as relações entre Estado e educação no Brasil durante o Regime Militar. Com isto quero dizer que a experiência da SEC/RN levou-me a ter interesse por esse tema. Além disso, está em jogo também a avaliação de que este é um tema relevante para a compreensão dos problemas da educação e da própria realidade social brasileira nos últimos 30 anos. Em síntese, eu diria que o que faço hoje, na UFRN, tem a ver, sim, com aquele período (anos 70, princípio dos anos 80), com o grupo com o qual trabalhava, com as discussões que nós fazíamos, com os questionamentos feitos e com a evolução no grupo. Esse grupo era constituído de pessoas de esquerda e que tinham um potencial crítico. Mas elas mesmas beberam um pouco aquelas idéias da época, da reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei 5.692/1971), as idéias de planejamento como competência superior. Era um grupo, portanto, que só depois (início dos anos 80) vai questionar as idéias correntes acerca do planejamento. Esse mesmo grupo também achou a Reforma segundo a Lei 5.692 extremamente significativa. Vale ressaltar que houve uma diferença entre o contexto da reforma universitária (1968) e o da reforma do ensino de 1º e 2º graus (1971). A reforma universitária de 1968 foi precedida de intensa mobilização política desencadeada pela esquerda estudantil, que vai criticar a política educacional do Regime Militar, os acordos MEC/USAID etc. Depois, uma parte dessa esquerda que havia concluído os seus cursos universitários e que estava trabalhando no planejamento

governamental não vai questionar a reforma de 1º e 2º graus, ela vai aceitar, vai aderir à citada reforma. A crítica só vem nos finais dos anos 70, em 78 e 79 e início dos anos 80 com a crise do Regime, com a mudança do contexto histórico. É justamente o momento em que as pessoas vão ter acesso a uma literatura crítica, produzida no pós-68.

EQ – Dessa fase que você recorda nesse momento até chegar à sua tese de doutorado, é evidente que há um salto qualitativo em todos os níveis: na profundidade de análise, na abrangência das questões, no tratamento teórico-metodológico. Agora, fale-nos do momento presente, das motivações que o levaram a estudar minuciosa coleção de documentos reconstitativos da história recente de nossa sociedade.

WG – Como falei no início, o que faz uma pessoa trilhar os caminhos da investigação é uma postura de curiosidade diante do mundo. Ter a curiosidade de reconstruir, de descobrir. Essa é a primeira coisa: a motivação intrínseca do pesquisador. Quem tem curiosidade está querendo investigar, reconstruir, escrever, explicar, legar à sociedade algo, uma leitura do mundo. Esse é um motivo.

Um outro motivo diz respeito ao tema educação: trata-se de um tema que faz parte da minha trajetória intelectual. Sempre tive interesse pelos problemas educacionais. Minha formação é em Sociologia, sou graduado e mestre em Sociologia. Meu doutorado é em História da Educação, mas sempre tive preocupação, interesse de estudar os problemas educacionais, os quais considero relevantes. Nisso vai o reconhecimento de que é uma área nobre, uma área importante de reflexão, porque envolve todas as pessoas, de todas as classes sociais, de todas as idades. Mas, apesar de ela ser importante, tem sido desqualificada, não somente por parte dos intelectuais, enquanto objeto de investigação, como também pela sociedade

brasileira. As nossas elites desconsideram a educação popular porque sempre encararam o povo como escravo. Além do mais, sempre tiveram como resolver a educação dos seus filhos. Em face dessa dura realidade e da extensão da pobreza, o próprio povo não coloca com a devida ênfase a resolução da questão educacional como problema grave, com repercussões negativas no mundo do trabalho e no exercício da cidadania. Surpreende-me ainda o fato de que as esquerdas, em geral, coloquem a educação e a cultura como questões de segunda ordem. Se houvesse valorização por parte da sociedade brasileira, dificilmente a educação pública estaria na condição degradante de hoje. Assim, há o reconhecimento, da minha parte, de que essa é uma área nobre de investigação, importante para a vida social, e que deve ser objeto de reflexão. Além desses motivos, um outro é o estudo do Estado, particularmente do Estado brasileiro, em especial das relações com a educação.

Assim, no tocante à campanha "de pé no chão também se aprende a ler", que é o meu primeiro livro, analiso uma ramificação do "aparelho de Estado", que é a Prefeitura Municipal de Natal, através da sua intervenção na área da educação. Interessa-me o estudo do Estado por ser uma instituição complexa, por ser a principal instituição da sociedade e pelo fato de ele ter um papel chave, fundamental, na sociedade brasileira. Esse é um outro motivo. E, finalmente, por ser uma paixão. Não se faz pesquisa sem paixão, em face das dificuldades em que se traduz o ato de pesquisar. O ato de pesquisar é um ato de enfrentar dificuldades, sobretudo num país como o nosso, em que a memória é destruída, em que os arquivos são desorganizados. Enfim, há também uma paixão pelo tema, que me levou a fazer essa investigação sobre Estado militar e educação, e que me conduziu para que durante todo esse tempo fosse identificando documentos, construindo o objeto de estudo, levantando uma bibliografia, até chegar o momento em que me sentei e escrevi o texto.

EQ – No processo de amadurecimento intelectual, reunindo material, refletindo e concatenando idéias, em que momento você seguiu o fio condutor da política do Estado segundo a fórmula "Restauração e Renovação"?

WG – Esse trabalho tem a pretensão de fazer uma interlocução com outros textos escritos sobre o período. Abrange todo ciclo militar, ao contrário dos que analisam só uma parte da política educacional do Regime; também contempla uma visão teórica que rompe com as visões instrumentais do Estado. Uma parte da literatura marxista, nesse período, investigou o Estado e sua intervenção na educação, concebendo-o como instrumento. Trata-se de um marxismo empobrecedor, que considera o Estado como instrumento e não como uma relação, como uma concepção relacional do Estado. Como muito bem enfatiza Poulantzas, essa é uma coisa do nó teórico que vai fazer com que eu encare a intervenção do Estado na educação sob múltiplas facetas, com mil relações, com vários aspectos relacionais e que devem ser captados em sua dinâmica. Nesse sentido, é claro que eu fui buscar respaldo teórico em diversos autores. Foi Gramsci, através de seu conceito de "revolução passiva", que me permitiu fazer essa abordagem ampla, ver esse processo de reforma educacional como um processo de "restauração" e ao mesmo tempo um processo de "renovação". Foi ele que me deu os elementos para compreender o Estado brasileiro ao longo do seu desenvolvimento histórico e, naquele momento particular, de uma certa forma, da intervenção do Estado na vida brasileira. Um outro autor que me forneceu uma ferramenta teórica para estudar a política educacional de forma estrita foi Claus Offe. Então, eu pude apreender que, no que pese a existência de um Regime Militar repressivo, excludente, autoritário, ditatorial, houve não somente um momento de "restauração", quer dizer, momento de "restauração da ordem", como também de "renovação", embora isto tenha ocorrido de forma traumática e indesejável.

Desse modo as reformas também tiveram um aspecto renovador. Mesmo porque aí entra um elemento importante e que diz respeito à questão da hegemonia. Por exemplo: o fato de ter estendido de quatro para oito anos a obrigatoriedade escolar é uma novidade, algo novo. E por mais que não tenha sido cumprida essa escolaridade, a gente não pode negar como novidade, como uma inovação. Isso foi sem dúvida um elemento de "renovação". A própria reforma universitária, apesar de todas as críticas que se faz a ela, incorporou, mesmo assim, uma série de elementos que eram tidos como avançados: a extinção da cátedra, a criação dos departamentos, as disciplinas por crédito, por semestre. Isso era o que estava sendo posto em prática pela Universidade de Brasília (UnB). Era também o que, em grande medida, reivindicava a UNE e os setores avançados do professorado interessados na reforma universitária. É claro que a ditadura deformou a experiência da UnB. Reprimiu brutalmente a Universidade. Burocratizou-a em excesso. Mas a referida reforma colocou um elemento de novidade. E isso teve peso importante, como ponto de legitimação do Regime. É claro que essa política educacional foi regida, evidentemente, por uma lógica privatista. Isso estava presente. Era uma cultura adotada pelos grupos dominantes na época. Nota-se uma influência forte, nas reformas educacionais brasileiras, da teoria do capital humano, das teorias empresariais, além, é claro, da ideologia da segurança nacional. Observe-se os relatórios oficiais produzidos a partir de 1964 (Acordos MEC-USAID, GT Reforma Universitária, GT Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, GT IPES, Comissão Meira Matos), todos diziam o seguinte: "O Estado brasileiro não tem condições de financiar a educação na sua globalidade". Não é que tenha havido uma cronológica seqüência de relatórios, em que um relatório passasse subsídio para outro, às vezes nem coincidiam. Isso eu mostro no livro "Estado Militar e Educação no Brasil". O famoso relatório Atcon, por exemplo, caminhava nesse sentido: é impossível o Estado financiar totalmente a educação,

sobretudo a educação superior. Essa assertiva, apesar de não ter sido implantada inteiramente, causou danos realmente irreparáveis à sociedade brasileira. Muitas medidas práticas foram tomadas no sentido de fazer com que o Estado se desobrigasse com a educação, não somente a superior, como também a de nível médio. Várias providências legais foram tomadas nesse sentido, retirando dos textos constitucionais percentuais mínimos que poderiam ser destinados à educação. Assim, as verbas para educação caíram drasticamente; mas, o que é mais dramático, é que dessas verbas, insuficientes para a educação pública, uma parte substancial delas era enviada para a escola privada que a utilizava de uma forma bastante corrupta. Aqui mesmo no Rio Grande do Norte, a Secretaria de Educação subsidiou escolas privadas, distribuiu carteiras, alocou professores e comprou vagas; enfim, grupos privados receberam generosos subsídios do Estado. O resultado, nós temos hoje com a CPI da corrupção. As escolas do Deputado Fábio Raunheitti (Rio de Janeiro), só elas receberam quinze milhões de dólares da União, enquanto as escolas públicas estão em frangalhos.

EQ – A propósito da política privatizante, podemos concluir que as reformas educacionais foram perversas, porque tanto elitizaram mais o ensino superior, como, em nome da profissionalização, desqualificaram o ensino de 2º grau. É possível precisar onde os danos foram maiores?

WG – É difícil dizer onde os danos foram maiores. Eu diria que a Reforma Universitária e a de ensino do 1º e 2º graus colocaram princípios avançados. Um princípio avançado da Reforma Universitária era o seguinte: a forma prioritária de organização do ensino superior deve ser a Universidade. E a Reforma de 1º e 2º graus dizia o seguinte: a escolaridade obrigatória, agora, passa a ser de oito anos. No entanto, a maior parte do ensino superior, hoje, está entregue à iniciativa privada e se organiza sob a forma de faculdades isoladas; uma

parcela substancial de nossas crianças está fora da escola. As que estão na escola, freqüentam uma escola de segunda categoria. Além disso a escolaridade média do país gira em torno de 3 anos. Escolaridade essa muito baixa. Isso contrasta com a escolaridade dos países avançados e mesmo com vários países do terceiro mundo, onde a população tem dez anos ou mais de escolaridade. Em vista disso, cerca de 60% da população economicamente ativa no Brasil é virtualmente analfabeta, uma vez que é constituída por aqueles que nunca foram à escola ou quando o fizeram não conseguiram sequer ter quatro anos de escolaridade, correspondente ao curso primário. Temos, assim, um contingente inteiramente excluído da escola. Por outro lado, temos uma geração que passou pelos bancos escolares em todos os níveis, que cursou a Universidade, mas que sofreu a ação nefasta do AI-5, é a chamada geração AI-5 que teve diminuído o seu poder de crítica, afetando dramaticamente a sua formação cultural, pelos conteúdos escolares que foram degradados em virtude da repressão e da censura impostas ao ensino pelo Regime Militar. A isto acrescenta-se uma grande desvalorização do professor, com enormes reflexos na atualidade. O professor hoje é alguém desvalorizado, a ponto de nos vestibulares as áreas referentes às carreiras docentes não estarem sendo preenchidas; estão sobrando vagas e os que entram nas carreiras docentes são os menos qualificados. Quer dizer: uma parte da juventude qualificada intelectualmente, que tem interesse e pendor para a vida acadêmica, não está indo para as carreiras docentes por conta da desvalorização que atinge a área. Sabem que vão gastar parte das suas vidas profissionais em demandas salariais. Então eu diria que é difícil apontar onde o dano foi maior. Eu diria que o dano é global. Mas, como nós sabemos que a educação de base é fundamental, talvez o estrago seja maior aí, porque há uma exclusão da escola e depois, para os pobres, uma escola de segunda categoria. Isso faz com que a separação entre as classes na sociedade brasileira aumente e haja uma rotulação

das pessoas conforme a escola que freqüentam. Em virtude disso, o saber universal, como por exemplo o estudo da matemática, da física, da química, o estudo das línguas, passe a ser cada vez mais domínio de um escasso grupo de pessoas privilegiado economicamente, que tem os códigos para se apropriar desse tipo de saber. Isso significa jogar mais lenha no "apartheid" social, então é um caso extremamente grave. Agora, além disso, há também uma degradação física da rede escolar. É um quadro extremamente difícil. Essa situação de penúria do ensino público levou por sua vez a uma outra coisa gravíssima que foi o corporativismo educacional. Ninguém faz greve porque quer. Faz por causa de toda essa situação. Mas essa situação levou também ao corporativismo educacional que temos hoje. Greve a cada ano, de três, de quatro meses, que na verdade não penaliza o Estado e seus governantes, mas penaliza dramaticamente as classes subalternas. Esse é um quadro muito dramático. Uma herança muito pesada que estamos vivenciando.

EQ – Aqueles que freqüentam o ensino de 1º e 2º graus da rede pública são os que saem perdendo mais? Justamente os dos segmentos mais numerosos, com menor poder aquisitivo e, portanto, sem opção, sem alternativas?

WG – Exatamente, porque é um público mais abrangente, gerando situações extremamente difíceis. Exemplo disso são os membros das classes subalternas que chegam à universidade, ao ensino superior. Quando isso ocorre, chegam pela via das escolas superiores privadas. Quando faço uma crítica às escolas privadas estou fazendo crítica às empresas lucrativas, sem compromisso com a produção de conhecimento, com a pesquisa, com a extensão. Fala-se comumente que em muitos países desenvolvidos as universidades não são públicas. É preciso que se diga, então, que em geral são fundações, instituições responsáveis e não se trata de caça-níqueis. Não são máquinas de ganhar dinheiro.

Então, no Brasil, quem chega à universidade pública, que é a melhor, é da classe média para cima. Além disso, na própria universidade pública existem áreas que são consideradas mais nobres que outras. Realmente, existem áreas nobres às quais só têm acesso os segmentos privilegiados. Essa é uma situação gerada pela desigualdade social brasileira, pelas diferentes políticas implementadas pelo Estado brasileiro. Então, certas áreas são para setores de classe média e alta que estudaram em boas escolas privadas; as estatísticas estão mostrando. Assim, certos profissionais estão sendo formados com recursos oriundos da sociedade como um todo, em algumas áreas que, depois, o consumo dos seus serviços profissionais só será feito por uma elite, tal o alto preço das consultas, exames etc.; um exemplo, entre outros, é o da odontologia. O "pé de chinelo" não tem o direito de passar na calçada de um consultório odontológico.

EQ – Na passagem do chamado Estado Militar para a denominada política neoliberal, intermeada inclusive pelo que se chamou de Nova República, você observa a permanência de alguma prática ou alguma mudança de estratégia no interior das relações entre Estado e Educação?

WG – Eu diria o seguinte: depois do Regime Militar não consigo identificar políticas educacionais claras com alguma continuidade. No Regime Militar, havia políticas educacionais definidas, claras, que a gente podia identificar. Mas, isso não significa dizer que não tenham ocorrido mudanças. Eu acho que ocorreram mudanças democratizantes, por exemplo no que diz respeito à gestão da universidade, à administração da escola pública. Apesar disto novos problemas surgiram. As eleições, conforme vêm ocorrendo nas universidades e escolas, estão trazendo para dentro da instituição escolar um tipo de prática política que nós criticamos: clientelista, populista, corporativista. É preciso, portanto, aperfeiçoar as conquistas obtidas no campo democrático. Por outro lado, foram

reintroduzidos alguns elementos legais no texto constitucional de 1988 que ampliam as verbas para educação. Nós temos uma LDB em discussão que também avança em alguns pontos. Há uma liberdade de pensamento. O aspecto da repressão praticamente desapareceu. Considero isso muito importante. São aspectos que devem ser valorizados. Agora, apesar disso, o quadro de dificuldades permanece. O repasse de verbas públicas para as escolas privadas continua. O que vimos com a CPI da corrupção? A degradação do trabalho do educador continua. Temos um quadro educacional bastante difícil e serão necessários muitos anos para ser superado, pois isto exige a formulação de um projeto para o país que leve em conta as necessidades do povo.

EQ – Como você vê o atual momento político?

WG – Eu vejo de forma contraditória o atual contexto histórico. De um lado, a adoção de fórmulas neoliberais pode agravar o quadro social. De outro lado, alguns acontecimentos recentes indicam que algo mudou na sociedade brasileira. Assim, o *impeachment* de Collor e a CPI do Orçamento dão conta de que está havendo alguma coisa de novo, apesar de tudo. Numa sociedade que sempre se organizou de forma autoritária, com um passado escravista, com uma política e o exercício da política extremamente autoritários, o fato de um Presidente da República ser destituído de seu posto, sem golpe, indica que há uma novidade na sociedade brasileira. O fato de membros eminentes do parlamento e das elites serem objeto de rigorosas investigações constitui uma novidade na vida brasileira. Faz com que surja algum alento. Tal processo tem sido possível, por quê? Porque há um pouco de democracia no país; apesar de alguns problemas, hoje nós temos alguma visibilidade sobre o exercício do poder, o que possibilita uma ação de controle por parte da sociedade. Há, sem dúvida, uma indignação na sociedade contra o comportamento das elites. Essa indignação tem se prestado a pressionar o parlamento.

Está fazendo com que a sociedade civil tenha alguma forma de controle sobre o poder constituído. Isso pode fazer com que desse processo surjam regras políticas, formas mais limpas de exercício da política, mais transparentes, mais democráticas, quem sabe? Formas que possibilitem uma reforma da sociedade brasileira, de modo a integrar o povo no acesso à vida digna, para exercer a cidadania e assim por diante.

EQ – Nesse processo, do ponto de vista do comportamento das elites, você está identificando, atualmente, alguma manobra pelo alto?

WG – Não tenho dúvidas. Eu diria que sim. Isso faz parte da política brasileira. É um traço característico. Nos momentos decisivos de nossa história, o que prepondera é o jogo e as soluções pelo alto excluindo a maioria da sociedade. Os últimos acontecimentos da CPI do Orçamento mostraram as enormes articulações da elite empresarial com a elite política no sentido de constituir um poder paralelo ao do Estado e de frear os avanços democratizantes da sociedade. Os documentos, por exemplo, que foram encontrados no escritório da Construtora Odebrecht, apontam para uma clara preocupação com uma eventual chegada de Lula ao governo do país. Há sempre uma tentativa de buscar um candidato confiável às elites. Ao lado disso é interessante observar como falam os que assumem a bandeira do neoliberalismo. Dizem publicamente no discurso: "menos Estado, mais mercado". Na prática, estão lá, incrustados, aproveitando-se das benesses do Estado, assaltando os cofres públicos, fazendo com que o fluxo de recursos para setores prioritários como saúde, educação, saneamento, previdência, trabalho, parta diretamente para o bolso das grandes empreiteiras, das grandes corporações. Esse é o antiestatismo que eles praticam.

EQ – Esse fluxo de recursos do setor público para o setor privado é uma estratégia do capital frente à incapacidade de acumular nos níveis desejados ou é incapacidade mesmo de ele se reproduzir sem a interferência ou as benesses do Estado?

WG – São as duas coisas. O capitalismo é dinâmico por natureza. É um modo de produção que precisa crescer sem cessar, se renovar sem cessar. Isso é um princípio e ele acaba criando crises no seu próprio movimento de acumulação. E que são crises de acumulação? É o capital ocioso e força de trabalho ociosa. Desse modo, o processo de acumulação entra em crise em virtude da necessidade constante que têm as unidades de capital de se aperfeiçoarem e de aumentar a competitividade num movimento imposto pela concorrência. Então, a produtividade e a competitividade aumentam, fazendo surgir surtos de superprodução e com isso vêm a crise e a recessão. Nesse contexto há necessidade de que os recursos do Estado, ou uma parte deles, passem a ser objeto da acumulação privada do capital. É isso que faz com que o capital reclame contra os excessos estatizantes. O capital reclama contra os excessos estatizantes nesse momento em que há gastos de forma improdutivo e o capital quer abocanhar, quer se apropriar de uma parte dos recursos que são arrecadados pelo poder público. Assim, há uma dificuldade de acumulação e, portanto, uma crise. Por outro lado, há uma crítica à forma de intervenção que favorece os gastos sociais. Há necessidade de que uma parte do orçamento do Estado seja destinada aos grupos privados e há também uma reivindicação de que áreas sejam reprivatizadas, como as áreas de saúde, educação e previdência, que deveriam se tornar objeto de exploração empresarial. Isto tem sido uma tendência histórica do capitalismo.

EQ – Não estão as camadas populares mais desamparadas da função essencial da escola? Contraditoriamente, você não

acha que o professorado nunca esteve tão desmotivado para fazer cumprir essa função, mesmo que consciente de sua importância?

WG – Olha, eu concordo com vocês. É um momento de contradição. De alguns anos para cá existem liberdades públicas, liberdade de ensino. Esse é um aspecto. Um aspecto que não podemos questionar. É um oxigênio que possibilita desenvolver uma atividade educativa mais rica, mais criativa. Mas o que é que está acontecendo? Ao lado dessas liberdades públicas, dessa liberdade intelectual, não veio, acompanhando, um projeto de valorização do professor. Essa é a questão importantíssima. Outro dia li no jornal uma notícia dramática. Uma professora deixou de lecionar porque ganha mais fazendo *strip-tease* numa boate aqui em Natal. Então, o professor é extremamente desvalorizado. Percebe salários irrisórios. Há uma desvalorização do professor, sobretudo o da rede pública. Isso tem desmotivado o compromisso dele como educador. Então, juntou o quê? Juntou uma politização excessiva da área educacional com a desmotivação, por conta da dramática situação salarial. No meu entender, isso está jogando um papel na destruição do sistema educacional. O que é mais grave: não se visualiza um projeto educacional dos educadores. Os educadores deveriam ter um projeto político-pedagógico. Os professores não fazem isso por teimosia, mas porque tem ocorrido extrema desvalorização e, ao lado disso, uma politização em excesso.

Não se pode esquecer, no entanto, o lado da carência material, dos salários aviltantes. Isso leva à formação de um professor sem compromisso, leva à existência de um professor que também, ele mesmo, desvaloriza a educação. Aí, vem a tese de que a educação é algo desvalorizado pela sociedade brasileira e não somente pelas elites. As elites têm como resolver seus problemas, a educação dos seus filhos e a conseqüente preservação do seu capital cultural. Eu diria que

o povo também desvaloriza a educação – os trabalhadores inclusive. A esquerda desvaloriza a educação. Assim como, a meu ver, não existe um projeto educacional do Estado brasileiro nos últimos dez anos. Eu pelo menos não consigo identificar. Mas eu digo a vocês o que é mais dramático: não existe um projeto dos educadores para a educação. Eles não têm projeto. E sem projeto, onde é que podemos ir? Não podemos ir a lugar nenhum. E ainda mais: não existe demanda por educação pública. Vejam as reivindicações que a classe média faz ao governo a respeito da educação. O que a classe média pretende é que o governo baixe as mensalidades escolares. Não há uma demanda forte pela educação pública. Se houvesse, é claro, o Estado colocaria a educação na sua agenda, como prioridade. A formação da agenda do Estado é algo complexo, envolve uma injunção de forças que atuam fortemente no sentido de que o orçamento, que é algo que tem limites, seja destinado a essas prioridades. Evidentemente que esses recursos não estão sendo destinados em escalas aceitáveis para as áreas sociais, nem para educação. Adib Jatene, Ministro da Saúde do governo Collor, foi claro quando disse que são as empreiteiras que definem as prioridades. Estamos vendo agora, na CPI do Orçamento, por que elas demandam fortemente. Elas têm articulação. Estamos, portanto, numa situação dramática. Não temos um projeto do Estado, não temos um projeto da sociedade, não temos um projeto dos educadores para educação. E uma politização sem um projeto educacional às vezes fica sendo um projeto meramente partidário ou, o que é ainda pior, um projeto corporativo.

EQ – Como você vê esse quadro no nosso estado, ou seja, no RN?

WG – Eu vejo da forma que venho analisando nesta entrevista. A destruição do Sistema Educacional passa por dois eixos: passa por uma política educacional destrutiva, que

é a do governo central e dos sucessivos governos estaduais de destruírem a educação, de destinarem poucas verbas e de fazerem o uso político partidário da Educação. No nosso estado, particularmente, isso é dramático. A política salarial é lastimável. A intromissão político-partidária, o autoritarismo reinante etc. Isso é um lado. Mas há outro lado: por conta desse quadro de penúria, surge uma politização, uma partidarização exagerada, um corporativismo, por parte dos professores, que, também, no meu modo de entender, têm o seu papel destrutivo no que diz respeito ao Sistema Educacional. Esta é a minha avaliação. Não sei se vocês concordam. Mas eu vejo assim. Greve por três meses não penaliza as elites. Penaliza as classes subalternas. Então, eu tenho esta avaliação hoje.

EQ – Você vê alguma dicotomia entre o que é proposto ao nível da administração da educação pelo Estado e a realidade educacional das escolas no Rio Grande do Norte?

WG – Vejo. Isso tem sido tradicional na política educacional. Eu não tenho uma investigação concreta, mas, do que conheço de algumas escolas, do que vejo na imprensa, sobretudo do que converso com professores, a situação é lastimável a partir do aspecto físico das escolas, que não têm arborização, paredes limpas e bibliotecas. Nisso vai a ação do público, mas vai também a ação gerencial da própria escola e ação pela qual a comunidade vê a escola.

Não me parece que tenham ocorrido mudanças substanciais. Agora, o que eu tenho percebido pela imprensa é que a Secretaria de Educação tem recebido recursos vultosos, inclusive recursos internacionais. A forma pela qual esses recursos estão sendo empregados, as prioridades é que precisam ser melhor verificadas. A meu ver, é uma situação que permanece extremamente grave. Tem uma coisa que eu gostaria de chamar a atenção e que é válido não somente para

o nosso Estado, mas para o País. As questões educacionais, hoje, voltaram a ter uma grande valorização. Na Europa, por exemplo, fazem parte da pauta reivindicatória dos sindicatos as questões educacionais. Por quê? Com as mudanças nas relações de trabalho, com a terceira revolução industrial, com a microeletrônica, com as novas tecnologias, com a substituição do fordismo, com a chamada acumulação flexível, cada vez mais está sendo exigido da força de trabalho um certo nível de escolarização. Cada vez mais está diminuindo a idéia de uma força de trabalho barata e desqualificada. O próprio conceito de qualificação passa por um processo de revisão que implica no domínio de conteúdos que devem ser fornecidos pela escola. Assim, as geniais análises feitas por Marx no livro *I d'O Capital* e por outros autores, nos anos 70, como Braverman, estão sendo revistas no tocante a este aspecto. Isso é um fato que merece ser analisado em uma sociedade como a nossa. Se levarmos em conta que alguns especialistas consideram alfabetizadas pessoas que tenham pelo menos quatro anos de escolaridade, temos um grande percentual da força de trabalho constituído de pessoas virtualmente analfabetas. Então é uma população que vai ter dificuldade de acesso ao mercado de trabalho nessa nova configuração. Vai ter dificuldade de exercer o direito à cidadania e de participar da vida moderna. Ter acesso aos códigos elaborados é vital para a vida moderna.

EQ – Como você vê o futuro de toda essa força de trabalho que está sendo jogada fora do mercado?

WG – Isso é uma pergunta de futurologia. Difícil de ser respondida. Em primeiro lugar porque tem sido uma tendência histórica do capitalismo substituir camadas de trabalhadores por outras mais aptas para atender o ciclo produtivo. Em segundo lugar porque há, em nível internacional, uma crise do Welfare State, do modelo keinesiano que restringe os gastos sociais, entre os quais o seguro-desemprego, sob a

égide de políticas neoliberais. Há uma crise que faz gerar conflitos entre os incluídos e os excluídos do sistema, como afirma Robert Kunz, de conseqüências imprevisíveis. Caso não ocorram mudanças significativas, o processo de marginalização social pode levar a níveis insuportáveis de violência e de degradação social, sobretudo nos países periféricos, conforme vem acontecendo nos grandes centros urbanos do Brasil.

EQ – Você guarda alguma expectativa?

WG – É difícil. Mas a gente tem que procurar saídas.

EQ – Como você vê a CPI da Corrupção em curso no Congresso Nacional?

WG – Todo e qualquer aspecto da realidade temos que encarar sob múltiplas dimensões. No caso da CPI da Corrupção, há um aspecto negativo a se observar, qual seja o de quanto nossas instituições estão apodrecidas. Contudo, ela revela aspectos importantes ao deslocar a crítica da política em geral para a crítica da prática política feita pelas elites do país. Durante muito tempo prevaleceu apenas a crítica da política em geral. Isto é muito perigoso, pois pode servir de estímulo ao autoritarismo, à implantação de uma ditadura. Deve ser feita a crítica de alguns políticos, de algumas práticas políticas e não da política. Então, agora a CPI está mostrando claramente como nossas elites se comportam, e, do outro lado, vejo um ponto positivo. É aquilo que falei há pouco tempo, um certo controle da sociedade civil sobre a gestão do Estado pode levar a formas mais democráticas do exercício do poder, que possibilitem, por sua vez, a adoção de reformas sociais inadiáveis. Uma gestão mais democrática pode possibilitar melhores condições de vida para a maioria da sociedade ao adotar, por exemplo, políticas redistributivas. E isso também tem um significado, isso é importante. O que

vem acontecendo do ano de 1992 para cá, a CPI do Orçamento, o *impeachment* de Collor deixam claro que são as elites, que não têm compromisso com o país, que se apropriam do Estado. Isto, para mim, é um fato importante que pode trazer algum alento, alguma reforma. Poderá não trazer, mas poderá trazer algumas mudanças no quadro eleitoral do país em 1994. Eu acho que sempre devemos buscar caminhos que levem à reforma social, e mesmo à transformação estrutural, a mudanças significativas na sociedade. Devemos lutar, apesar do quadro difícil.

Neste quadro, é claro, permanece a minha indignação em face das degradantes condições de vida do povo brasileiro e da indiferença das suas elites. A esse respeito Claude Leffort, notável pensador francês, assim se expressou: "O que há de cruel aqui é o jeito de a elite agir como se não estivesse implicada no fenômeno da pobreza".

ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1964-1985), de José Willington Germano*, São Paulo: Cortez, 1993, 297 p.

Eva Cristini Arruda Câmara Barros**

A publicação do livro ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1964-1985) do Prof. José Willington Germano, se deu a partir de uma extensa pesquisa da realidade brasileira, dando conta de todo período sob a égide do Estado Militar (1964-1985). Como objeto particular de estudo, privilegia de forma incisiva a análise das questões educacionais a partir das inter-relações que estas mantêm com os demais aspectos da realidade social, sobretudo no tocante à intervenção do Estado no campo da educação.

ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1964-1985) analisa qual foi a trajetória do controle das Forças Armadas sobre o Estado brasileiro. Identifica nessa trajetória, num certo momento, nítidos conteúdos revolucionários (período imperial), reformistas (1930) e, posteriormente, caracteres reacionários (pós 1937). Privilegia, no entanto, o conteúdo do período 1964-1985, por constituir o cenário de sua pesquisa. Ressalta como peculiaridade dessa fase o fato de os militares terem se instalado “de forma direta e doradoura no governo” e terem instaurado uma “ditadura violenta e repressiva”.

Demonstra que a consolidação do Regime Militar no Brasil, nos parâmetros detectados, expressa a supremacia de forças sociais compostas por seguimentos identificados com os interesses burgueses em detrimento dos movimentos populares, com certa organização política e em explícita oposição àqueles interesses.

Ao proceder a análise da instalação do Estado Militar no Brasil, a partir de 1964, o autor nos conduz a um entendimento, diríamos didático,

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN

** Professora do Campus de Currais Novos - UFRN

das seqüenciadas e gradativas intervenções das Forças Armadas no processo de controle das decisões de ordem política e econômica. Assim procedendo, revela o caráter autoritário e controlador dessas medidas em choque com os parâmetros democráticos do Estado liberal burguês à época precedente.

Constitui momento privilegiado de análise quando se ocupa de elucidar as mudanças ocorridas nas políticas educacionais, tanto na educação superior como no ensino fundamental e médio. Para tanto, o autor segue uma padronização abrangendo todo ciclo militar. Na fase 64-74, caracterizando-a pela consolidação e auge do regime, identifica políticas educacionais acentuadamente autoritárias e burocratizadas; entre 75-85, reconhece políticas que se deslocam para o campo das propostas consensuais, democratizantes e participativas. Encara-as como típicas de um regime em franco processo de crise e exaustão. Pela análise que desenvolve, desvenda os reais propósitos contidos no interior dessas políticas e denuncia o hiato existente entre esses propósitos e a realidade. Para tanto, põe em foco o princípio da “restauração” da ordem e o real significado da “renovação”. Aliás, é sob a desmistificação desse binômio que o autor desmascara no interior do projeto intervencionista das Forças Armadas e seus aliados, não só a natureza das suas investidas econômico-políticas, mas, sobretudo, as que dizem respeito à educação.

Como os demais, os capítulos que se ocupam, basicamente, das políticas educacionais sob o estigma do Estado Militar são absolutamente esclarecedores. Mas, revela-se peculiar a capacidade de registrar, em todos eles, grande número de fenômenos reconstitutos da nossa história no citado período, em seus aspectos gerais.

Com habilidade, analisa esses fenômenos em suas relações interdependentes, abordando-as a partir das suas reciprocidades, considerando-os em suas relações dialéticas, e, fundamentalmente, reconstituindo-os sob consistentes sínteses, segundo uma visão dinâmica e unificada dos determinantes sócio-históricos. Fruto dessa habilidade analítico-sintética, elabora uma de suas teses acerca da “Estratégia Privatizante na Educação Brasileira”. Essa tese proporciona a compreensão da acentuada tendência à elitização da educação brasileira, àquela época, bem como seus desdobramentos no momento presente.

Tendo recuperado toda política educacional autoritária imposta ao país, explicita o quanto ela legou ao nosso sistema educacional as mazelas

ainda hoje insuperadas. Sobre essa questão, nos fornece elementos substanciais para outros estudos que venham a ser feitos.

Assim, pela linha teórico-metodológica e pelo conteúdo, consideramos a leitura de *ESTADO MILITAR E EDUCAÇÃO NO BRASIL (1964-1985)* indispensável a todos aqueles que se interessem pelos problemas sociais, em particular as pessoas comprometidas com a transformação da sociedade brasileira, principalmente com a superação da grave realidade educacional.

A EDUCAÇÃO PELO TIJOLO

Eli Celso de A. D. da Silveira*

“A menos que queiram afirmar que enquanto ele diz em voz alta, 'tijolo!', ele diz sempre, de fato, para consigo, intimamente, 'traz-me um tijolo'. Mas qual a razão para o afirmarmos?”

Ludwig Wittgenstein

O homem sentado sobre a pedra não está mais pensando na pedra que em si. O homem não está nem mesmo sobre a pedra; saiu mundo afora, em nada melhor que um anjo analfabeto. E dessa pedra ele era feito. Dela foi retirado e erguido. E o seu ofício de ser pedra e homem foi curtindo.

Essa pedra era um pulmão exposto ao sol sertanejo. Era um pulmão analfabeto, sem musgo nem asma. Mas um dia aprendeu os mistérios do respirar e da erosão, abrindo um caminho para seu interior.

A pedra cantou como canta ainda uma pedra lá no Serrote do Sino, grotões do “Camelo”. Depois a pedra perdeu sua consistência substantiva. É isso que vimos tentando dizer: a pedra superlativizou-se. Não virou uma múmia, mas um homem. A raça helênica foi formada de pedras jogadas por Deucalião e Pirra, por sobre seus ombros. Aqui no sertão brabo dos lajeiros, dos cabeços e das pedras fundadas nos homens, também foi assim. Os homens vinham de pedras analfabetas e eles eram.

A casa era de pedra abaixo de pedra. As cercas de pedra empilhada, onde cobras e tatus se entocavam. E legiões de homens eram alicerce e fundamento: de mais casas e logo de cidades. Cidades inteiras sobre arcabouço de pedras.

E o sol do sertão bebia nossa água, matava os bichos e os jogava em qualquer canto, só deixando o couro. As pedras então se encouraram e foram conhecer. Foram ter ciência de letras, de roça, de criação, de aboio,

* Professor do Departamento de Educação da UFRN

de incelenças. Inda foram se instruir de um tudo e fabricar instrumentos e sedimentos dos seus juízos e trabalhos.

Para sua casa ele mais que pedra carecia. De tijolos grandes e de uma alma ligante por entre eles. E assim nomeando e, por ostensão, foi somando tijolo a tijolo: que deu paredes, a casa, o comedouro e bebedouro dos animais, o tanque, o caçimbão e a oficina do espírito que somava e deduzia. Que via e acumulava sol após sol as consciências do instante. E o tijolo era de adobe, seco ao sol e o sol também preparava o algodão que queimaria inutilmente pelas noites a lição agrária dos dias.

E foi assim às noites no copiar que as mãos aprendizes fizeram do dever de lápis ao artesanato e entraram nas rendas das fêmeas ainda as lições e fundaram este mundo de instrução civil dentro das carnes, com os falus de pedra. Dentro das carnes.

O tijolo, entretanto, não é o átomo. Os seus constituintes, a tabatinga, o barro, o fogo ou a palha pisada e esbagaçada mais a lama da vazante, o sol ou as suas sílabas, é que são o aprendizado do tijolo. Com a lama ligante o homem senta os tijolos e desenha vãos unidos por ausências. O tijolo é a molécula, com seus átomos virtuais à espreita. E desata sobre os homens

ta-te-ti-to-tu

ja-je-ji-jo-ju

la-le-li-lo-lu

essa espreita.

Esses homens forjados na pedra e agora do chão, do gado e das fêmeas, tinham letras e quando um tijolo ia junto de outro, conversavam entre si. A fala dura e perdura entre eles e é isso que lê natureza e cultura. Sujeito a sujeito. Transformação a transformação. A fala. Pontes. A combustão das ignorâncias em direção a uma liberdade buscada, visada, onde a luta e a vida estão postas como soluto e solvente. E a retorta, o laboratório desses eventos é o nosso homem evadido da pedra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. *Conscientização*. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980. 102 p.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 220 p.

MOURÃO, G. M. *Os peões*. Rio de Janeiro: Record, 414 p.

WITTGENSTEIN, L. *O livro castanho*. Lisboa: Setenta, 1992. 136 p.

ESTÓRIAS DE LEITURAS

Margareth Brandini Park*

Numa dessas tardes sem fim, conversávamos eu e uma amiga sobre nossas estórias de leitura. Num dado momento, uma pergunta feita trouxe-nos um grande silêncio.

A pergunta era:

- Por que você se aproximou dos livros e por que gosta de ler?

Talvez o medo de não conseguir passar o gosto das madeleines de Proust nos tivesse calado. Transformar este encanto? Nunca.

E o silêncio se fez diálogo em pensamento. Em memória. Na busca da história, essa.

Minha mãe bordava. Coisas maravilhosas. Ponto por ponto, como gostava de falar.

Lentamente, os pontos preenchiam vazios e formavam um conjunto harmonioso chamado por ela de motivo.

Por muito tempo questioneei essa palavra, motivo, que sem dúvida era mais que o desenho.

Os bordados preenchiam tardes e tardes e existia neles uma finalidade.

Com a venda dos bordados comprávamos livros, revistas, gibis. Livros considerados sérios, romances de Madame Delly, revistas sobre crimes (uma tal X9) e todo o material impresso que conseguíamos de segunda mão.

Havia ainda os livros de patrimônio familiar. Herança de outros tempos...

Lembro-me de uma pequena coleção dos compositores clássicos: Liszt, Mozart, Beethoven.

Nós não tínhamos toca-discos mas na casa de minha avó havia uma eletrola de manivela. Sendo assim, nos intervalos de leitura minha mãe falava sobre a música e a imaginação encarregava-se do restante.

Dois livros chamavam particularmente minha atenção. Por motivos diferentes. Um era o de título "Homens que fizeram o Brasil". Desconfiava

* Aluna da Pós-Graduação - Faculdade de Educação/UNICAMP

dele pois para mim o Brasil sempre esteve decididamente feito. Outro ponto era que o livro era muito fino para que coubesse nele todas as vozes e as pessoas que tivessem passado por aqui e contribuído com seu trabalho, suas histórias e esperanças. Não o li e sempre o espreitava com desconfiança, embora tenha chegado a consultá-lo para trabalhos escolares.

O outro livro era Dom Quixote, de Cervantes.

A figura maluca. O lutador, o diferente.

Cômico e triste!

Eu amava os moinhos de vento onde sempre procurava tulipas. Deveria haver, escondidas em bulbos sob a terra, prontas para brotar a qualquer instante. Isto porque moinhos de vento tinham tudo a ver com tulipas. Imagens construídas. Referenciais montados.

As tulipas não brotavam nas ilustrações, mas D. Quixote, sem dúvida, era tanto espanhol quanto holandês e outras nacionalidades mais...

Achava lindo como se arremessava, lança em riste, combatendo seus moinhos. Talvez porque nossos desafios muitas vezes não passam de moinhos de vento aos olhos das outras pessoas...

Lia de tudo um pouco. Sem critérios tantos, de idade, adequação etc. Simplesmente lia.

Muitos incidentes escolares e religiosos aconteceram. A base dos problemas estava sempre na tal adequação.

Sentada, lendo, enquanto minha mãe bordava, eu pensava que os pontos no tecido pareciam as letras no papel, que a trama e a tessitura do bordado eram o mesmo que a trama da estória.

Tudo se embaralhava e ficava tão parecido. Letras e pontos preenchendo vazios, formando desenhos, enredos. Puro trabalho mágico.

Os pontos formavam desenhos. As palavras, frases. O conjunto dos desenhos, o motivo. O conjunto das frases, o texto e o todo, nos dois casos, o prazer!

Às vezes pensava que não era à toa que falavam que quem lia muito enlouquecia.

Também, a cumplicidade de sentidos só pode ser enlouquecedora para o nosso mundo repleto de limites...

Se tivesse que resumir, diria que a permissão de minha mãe foi fundamental. E aprendi a ler, lendo. Coisas boas ou ruins. Estabeleci meus critérios de boa ou má literatura que obviamente mudaram e ainda mudam, com o tempo e os *et ceteras*...

Pensava que tinha sido muito diferente, essa mesma época, na biblioteca. Biblioteca esta, de cidadezinha de interior, dentro da própria prefeitura.

Havia nela uma bibliotecária idosa que nutria por mim sentimentos contraditórios. Muitas vezes a ouvi me elogiando. Sempre para outras pessoas. Afinal, eu era a mais assídua freqüentadora daquela idade. Por outro lado, eu questionava muito e permanentemente invadia as prateleiras delimitadas. Isso ela falava para mim...

Tive que usar de muitos artifícios para conseguir obras desejadas.

Porém, incursionando pela memória, lembrei-me de um fato que mudou o meu sentimento em relação ao “espaço da Biblioteca”.

Numa ocasião, me interessei por um livro chamado *Chocolate pela manhã*. Nem especulando consigo pensar no possível motivo pelo interesse. Seria porque não gostava de chocolate e a idéia de “pela manhã” me provocava náuseas?

Não sei. Peguei o livro e levei à mesa da bibliotecária. Talvez passasse despercebido (era das estantes proibidas).

Não passou!

Olhos nos olhos ela disse: Não é possível que, com tantos livros, você sempre esteja tentando pegar aqueles que não são adequados. Um dia você irá compreender...

Fui para casa raivosa e decidida! Minha mãe tirará o livro para mim...

E assim foi feito.

Numa medida de força, infantil, fui junto e, para minha surpresa, a bibliotecária nem pestanejou. Agiu com a maior naturalidade, falou sobre o livro e entregou-o nas mãos de minha mãe, olhando nos meus olhos!

Um dia você irá compreender...

Muito tempo se passou e hoje entendo que ela seguia regras. Regras, porém, que poderiam ser quebradas, assim como foram seguidamente... O caminho a ser percorrido na Biblioteca era outro. Sem dúvida! Mas não posso negar que houve permissão.

A estória do tal livro era sobre, se não me engano, um grupo de moças que moravam juntas num Colégio e falavam sobre seus sentimentos e seu cotidiano. Muita liberdade para a época...

A maior lembrança dele foi, porém, o papel. Mais liso que o costumeiro, provocando uma sensação agradável quando meus dedos escorregavam sobre suas páginas num delicioso sobe e desce.

O silêncio já incomodava e para quebrá-lo disse à minha amiga:
- A Literatura assemelha-se a um bordado. Tessitura de Letras e
Pontos são coisas mágicas...
Pura alquimia!
E calei-me para não comprometer as madeleines de Proust...

INTEGRAÇÃO EDUCACIONAL DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA: análise de um processo

Lúcia de Araújo Ramos Martins (coordenadora)*

JUSTIFICATIVA

Durante muitos séculos a concepção de “inválido” ou “incapaz” fez com que as pessoas portadoras de deficiência permanecessem à distancia do convívio social, sem receberem qualquer tipo de atendimento educacional.

Progressivamente essa atitude social evoluiu, passando do isolamento total à institucionalização em escolas especializadas (onde tais indivíduos eram assistidos e protegidos, porém continuavam separados, em termos físicos e educacionais, dos demais) e, já em meados desse século, ao atendimento em classes denominadas “especiais”, situadas em escolas do sistema regular de ensino (Pessotti, 1984; Jannuzi, 1985; Canziane, 1985).

No entanto, mesmo assim, ainda permaneceu uma concepção de exclusão, de educação ministrada em “gueto”. Segundo Fonseca (1987, p. 85):

“O combate à separação, em termos educacionais, é em certa medida a primeira fase de uma política de integração, pois não basta garantir um sistema de ensino exclusivo, dito especial, apenas porque é física e humanamente separado do ensino dito regular. Aceita-se já que os deficientes sejam educados e, para chegar aqui, muita luta pelos direitos humanos foi, é e será necessário cada vez mais implementar. Todavia essa educação não

* Mestre em Educação/ UFRN

poderá continuar a ser à parte da educação regular ou normal...”

Durante as duas últimas décadas, modificações ocorreram na política que direciona o atendimento às pessoas portadoras de deficiência, na qual estão implícitas a quebra de noções preconcebidas e de estigma existentes, a intensificação da participação social das pessoas portadoras de deficiência na escola e na sociedade de forma geral.

A Educação Especial, em nosso país, respalda-se hoje, principalmente, no princípio da *normalização*, que consiste “... em tornar disponíveis para as pessoas deficientes condições e modelos de vida que sejam tão similares quanto as normas e modelos encontrados na sociedade em geral” (Bentgt Nirge apud Pereira, 1988), ou seja, criar condições de vida tão próximas quanto possível das situações em que vive a população de maneira global.

Como consequência desse princípio, outros surgiram, como o da *integração* – percebido como um processo para se atingir um objetivo maior que é a normalização. Para que se efetive essa integração, necessário se faz: a criação de condições e de oportunidades mais flexíveis na escola, no trabalho, na sociedade, para as pessoas portadoras de deficiências; a introdução de modelos e estratégias educacionais que respeitem as condições de cada aluno; a preparação da equipe técnica e docente da escola; a participação efetiva da família e do próprio aluno nesse processo.

A integração educacional envolve não apenas a aproximação física, a colocação de educandos portadores de deficiência junto a crianças consideradas normais, em classes regulares e/ou em atividades de recreação e lazer, mas pressupõe, sobretudo, a aceitação de todos como parte integrante e participante da comunidade escolar (Vayer, 1989; Cardoso, 1992; Pereira, 1988). Esse sentimento de pertencer a um grupo social, portanto,

“... não acontece de forma automática, como seria desejado – é fruto de um processo que requer esforço e planejamento, envolvendo cada pessoa em questão, suas famílias, a escola de modo especial... Este processo deverá estar direcionado para mudanças de atitudes como valorização das diferenças e do cooperativismo, a descoberta e aceitação de dificuldades, deficiências e necessidades de cada ser humano, bem como descoberta e

valorização das potencialidades e dons específicos de cada um” (Cardoso, 1992, p. 13).

Em consonância com a política educacional implantada ao nível nacional, o Rio Grande do Norte vem desenvolvendo, há dois anos, uma proposta de atendimento integrado, em classes regulares, situadas em escolas de 1º Grau da rede estadual de ensino, de alunos deficientes auditivos e mentais. No entanto, apesar de existir um certo nível de acompanhamento técnico por parte da Secretaria Estadual de Educação e Cultura-SEC/RN, através do seu órgão específico, a Subcoordenadoria de Educação Especial, tal experiência não vem se processando de maneira a garantir a permanência e o aproveitamento escolar desses educandos na classe comum.

Observamos que, quando muito, tem ocorrido a integração física, de maneira imposta pela cúpula do sistema educacional, sem um preparo efetivo da comunidade escolar (direção, equipe técnica, docentes e funcionários) para receber tais educandos e atuar sobre as suas necessidades específicas.

Diante do exposto, percebemos como necessária uma investigação visando a avaliação do programa de integração ora desenvolvido na SEC/RN, que possa conduzir à proposição de alternativas para o seu aperfeiçoamento.

OBJETIVO

Analisar a ação educacional integrada desenvolvida com educandos portadores de deficiência, em escolas da rede estadual de ensino de Natal, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

PLANO DE TRABALHO

No intuito de apreender a realidade existente na comunidade educacional, no que concerne à integração dos alunos portadores de deficiência na classe regular, pretendemos desenvolver uma investigação junto a diferentes profissionais existentes na Escola (diretor, supervisor ou orientador educacional, professor). Esse trabalho será voltado

basicamente para conhecer como se processou a integração desses alunos na escola regular; qual a preparação desenvolvida com os profissionais de educação para recebê-los; quais as dificuldades; qual o tipo de apoio técnico recebido para o trabalho com os educandos portadores de deficiência; quais as adaptações que se fizeram necessárias, na escola, para recebê-los; qual o nível de aceitação dos mesmos pelo corpo discente; como tem sido o aproveitamento escolar desses alunos; como esses se situam na classe comum, após um longo período vivenciando um atendimento especializado em classe especial.

Tal tarefa envolverá a elaboração e aplicação de um questionário, contendo perguntas abertas e fechadas. Esse instrumental será entregue, pessoalmente, durante visita às Escolas; porém, mesmo assim, será acompanhado de uma carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e necessidade, solicitando a colaboração dos profissionais.

Para a escolha do universo da pesquisa, buscamos levantar, junto à SEC/RN, as escolas estaduais situadas em Natal, que possuem atendimento integrado. Dessas escolas selecionaremos seis, aleatoriamente (através de sorteio), para aplicação dos questionários a todos os professores de 1º Grau que recebem alunos portadores de deficiência e aos membros da equipe técnico-administrativa. Tal encargo, além da coleta das informações necessárias, visa também suscitar um maior envolvimento desses profissionais no processo de integração desses alunos.

Para análise dos dados que serão coletados na pesquisa, procuraremos fazer recurso do Método Estatístico Descritivo, o qual se utiliza da reunião, ordenação, sumarização e descrição estatística dos dados obtidos.

Os resultados advindos desse trabalho comporão um relatório, visando fornecer, ao Sistema Educacional, informações julgadas úteis para um redimensionamento do trabalho de integração educacional do portador de deficiência na classe regular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, M. C. de F. Integração educacional e comunitária. *Integração*, n. 08, p. 13-18, 1992.
- FONSECA, V. *Educação Especial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- JANNUZZI, G. *A luta pela educação do deficiente mental*. São Paulo: Cortez, 1985.

- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1988.
- LURIA, A. R. et al. *Psicologia e Pedagogia I: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. Lisboa: Estampa, 1977.
- MAZZOTTA, M. J. da S. *Educação Escolar: comum ou especial?* São Paulo: Pioneira, 1987.
- PEREIRA, O. et al. *Educação especial: atuais desafios*. RiodeJaneiro: Interamericana, 1980.
- . Identificação do processo de integração de pessoas portadoras de deficiência. *Integração*, n. 1, p. 11-13, 1988.
- VAYER, P.; ROCIN, C. *A integração da criança deficiente*. São Paulo: Manole, 1989.

A INICIAÇÃO CIENTÍFICA: um aprendizado do trabalho científico da realidade social

Maria Julieta Costa Calazans*

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA PROBLEMÁTICA

O encaminhamento que pretendemos adotar para a discussão do tema é de duas ordens: a) um primeiro aspecto situa-se na perspectiva do aprendizado, das exigências e limites do trabalho científico; b) o segundo propõe-se a discutir a função pedagógica do trabalho de investigação e, especialmente, da iniciação científica, um dos momentos na formação do pesquisador.

Tratando-se de um tema tão instigante, cabe procurar conhecer as experiências vivenciadas em diferentes espaços para identificar os impasses e também os avanços na articulação teoria-prática no processo de iniciação científica.

Um dos dilemas no encaminhamento deste tema é a questão crucial própria do dia a dia do pesquisador, ou seja, a definição do ambiente da produção do conhecimento na universidade.

Certamente, não vamos centrar o debate neste aspecto, mas é fundamental ter claro o papel de universidade - como produtora e reprodutora do conhecimento - sobretudo quando sabemos que esta discussão articula um feixe de relações incorporadas à prática específica dos docentes e discentes no fazer científico.

Se constatarmos que a universidade investe potencialmente na reprodução, ou seja, na transmissão do saber produzido, reservando apenas uma parcela dos seus recursos, quase sempre “insignificantes”, para a produção do conhecimento, vamos esbarrar numa polêmica não muito animadora.

* Professora do Curso de Mestrado em Educação do Instituto de Estudos Avançados em Educação/FGV e do Curso de Mestrado em Educação da UERJ

Deste ponto se deslocam muitas indagações:

– Como se dá a prática concreta da “iniciação científica” na instância da pesquisa e no âmbito mais amplo da universidade?

– Quais as semelhanças e diferenças nas relações de poder e de saber no trabalho de professores e alunos, quando confrontamos as ações educativas de ensinar e de pesquisar?

– Que significa, no contexto da universidade, para os docentes assumirem a pesquisa como um trabalho e para os discentes iniciarem-se neste trabalho como uma prática social?

– Para os que não se incorporaram ao trabalho, qual o significado desses passos iniciais de aprendizagem?

– Onde está situado o ponto de partida e para onde aponta a chegada dos que embarcam nesta aventura?

– Quais as “vantagens” para o professor em dividir o seu tempo, permitir a invasão do seu espaço acadêmico, privar-se do seu recolhimento, em troca da convivência desafiadora com aprendizes?

– Como sobrevivem os discentes do “autoritarismo” e da “competição”, vivenciando a luta para serem aceitos e a busca constante para afirmarem as próprias identidades aliando-se aos que não hesitam em enfrentar os constrangimentos, o “protecionismo” e até mesmo fronteiras desconhecidas?

Creemos que, para darmos conta desses "confrontos" e "contrastés", teríamos que aprofundar questões no bojo das quais esses desafios têm suas raízes: a) a questão da Universidade hoje; b) o trabalho científico e a realidade social.

a) Oliveira (1980, p. 23) nos sugere que:

A questão da universidade é, hoje, a questão do poder e a questão do Estado. (...) (...) É preciso tomar a universidade hoje como talvez um dos espaços privilegiados, ao lado do sindical e do popular, onde se demonstra in vivo a incompatibilidade total desse sistema com a razão; (...) (...) Tomar esse espaço e sua contradição com a irrazão capitalista como a possibilidade aberta da construção da nova universidade: que começa pela assunção da gestão da universidade pelos atores da “tragédia-universitária”: estudantes, professores e funcionários; que desemboca no vasto

estuário da luta operária e popular, sem substituímos nem vanguardismos, mas desfazendo, no específico universitário, o nó do desperdício, da fábrica massificante de ilustrados sem emprego, da alma burocrática, para colocar em seu lugar uma universidade que ajude a construir sua própria negação: o fim da separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

b) Limoeiro em sua fala sobre “Desafios, exigências e limitações do trabalho científico numa perspectiva epistemológica” nos apoia oferecendo bases conceituais.

A argumentação que desenvolvemos, diz Limoeiro, coloca três necessidades ou exigências para a realização do trabalho científico da realidade social. Em primeiro lugar, a automização ideológica frente às ideologias dominantes (condição de possibilidade da explicação científica da sociedade) depende de que esteja em curso, objetivamente, um processo de efetiva transformação social. Portanto, os argumentos com os quais trabalhamos não se aplicam a toda e qualquer sociedade em todo e qualquer momento. A segunda necessidade é a de que o trabalho científico de profundidade, explicativo, assuma a perspectiva da transformação, sem a qual não conseguirá largueza de horizontes suficiente para poder apreender as questões e as relações fundamentais para a própria transformação. A terceira necessidade é a teoria, teoria geral e específica do objeto que nos ocupa, teoria para chegar ao fundo das questões, para estabelecer as múltiplas determinações dos fenômenos e acontecimentos, reconhecendo suas mediações, teoria com a qual podemos pensar o objeto e explicá-lo. (Limoeiro, 1986, p. 97)

A discussão dos dois aspectos acima contribui para elucidar e desvendar contradições que estão postas no encaminhamento de temáticas, como a presente. Essa discussão, porém, extrapola o recorte no qual estamos centrados.

No entanto, tomamos as reflexões postas como o patamar de onde partimos, na esperança de que elas fertilizem este ensaio.

DISCUTINDO COM OS SUJEITOS DA PRÁTICA DA PESQUISA

Destacamos alguns aspectos como pontos centrais para uma discussão com os atores envolvidos na prática da pesquisa na universidade:

a) o significado de produção na vida acadêmica;

b) o resultado da prática conjunta do “pesquisador” e do “pesquisador aprendiz”.

Numa proposta que visa a empreender pesquisa como atividade acadêmica, supõe-se que esteja clara a função da investigação como produção de conhecimento; que se conceba o papel da prática da pesquisa, enquanto prática social; que se assuma a atividade acadêmica como um trabalho dentre outros, entendidos como fatores de transformação da sociedade.

No âmbito de uma problemática tão ampla, mesmo pretendendo-se selecionar dentre os pontos centrais da temática a produção na vida acadêmica, sabemos de antemão que a discussão se desdobrará por diferentes caminhos e elegerá diferentes aspectos como objeto de especulação. Preferimos optar pela análise de questões que contribuam para desvendar a postura dos sujeitos da ação pedagógica (docentes e discentes) relacionando-a à produção e à transmissão do conhecimento no espaço acadêmico, como desdobramentos na sociedade¹.

Discutindo sobre a pesquisa na Universidade, Limoeiro (1981, p. 32) afirma que, em primeiro lugar, a “produção de conhecimento responde sempre à necessidade”; e, em segundo lugar, “esta produção de saber só é possível na medida mesma em que exista alguma disponibilidade para ela”.

Consideramos que lidando com docentes e discentes na Universidade contamos com sujeitos disponíveis e sobretudo atores inseridos no trabalho científico - essa é uma condição preliminar.

Trazemos, assim, ao debate, aspectos demarcados anteriormente, que separam os sujeitos pesquisadores em mundos distintos: os que “sabem” e os que “aprendem”. Costuma-se dizer que uns avançam na busca do conhecimento, e por esta razão são (a)creditados na “comunidade acadêmica”; e outros tentam inserir-se no processo científico, tecnológico e artístico procurando demonstrar o que podem fazer, pois trazem à academia alguma “bagagem”, embora ainda sejam vistos “como os de

fora” porque são “aprendizes”. Esta maneira radical de apresentar a contradição, vivida no dia a dia da produção no mundo acadêmico, é uma das formas de ver claro como se reproduzem, no trabalho intelectual, diferentes modos de relação e de divisão do trabalho.

Outro aspecto que consideramos central nessa discussão é indissociável do anterior. Para discuti-lo devemos buscar espaços onde se possa ter os atores aplicando práticas de pesquisa e práticas sociais que resultem numa ação conjunta de “pesquisadores experientes” e de “pesquisadores aprendizes”.

A compreensão do papel dos atores (na sua prática) na condução da pesquisa é apontada, por alguns estudiosos, como aspectos que se desencadeiam no próprio processo e a rigor são articulados entre si. Assim, para discutir a “Iniciação Científica”, é fundamental tratar esta problemática apontando para avanços científicos mas, também, trazendo ao debate questões da prática concreta da pesquisa - sua articulação com a realidade e seus desdobramentos no processo de modernização científica e tecnológica; importa também enfatizar a inserção do pesquisador na sociedade: seus saberes, cultura, valores, compromissos com os sujeitos que interagem na realidade concreta.

Este é, portanto, um tema que se abre para múltiplas questões relativas à inserção dos pesquisadores em âmbitos mais amplos:

a) compreensão da produção de conhecimentos como práxis, na medida em que esta prática passa a ser início de atividade objetiva e transformadora da realidade natural e social;

b) adesão ao fazer na pesquisa como afirmação, na medida em que os sujeitos se inserem nesse processo de produção como atores de uma prática coletiva que supõe compromisso histórico-social;

c) reconhecimento de que é um trabalho que provoca encaminhamentos para conhecer o novo, o mundo em construção, as perspectivas históricas que se fundamentam em novos paradigmas;

d) intencionalidade de contribuição para as transformações - progresso científico e tecnológico - comprometidas com a qualidade de vida do novo homem, da nova mulher, da nova sociedade de cidadãos livres.

Parece ser evidente que a produção da pesquisa como prática acadêmica, pelos seus condicionamentos e caráter social, pressupõe dos seus “atores” – os que “sabem” e os que, convencionalmente, “aprendem”

– vínculos de responsabilidade selada pela competência científica e compromisso político.

A especificidade do fazer na pesquisa, articulando perspectiva histórica e processo de conhecimento, pressupõe, ao mesmo tempo, avanço da ciência e confirmação de prática social: supõe-se, ademais, que os sujeitos que assumem desenvolver os aspectos teóricos e instrumental técnico, que asseguram esta prática, tornem “politicamente possível um processo intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais”. (Gramsci, 1980, p. 20)

O espaço que diz respeito à produção de pesquisa na vida acadêmica representa um alvo, onde perpassam questões das quais não podemos escapar, dada a evidência com que as mesmas se colocam em nossa mira.

Estas questões estão relacionadas ao grau de autonomia no trabalho do pesquisador, como produção do saber científico; autonomia diante dos limites impostos pelo Estado e por grupos dominantes no âmbito institucional do poder privado; limites intrínsecos à capacidade do pesquisador – como cientista, como político. Questões de autonomia relacionadas a diferentes formas de autoritarismo. Seja o autoritarismo do Estado que, burocratizando os canais pelos quais é veiculado o trabalho científico, tolhe a produção do saber; seja o autoritarismo assumido pelo pesquisador sob várias maneiras de desempenhar seu papel – formas de ver a realidade, suas visões de mundo isolado, pretendendo ser o detentor único e exclusivo do saber, das idéias que ele nutre e “desenvolve”; idéias que também servem para anular as iniciativas de alguns e até mesmo incorporam a de outros como suas – não poupando também o conhecimento (saber) que recolhe das camadas populares. Autoritarismo que utiliza o espaço da pesquisa para tornar claro aos que pretendem “aprender” que o pesquisador tem “saber” e por isto mesmo tem “poder”, para exigir autoritariamente e sem reservas o trabalho e o tempo dos que se candidatam ao ofício de “aprendiz”.

E, no limite dessas questões, há outros estigmas que ora solapam a prática da pesquisa como prática social, ora escamoteiam os caminhos críticos construídos e orientados pelas “concepções objetivas” - frutos do conhecimento científico.

Neste patamar, gostaríamos de ressaltar os aspectos pertinentes ao conceito de “trabalho científico”, o sentido da objetividade (não dizendo respeito à neutralidade) relacionada à postura, ao compromisso do sujeito

pesquisador com o “fazer na pesquisa”. O fazer na pesquisa como trabalho coletivo, livre, criativo e transformador, na medida em que contribui para a formação dos que “sabem”; e, porque sabem, continuam aprendendo na realidade do dia a dia, onde exercem a sua prática.

É neste sentido que a prática da pesquisa é uma prática pedagógica, que sistematiza a formação através do trabalho orgânico dos sujeitos integrados num coletivo, exercido democraticamente, buscando historicamente contribuir para o progresso do conhecimento, tendo sempre presente que os fundamentos teórico-metodológicos devem ser a base primeira do produto dessa ação.

NOTA

1. Desroche destaca que há pesquisadores profissionais. São pagos para dedicar seu tempo integralmente à pesquisa. Se vocês se sentem com gosto e capacidade para tanto, o melhor é, evidentemente, chegar a uma situação desse gênero. Mas há lugar também para pesquisadores que, mesmo sendo não-profissionais, podem cooperar com pesquisadores profissionais. Seriam amadores, dirão vocês! ... O essencial é que eles falem uma linguagem comum: uma linguagem de pesquisadores, aberta à linguagem das instituições ou dos movimentos sociais e, inversamente, uma linguagem de instituições ou de movimentos aberta à linguagem da pesquisa. O ajuste entre as duas vertentes não é fácil, concordo. Trata-se mesmo, talvez, de uma corrida contra o relógio: apostando-se em quem falará melhor e mais depressa a linguagem do outro e quem será, portanto, o primeiro a se tornar bilingüe. Há uma competição inscrita no fato de que doravante vida ativa e vida universitária podem cada vez menos fazer seu jogo uma independente da outra. Geralmente as pessoas se satisfazem nessa competição postulando uma reconsideração unicamente da vida universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRAMSCI, A. *A concepção dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- LIMOEIRO, M. Desafios, exigências e limitações do trabalho científico: uma perspectiva epistemológica. In: *A pesquisa e a política educacional no Brasil e na América Latina: tendências e perspectivas*. Brasília: [s. n.], 1986. (Relatório de Seminário na Universidade de Brasília).
- _____. Universidade e estrutura de poder. Espaço: Cadernos de Cultura da USU, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 32-35, 1981.
- OLIVEIRA, F.; BORGES, W. Notas intempestivas sobre a questão da universidade II. *Estudos do CEBRAP*, 1980.